

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**RICARDO COLTURATO FESTI**

**ZANON, FÁBRICA SEM PATRÃO:**  
**um debate sobre classismo e controle operário na vanguarda operária.**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas da Universidade Estadual de Campinas para  
obtenção do Título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes

**Campinas**

**2010**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP  
Por Sandra Ferreira Moreira CRB nº 08/5124**

**Festi, Ricardo Colturato**

**F429z        Zanon, fábrica sem patrão: um debate sobre classismo e controle operário na vanguarda operária. / Ricardo Colturato Festi. - -  
Campinas,    SP : [s. n.], 2010.**

**Orientador: Ricardo Luiz Coltro Antunes.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Cooperativismo.    2. Movimento operário.    3. Trabalho.    4.  
Trabalhadores – Argentina – Atividades políticas.    I. Antunes,  
Ricardo Luiz Coltro    II. Universidade Estadual de Campinas.  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.    III. Título.**

**Título em inglês: Zanon: factory without bosses: a debate about classism and workers' control in workers' vanguard.**

**Palavras chaves em inglês (keywords) :**

**Cooperativism  
Working movement  
Working  
Workers - Argentina – Political activity**

**Área de Concentração: Sociologia do Trabalho**

**Titulação: Mestrado**

**Banca examinadora:                    Ricardo Luiz Coltro Antunes; Ruy Gomes Braga Neto;  
Paula Regina Pereira Marcelino.**

**Data da defesa: 25/03/2010**

**Programa de Pós-Graduação: Sociologia**

3,  
P208

RICARDO COLTURATO FESTI

**"ZANON, FÁBRICA SEM PATRÃO:  
um debate sobre classismo e controle operário"**

164 P  
-9

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Departamento de Sociologia do Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade  
Estadual de Campinas sob a orientação do Prof.  
Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes

Este exemplar corresponde à  
redação final da dissertação  
defendida e aprovada pela  
Comissão Julgadora em 25 / 03  
/2010

**BANCA**

Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes (Orientador)

Prof. Dr. Ruy Gomes Braga Neto

Prof. Dr. Paula Regina Pereira Marcelino

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço (suplente)

Prof. Dr. Maria Orlanda Pinassi (suplente)

Campinas, SP.  
Março / 2010

201018111

## Resumo

Esta dissertação busca analisar e compreender o processo de luta e de resistência dos trabalhadores da fábrica Zanon, localizada no interior da Argentina, contra a precarização de seu trabalho ocorrida nos anos noventa numa conjuntura de reestruturação da produção e do trabalho. O desenlace dos conflitos entre estes trabalhadores e seus patrões foi a ocupação da fábrica e a gestão operária direta da produção. Mas para compreender os seus resultados, localizamos este processo na conjuntura econômica e política pela qual passou a Argentina durante o período neoliberal, que produziu como consequência um vertiginoso aumento do desemprego e das mazelas sociais no país. No início do século vinte e um, produto direto desta crise social, centenas de fábricas, após decretarem falência, foram ocupadas e colocadas em produção sob controle de seus trabalhadores, dando origem a um dos fenômenos operários mais interessantes da América Latina destes últimos anos. Porém, a maioria desta experiência esteve marcada pelos limites herdados da crise objetiva e subjetiva da classe operária. Mas Zanon destacou-se neste processo pela radicalidade de suas ações e propostas políticas. Negando a forma cooperativa e lutando pela estatização da fábrica sem indenização sob gestão operária, os ceramistas construíram uma forma de controle operária. Para compreender esta particularidade, reconstruímos as lutas impulsionadas pelo grupo de ativistas políticos que surgiu dentro da fábrica Zanon e que foi responsável por resgatar a tradição classista do movimento operário argentino. Em plena época de ceticismo e pessimismo histórico hegemonizados nos discursos teóricos e políticos das últimas décadas do século vinte, os ceramistas de Zanon provaram, através de sua pequena experiência, que a classe trabalhadora continua sendo um sujeito social e político importante em nossa sociedade.

**Palavras-chave:** Cooperativismo; movimento operário; trabalho; trabalhadores – Argentina – atividades políticas

## Abstract

This dissertation holds the objective to analyze and comprehend the process of struggle and resistance of Zanons' factory workers, located in the South of Argentina, which was held against labour precarious process occurred during the 1990's in a conjecture of production and labour restructuring. The outcome of the conflicts between these workers and their employers will be both the seizure of the factory and the workers' control of production. In order to understand its results, we have studied this process in the economic and political conjecture that took place in Argentina during the neoliberal period. Intensive growth of unemployment and social hardship took place as consequence. In the early years of the XXI century, as a result of this social crisis, hundreds of factories, after declaring bankruptcy, were taken and put under control of its workers, starting one of the most interesting workers' phenomenon of Latin America. The centrepiece of this experience, however, was retained within the limits inherited of the subjective and objective crisis of the working class. Despite this element which limited the political action of hundreds of other factories taken under control by its workers, Zanon stood out in this process for the radical roots of its actions and political proposals. Denying the cooperative form of production control, and in its struggle for the national expropriation under worker control, without compensation, ceramic workers developed a way of production control, which has to respond to capitalist competition. In order to understand this particularity, we studied the struggles that took place inside the factory by the group of political activists that emerged within Zanon. This group was responsible for the recovery of the struggle tradition of the Argentinean workers' movement. In a time which scepticism and historical pessimism are homogenous amount theoretical and political language of the last decades of the XX century, the pottery workers of Zanon proved, through their newly acquired experience, that the working class remains an important political and social subject in our society.

**Keywords:** Cooperativism; Working movement; Working; Workers – Argentina – Political activity.

*A situação da classe operária é a base real e o ponto de partida de todos os movimentos sociais de nosso tempo porque ela é, simultaneamente, a expressão máxima e a mais visível manifestação de nossa miséria social*  
Friedrich Engels

*A classe trabalhadora é uma das condições do desenvolvimento social, um dos fatores deste desenvolvimento, e por sobre todas as coisas seu fator mais importante, porque personifica o futuro*  
Leon Trotsky

*Quando descobri que poderia gerir uma fábrica, entendi que poderia gerir um país*  
Célia, trabalhadora da fábrica ocupada Brukman

## Sumário

|                                                                              |           |
|------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Resumo                                                                       | iv        |
| Abstract                                                                     | v         |
| Sumário                                                                      | vii       |
| Agradecimentos                                                               | ix        |
| Lista de Abreviaturas e Siglas                                               | x         |
| <br>                                                                         |           |
| <b>INTRODUÇÃO</b>                                                            | <b>01</b> |
| <br>                                                                         |           |
| <b>1. A RECUPERAÇÃO DE UMA TRADIÇÃO CLASSISTA EM ZANON</b>                   | <b>09</b> |
| 1.1. A constituição da fábrica Zanon                                         | 09        |
| 1.1.1. Ditadura militar, neoliberalismo e reestruturação produtiva           | 11        |
| 1.1.2. Descentralização da produção e política de promoção industrial        | 18        |
| 1.1.3. A reestruturação produtiva na fábrica Zanon                           | 20        |
| 1.2. A recuperação das formas de lutas popular e classista                   | 26        |
| 1.2.1. Gênese e definição do peronismo                                       | 27        |
| 1.2.2. O método da ocupação de fábrica e o peronismo                         | 35        |
| 1.2.3. Classismo, vanguarda e partido revolucionário                         | 40        |
| 1.3. A retomada das lutas em meados dos anos 1990                            | 45        |
| 1.3.1. A vitória sobre a comissão interna                                    | 49        |
| 1.3.2. Recuperação dos métodos da classe operária frente à ofensiva de Zanon | 58        |
| 1.4. A vitória sobre o sindicato ceramista e a ampliação das lutas           | 64        |
| 1.5.1 A nova estratégia de Zanon: <i>lockout</i> ofensivo                    | 69        |
| <br>                                                                         |           |
| <b>2. OS TEMPOS DE GESTÃO OPERÁRIA</b>                                       | <b>77</b> |
| 2.1. O <i>argentino</i> e a crise do modelo neoliberal                       | 79        |
| 2.2 O fenômeno de ocupações de fábricas                                      | 82        |
| 2.3. A Gestão operária direta em Zanon                                       | 88        |
| 2.3.1 Produção e organização da gestão operária.                             | 91        |
| 2.3.2. A aliança com os estudantes e as universidades                        | 93        |
| 2.3.3 A aliança operário e popular                                           | 94        |
| 2.3.4 A campanha pela expropriação de Zanon                                  | 96        |

|                                                                         |         |
|-------------------------------------------------------------------------|---------|
| <b>3. O COMBATE AO Ceticismo Histórico</b>                              | 103     |
| 3.1. Crise do movimento operário e ofensiva do capital                  | 104     |
| 3.2. As concepções pós-modernas dos anos de ofensiva do capital         | 109     |
| 3.3. As novas “utopias” políticas: economia solidária e economia social | 112     |
| 3.4. Classismo e controle operário                                      | 122     |
| <br><b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                                         | <br>129 |
| <br><b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>                                   | <br>131 |
| <br><b>ANEXOS:</b>                                                      |         |
| ANEXO 1                                                                 | 143     |
| ANEXO 2                                                                 | 149     |
| ANEXO 3                                                                 | 159     |

## **Agradecimentos**

Dedico esta dissertação aos companheiros de Zanon por proporcionarem, a partir de sua experiência de luta classista, esta reflexão teórica e política.

Agradeço, em especial, Raúl Godoy e “Chicho” por me receberem em janeiro de 2006 em Neuquén e por me apresentarem ao funcionamento da gestão operária da Cerâmica Zanon. Mas também pela paciência de me relatarem de forma apaixonada as histórias de suas lutas.

Não poderia deixar de agradecer a Mariano Pedrero, advogado dos ceramistas desde os tempos da comissão interna, pelos emails que trocamos sobre a luta em Zanon e os valiosos documentos que me forneceu.

Agradeço também a Grace, militante do PTS, que a partir de sua experiência em Neuquén ao lado de Godoy nos difíceis primeiros anos de gestão operária, me ajudou fornecendo documentos e precisando fatos históricos.

Ao Prof. Ricardo Antunes pela dedicada orientação nesta difícil tarefa de pesquisa e elaboração da dissertação de mestrado. Sua postura democrática me permitiu desenvolver livremente minhas idéias neste texto. Agradeço também aos membros do grupo de orientandos do Prof. Antunes pelas críticas, comentários e sugestões.

Ao CNPq pela bolsa concedida, ainda que não a tenha usufruído por todo o período do mestrado.

A Tati, por tudo o que proporcionou a minha vida nestes últimos anos. Agradeço a sua paciência, o seu companheirismo e a sua colaboração nas correções deste texto. Sem ela este não teria saído.

Aos meus pais e irmãs que sempre me apoiaram e me ajudaram.

Aos companheiros de militância: Heber Rebouças, João, Rita, Iuri, Leo, Flávio, Nati, André, Thyago, Biro e Mário. E a todos os companheiros de militância que, de certa maneira, me ajudaram nas reflexões desta dissertação, em especial ao amigo Daniel Angyalossy Alfonso.

Aos meus colegas de trabalho que, na dura luta enquanto educadores, foram pacientes comigo e entenderam a minha situação: Tiago “Sumaré”, Rodrigo, Orestes, Flávio e Regina.

Aos amigos Jane, Fábria, Pablo e Filipe que hoje se encontram distantes, mas que contribuíram, através de nossas intermináveis discussões, para a reflexão que apresento nesta dissertação.

E ao jovem historiador argentino Fernando Aiziczon, que desde o início se mostrou aberto a fornecer seus textos, mesmo sem nos conhecermos pessoalmente.

## Lista de abreviaturas e siglas

---

|                  |                                                                        |
|------------------|------------------------------------------------------------------------|
| <b>ADUNC</b>     | Associação de Docentes da Universidade de Comahue                      |
| <b>ATEN</b>      | Associação de Trabalhadores da Educação de Neuquén                     |
| <b>CGT</b>       | Confederação Geral do Trabalho                                         |
| <b>CI</b>        | Comissão Interna                                                       |
| <b>CTA</b>       | Central dos Trabalhadores Argentinos                                   |
| <b>FECOOTRA</b>  | Federação de Cooperativas de Trabalho                                  |
| <b>FENCOOTER</b> | Federação Nacional de Cooperativas de Trabalho de Empresas Recuperadas |
| <b>MFRT</b>      | Movimento de Fábricas Recuperadas por seus Trabalhadores               |
| <b>MNER</b>      | Movimento Nacional de Empresas Recuperadas                             |
| <b>MPN</b>       | Movimento Popular Neuquino                                             |
| <b>MTA</b>       | Movimento dos Trabalhadores Argentinos                                 |
| <b>MTD</b>       | Movimento de Trabalhadores Desempregados                               |
| <b>PJ</b>        | Partido Justicialista                                                  |
| <b>PTS</b>       | Partido dos Trabalhadores Socialistas                                  |
| <b>SOECN</b>     | Sindicato dos Operários e Empregados de Ceramistas de Neuquén.         |
| <b>UCR</b>       | União Cívica Radical                                                   |
| <b>Unter</b>     | União dos trabalhadores da Educação de Rio Negro                       |
| <b>YPF</b>       | Yacimientos Petrolíferos Fiscales                                      |

---

## INTRODUÇÃO

A fábrica de cerâmica Zanon ou FaSinPat (*Fabrica Sin Patron*) foi o símbolo de um dos processos mais interessantes protagonizados pela classe trabalhadora argentina na primeira década do século vinte e um: as ocupações de fábricas e a sua gestão direta pelos trabalhadores. Este processo foi uma resposta defensiva por parte dos mesmos ao desenlace de um longo período de predomínio no país do neoliberalismo, que teve nas falências de centenas de fábricas e empresas e no fechamento de milhões de postos de trabalho a sua expressão mais aparente. Estas ocupações de fábricas foram também um reflexo da crise econômica e política pela qual passou a Argentina no final dos anos noventa e herdeiras das inúmeras resistências realizadas na década anterior pelos setores desempregados, empregados e populares. O auge destas lutas e desta crise econômica ocorreu nas jornadas de dezembro de 2001, quando irrompeu por todo país uma massiva mobilização contra o Presidente da República e as instituições democrático-burguesas consolidadas desde 1983 com o fim da Ditadura Militar.

Mas, no caso de Zanon, a conjuntura política nacional não foi a única determinante para este processo. Quando apresentamos em 2007 o nosso projeto de mestrado ao programa de pós-graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, tínhamos como objetivo pesquisar e analisar a gestão operária na Cerâmica Zanon, tentando desta forma compreender as determinantes da sua particularidade em relação às demais fábricas ocupadas na Argentina. Partíamos de algumas interrogantes: por que a gestão operária em Zanon apresentava-se, no interior do fenômeno de fábricas ocupadas, como um processo de maior radicalidade em sua proposta política? Estaria na reivindicação por parte dos ceramistas de estatizar a fábrica sob controle operário a resposta a esta pergunta? Essas questões nos conduziram a valorizar não apenas o período da gestão operária, mas também o debate teórico e político entre a estratégia do cooperativismo e da estatização – de fato, este era o principal debate no interior do movimento de fábricas ocupadas e entre os estudiosos das mesmas. Porém, mesmo que este debate mantenha a sua importância, o

próprio objeto de nossa pesquisa nos conduziu a novas questões e a encontrar novas respostas para entender as interrogantes iniciais.

Como demonstraremos nesta dissertação, esteve fundamentalmente nas lutas protagonizadas pelos ceramistas no período que antecede a ocupação da fábrica e a gestão operária da mesma a resposta a estas questões. Nessas lutas, encontramos a formação de uma vanguarda de operários que, através de uma militância cotidiana e pautada numa estratégia classista, conquistaram a direção da CI da fábrica e, posteriormente, do Sindicato dos Ceramistas de Neuquén. Neste percurso, resgataram os instrumentos históricos de luta da classe trabalhadora como a greve, o piquete de fábrica, a mobilização de rua, a solidariedade de classe, a aliança com os setores populares, a ocupação de fábrica, dentre muitos outros. Foi com estes métodos e instrumentos que conseguiram derrotar um plano do patrão de demissões e de rebaixamento dos salários e, posteriormente, iniciar uma gestão operária na fábrica.

Este processo de luta consciente por parte desta vanguarda contra os ditames do capital no interior da fábrica deu-se com a incorporação em suas reivindicações e práticas cotidianas daquilo que houve de mais radical na tradição do movimento operário argentino: o classismo dos anos sessenta e setenta. Tradição esta que, mesmo com toda repressão da ditadura militar e os ataques políticos e ideológicos contra os trabalhadores na época da hegemonia do neoliberalismo, permaneceu viva nas memórias e lutas dos trabalhadores durante os anos noventa, impulsionadas, centralmente, pelas camadas mais afetadas diretamente com a reestruturação produtiva, os desempregados. As lutas dos *piqueteros*, que se manifestaram pela primeira vez a poucos quilômetros da fábrica Zanon, nas cidades vizinhas de Cutral Có e Plaza Huincul, mostraram aos trabalhadores que se encontravam passivos em seus trabalhos de que era possível resistir com métodos radicais de luta e instrumentos de democracia direta.

A combinação do resgate desta tradição *setentista* – como se denomina na argentina o classismo dos anos setenta – com os exemplos de luta vindos das ruas e dos *piqueteros* foi fundamental para os processos de lutas ocorridos em Zanon. Porém, este resgate do classismo não foi espontâneo, mas protagonizado pela ação consciente desta vanguarda de ceramistas e, fundamentalmente, pela atuação de um partido operário revolucionário entre eles.

Desde a época de Marx e Engels, o classismo foi a expressão de uma consciência sobre o papel e a potencialidade política da classe operária, que enfrenta as suas diversas lutas econômicas e políticas através de uma atuação na luta de classes enquanto sujeito histórico e político que possui um programa e demandas próprias, autônoma as demais classes sociais. O conceito de classismo não é estático, mas reflete a maneira em que a classe operária enxerga a sua potencialidade em cada momento histórico. É uma questão complexa que não seria possível desenvolver nesta dissertação de mestrado sem perder o nosso foco central. No entanto, vamos tentar entender de que forma o classismo se manifestou na luta dos ceramistas de Zanon.

Ao atuar de forma independente às demais classes sociais, centralmente em relação à burguesia, e resgatar neste processo os seus próprios instrumentos históricos de luta, os ceramistas de Zanon potencializaram em cada pequena luta que fizeram, desde um piquete na porta da fábrica à ocupação das suas dependências, a disputa pelo controle das decisões da fábrica. Em última instância, ao atuarem pautados no classismo, os ceramistas de Zanon germinavam em cada conflito o controle operário.

Portanto, foi o próprio movimento real da luta da classe operária argentina quem nos conduziu as reflexões e conclusões as quais chegamos com esta dissertação. Ao poder verificar o desenlace das lutas abertas pelas jornadas de dezembro de 2001, tanto no âmbito da superestrutura política quanto da economia, pudemos compreender e localizar a luta dos ceramistas de Zanon como parte das ações protagonizadas pelos trabalhadores argentinos destes últimos anos. Lutas estas que refletem um processo de ressurgimento no cenário nacional do movimento operário depois que a própria classe trabalhadora se recompôs com o crescimento da produção industrial e da economia deste país proporcionado pelo crescimento da economia internacional. Portanto, o ressurgimento das lutas operárias na Argentina é parte de um incipiente, mas importante, ressurgimento das lutas dos trabalhadores a nível mundial nesta primeira década do século XXI.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Poderíamos citar algumas lutas de relevância: os protestos dos imigrantes no primeiro de maio dos EUA em 2006 e a rebelião neste mesmo ano dos jovens trabalhadores franceses, que junto aos estudantes, derrubaram o projeto de Contrato de Primeiro Emprego, uma medida de precarização do trabalho; os diversos levantamentos dos mineiros junto aos camponeses da Bolívia nos anos de 2004 a 2006; as greves do setor público no Brasil contra a reforma da previdência, enquanto primeira manifestação significativa contra o governo Lula; e, fundamentalmente, as diversas lutas que ocorreram nos EUA e na Europa como desdobramento da crise capitalista aberta no final de 2008: a ocupação da fábrica Republic Windows & Doors em Chicago; a greves e ocupações de fábricas com seqüestro de gerentes na França; a recente ocupação da

Quando a fábrica foi expropriada em agosto de 2009, momento em que concluímos nossa pesquisa, o fenômeno de ocupação de fábricas havia deixado de ser a principal ação da classe trabalhadora. O crescimento econômico pelo qual passou o país nos anos de governo do casal Kirchner, criou novas condições ao movimento operário. Uma fração enorme dos trabalhadores, que no final dos anos 1990 encontrava-se desempregada, voltou a ocupar um posto de trabalho, resgatando assim o peso social dos trabalhadores na arena política do país<sup>2</sup>. Neste sentido, se as demais fábricas que foram ocupadas por seus trabalhadores na explosão da crise de 2001 deixaram de ser o centro das atenções quando nos referimos ao movimento operário argentino, e se o mesmo percurso ocorreu com o movimento *piquetero*, Zanon ainda se mantém enquanto uma importante experiência justamente por condensar nela o resgate do classismo. Portanto, destaca-se das demais fábricas ocupadas pelo mérito de ter se adiantado a um novo fenômeno de lutas, que ficou conhecido como “sindicalismo de base”, expresso hoje dentro das unidades de trabalho de setores importantes da economia do país.

\* \* \*

No primeiro capítulo desta dissertação, *A recuperação de uma tradição classista em Zanon*, realizamos uma reflexão sobre parte da história argentina, centralmente no que envolve o movimento operário, com o objetivo de entender as determinantes que influíram no processo de Zanon. Desta forma, reconstruímos as tradições presentes no atual movimento operário argentino e demonstramos quais foram as rupturas e as continuidades na atuação da vanguarda ceramista de Neuquén.

Neste sentido, foi fundamental analisar desde uma perspectiva histórica o papel exercido pelo movimento peronista no interior do movimento dos trabalhadores. Entender a gênese desta corrente política foi importante para compreender o peso que ela exerceu e continua a exercer no país. Assim como foi importante compreender a estrutura sindical

---

fábrica Philips neste mesmo país. Também as greves e seqüestro de gerentes em fábricas da China; dentre muitos outros exemplos.

<sup>2</sup> Os conflitos ocorridos nestes últimos anos confirmam isso, apontando para o ressurgimento de um novo fenômeno político na Argentina: o “sindicalismo de base”. Entendemos por “sindicalismo de base” o movimento operário que ocorre no interior das fábricas em torno das comissões internas e corpos de delegados. Segundo alguns historiadores, as lutas radicais dos anos sessenta e setenta foram precedidas por um “sindicalismo de base”. É neste movimento que, historicamente, o classismo é resgatado.

argentina e as formas que no passado surgiram movimentos de trabalhadores com orientações classistas. Também neste capítulo, explicamos como se consolidaram as transformações do mundo do trabalho nos anos noventa desde a superestrutura política à luta de classes.

Apresentamos também uma análise do ressurgimento das formas de lutas populares e classistas de meados da década de noventa. Como forma de fundamentar estas lutas, resgatamos um aspecto da história do movimento operário argentino definindo assim conceitos como o próprio classismo, o peronismo, as ocupações de fábricas e o movimento *piquetero*. As primeiras lutas dos ceramistas de Zanon ocorreram nesta década e foi influenciada por estas tradições. Também fazemos uma análise da crise econômica e do novo padrão de acumulação que se implementou no país com o golpe militar, entendendo desta forma o processo de reestruturação produtiva e do trabalho ocorrido no interior da fábrica Zanon. O capítulo narra toda a trajetória da vanguarda ceramista de Zanon na sua luta por ganhar a Comissão Interna da fábrica e, posteriormente, a direção do Sindicato. Mostramos como as greves ocorridas em 2000 e 2001 foram a mediação principal para a posterior ocupação da fábrica Zanon e o início da gestão operária.

No segundo capítulo, *Os tempos de gestão operária*, fazemos uma síntese da gestão operária em Zanon, destacando os seus aspectos fundamentais. Contextualizando o período, explicamos as razões e os resultados da crise econômica e social que tomou o país em dezembro de 2001 com o esgotamento do modelo econômico neoliberal. É desta crise que surgiu o fenômeno de fábricas ocupadas. E desta forma, explicamos as semelhanças e as diferenças entre Zanon e as demais fábricas ocupadas neste período. Para nós, a gestão operária direta em Zanon foi uma extensão do classismo consolidado na década anterior e apresentou-se enquanto principal diferença com as demais fábricas ocupadas na Argentina.

No último capítulo, sintetizamos o debate teórico em torno das concepções hegemônicas que retrataram, de uma forma direta ou não, as questões levantadas em nosso estudo sobre a experiência dos ceramistas de Zanon. Polemizamos com as teorias da pós-modernidade e o autonomismo, assim como a Economia Solidária através das posições de Paul Singer. E, por fim, retornamos ao debate sobre o classismo e o controle operário, fundamentando-o historicamente, para concluir que em Zanon os trabalhadores mostraram, em pequena escala e através de suas ações, que a classe trabalhadora, diferente do que

afirmaram muitos autores no final do século passado, continua sendo o principal sujeito político da transformação social radical da sociedade.

\* \* \*

Para realizar a nossa pesquisa utilizamos vários materiais e fontes. Tivemos acesso a documentos internos do Sindicato Ceramista e documentos escritos por militantes do PTS. Estes documentos foram fundamentais no resgate da história da luta dos ceramistas, nos permitindo entender aspectos do cotidiano de suas lutas. Dois destes se destacam por serem inéditos e nunca consultados por outros autores que se debruçaram sobre o tema: o rascunho de livro “Lucha y gestión obrera en Zanon: la potencia de la clase trabajadora”<sup>3</sup> e o documento “Informe legal general de Zanon”. O primeiro, um rascunho de 134 páginas escrito por um coletivo de militantes, dentre eles Raúl Godoy, foi uma tentativa do PTS de concretizar um livro sobre a história de Zanon. Não finalizado, tornou-se um documento histórico importante por condensar em seu interior inúmeros relatos e depoimentos de ativistas que participaram da luta em Zanon, artigos de jornais, trechos de documentos e panfletos dos ceramistas e seu sindicato. Já o segundo documento, também inédito, escrito por Mariano Pedrero, advogado do sindicato, explica a luta dos ceramistas no terreno jurídico, importantíssimo para entendermos as fases da luta pela expropriação e estatização sob controle operária da fábrica Zanon.

Defrontamos estes documentos com todos os textos sobre a luta ceramista que tivemos acesso. Em sua maioria, estes textos utilizavam os mesmos depoimentos encontrados em livros ou entrevistas publicadas entre os anos de 2002 e 2004, e acabam tendo algumas imprecisões históricas. Isso ocorre porque os relatos dos militantes políticos mudam conforme muda a conjuntura em que está inserida a sua luta, por mais sinceros que sejam estes militantes. Dentre os autores estudados, o mais preciso é o historiador Fernando Aiziczon, pois foi quem dedicou-se mais tempo a pesquisar, coletar dados e entrevistas sobre a luta dos ceramistas de Zanon. Seus textos foram fundamentais para a reconstrução histórica do primeiro capítulo de nossa dissertação.

---

<sup>3</sup> No caso dos depoimentos, optamos por citá-los apenas deste livro inédito, pois apresentaram uma maior precisão que as demais fontes. Em nosso texto, não faremos referência ao livro, optando por citar apenas os nomes dos depoentes.

Também defrontamos os documentos e os autores estudados com: 1) registros audio-visuais encontrados nos diversos filmes produzidos sobre Zanon e as fábricas ocupadas na Argentina, 2) programas radiofônicos que pudemos acessa-los, inclusive seus arquivos, pela internet; 3) com os jornais da militancia de esquerda – especialmente o periódico do PTS, La Verdad Obrera – e da grande mídia.

Por fim, foram importantes no resgate da história dos trabalhadores de Zanon as conversas que tivemos com os ceramistas, em especial com os militantes do PTS.

## **1. A RECUPERAÇÃO DE UMA TRADIÇÃO CLASSISTA EM ZANON**

Neste capítulo reconstruímos as lutas dos ceramistas do tempo em que a fábrica era gerida por seu patrão, em plena época neoliberal. Procuramos localizá-las no contexto em que surgiram as primeiras lutas de trabalhadores empregados e desempregados contra os ataques do capital. Desta forma, vamos expondo ao leitor os múltiplos fatores que constituíram as particularidades da luta em Zanon, ressaltando os aspectos de continuidade e ruptura com a tradição do movimento operário argentino.

### **1.1. A constituição da fábrica Zanon.**

A Cerâmica Zanon<sup>4</sup> iniciou as suas atividades em 1979 no Parque Industrial de Neuquén<sup>5</sup>, situada na Rodovia n. 7, ligação com Centenário, cidade de residência da maioria dos operários da fábrica. Luis Zanon, dono da fábrica, era um empresário que aos 28 anos saiu de Pádua, no norte da Itália, para estender os negócios de sua família à Argentina. Antes de abrir a Cerâmica Zanon, era dono de um famoso parque de diversão chamado ItalPark, que operou em Buenos Aires de 1970 até 1990, quando foi obrigado a fechá-lo depois da morte de uma criança por falta de medidas de segurança.

A fábrica de cerâmicas Zanon se estabeleceu na Patagônia durante a última ditadura militar, quando havia um incentivo estatal para que novos empreendimentos empresariais

---

<sup>4</sup> O grupo de Cerâmicas Zanon S.A. inclui, além da Cerâmica Zanon, as empresas Canteras Zafiro S.A, Barba Negra S.A. e a fábrica Motta (de sanitários).

<sup>5</sup> A cidade de Neuquén é a capital da província homônima. Segundo os dados de 2001 do Instituto Nacional de Estatísticas e Censo da Argentina (INDEC), Neuquén era a maior cidade da Patagônia com 203.190 habitantes. Fundada oficialmente em 1904, ela encontra-se no caminho de uma rota comercial para o Chile. Seus povos originários Mapuches e Tehuelches foram praticamente eliminados ou expulsos da região na época de ocupação do interior do país, formando hoje uma minoria que vive da agricultura. A província de Neuquén, fundada em 1955, faz divisa com as províncias de Mendoza, Río Negro e o Chile. Em 2001, tinha uma população de 538.952 habitantes. Nos anos 1960 adquiriu importância quando a Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) descobriu hidrocarbonetos em suas terras, passando a ter desde então as maiores jazidas de petróleo e gás da Argentina. Em consequência disso, nos anos 1970/80 a província teve um importante crescimento demográfico e econômico.

fossem abertos no interior da Argentina (AIZICZON, 2004, 2009b). A política dos militares tinha como objetivo mudar o modo de acumulação implementado no país até 1976, dando início a um novo padrão que assentou as bases para o neoliberalismo. Neste período de repressão aos trabalhadores e seus movimentos, numa das ditaduras mais cruéis da América Latina, que teve a cifra de trinta mil desaparecidos, o capital aumentou a sua taxa de exploração numa relação estreita com os militares. A ligação de Luis Zanon com a repressão sempre foi denunciada pela vanguarda de operários que protagonizaram as lutas retratadas nesta dissertação. Em seu discurso de inauguração da fábrica, Luis Zanon declarou:

Encontramo-nos aqui hoje para inaugurar a nossa moderna indústria. Esta decisão esteve influenciada, fundamentalmente, pelo ambiente de segurança e tranquilidade que nos tem oferecido as Forças Armadas, desde quando tomaram o poder em 24 de março de 1976. Com nosso esforço e sua ajuda transformamos em realidade este sonho que tivemos. (INCALCATERRA, 2003)

É surpreendente como em pouco tempo de funcionamento a Cerâmica Zanon transformou-se na mais moderna fábrica produtora de *porcelanato* de toda América Latina, participando de 25% do mercado nacional de cerâmica esmaltada (ano de 1981), exportando para mais de 35 países (entre eles Brasil, Uruguai, Paraguai, Peru, Chile, Bolívia, Austrália, Canadá, Caribe, Estados Unidos, Nova Zelândia, África do Sul, entre outros) e fabricando a um ritmo anual de aproximadamente 13.200.000 metros quadrados, entre revestimentos, pisos esmaltados e *porcelanatos* (polido e sem polir), o que implicava vendas anuais para este período (últimos 5 anos) ao redor de 40 milhões de pesos/dólares (AIZICZON, 2004, p. 90).

A fábrica Zanon atuou num vasto mercado em expansão durante toda a década de oitenta e em grande parte da década de noventa. Para se ter uma idéia, segundo o jornal *La Nación* de 21/05/1999, a produção de Zanon cresceu 200% entre 1995 e 1998 e as suas vendas em 136% neste mesmo período. Luis Zanon soube usufruir, assim como muitos empresários de sua época, desta estreita relação com o Estado e dos benefícios da reestruturação produtiva do período neoliberal. A sua arrogância e a sua certeza quanto ao triunfo do capital sobre o trabalho foi a marca de sua personalidade, mesmo quando a fábrica já estava em mãos dos operários.

### **1.1.1. Ditadura militar, neoliberalismo e reestruturação produtiva.**

A “segurança” e a “tranquilidade” que o capital encontrou na Argentina nos tempos da ditadura militar, ressaltada por Luis Zanon em seu discurso de inauguração da fábrica, traduzia-se enquanto intensificação dos instrumentos de repressão sobre a classe trabalhadora e suas organizações políticas e sobre todas as organizações que questionavam o regime ditatorial. Não há como entender o regime político e econômico instaurado com o golpe militar sem nos remetermos às ações da classe trabalhadora no período anterior e a relação desta com o peronismo. Mas, para facilitar a nossa exposição, desenvolveremos este debate posteriormente, sabendo que sua ausência nesta parte não debilitará o nosso entendimento sobre as transformações macro-econômicas ocorridas na Argentina, fundamentais também para explicar alguns aspectos dos processos ocorridos no interior da fábrica Zanon. O que necessitamos adiantar, enquanto síntese das lutas entre as várias classes em ação entre os anos 1960/70, é que a ditadura militar de 1976 – inclusive a intensidade de sua repressão através do terrorismo de Estado - foi uma resposta as ações da classe trabalhadora de antes do golpe de 24 de março. Estas ações vinham ganhando proporções maiores na quantidade de seus agentes envolvidos e qualidade de suas ações, ou seja, seguia uma tendência de maior radicalização contra o capital e suas estruturas vigentes. Neste último ascenso das lutas operárias (1969-1975/76), surgiram instrumentos de auto-organização, ocupações de fábricas, confrontos abertos entre os trabalhadores e a burocracia sindical, etc. Em resumo, neste período, surgiram ações cada vez mais independentes em que frações importantes das massas trabalhadoras rompiam com o peronismo e sua corrente sindical - uma forma de conciliação entre o capital e o trabalho, que desde o seu surgimento buscou impedir que os trabalhadores se expressassem no cenário político nacional enquanto classe, com seu programa e seus métodos de luta históricos<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> É importante destacar que esta interpretação histórica muito recentemente ganhou destaque nos debates entre os autores argentinos. Segundo Castillo (2004), os relatos sobre este período que centram suas análises no protagonismo da classe trabalhadora e das massas ganharam influência depois dos acontecimentos de 19 e 20 de dezembro de 2001. Um marco para este debate, segundo o mesmo autor, foi a publicação em 2000 de *Los setentistas. Izquierda y clase obrera: 1969-1976* de Pablo Rossi e Alejandro Schneider. “A importância desta visão é que dá fundamentação ao fato de que a Argentina viveu entre 1969 e 1976 um verdadeiro

Portanto, o golpe militar de 1976 foi a síntese de um processo da luta de classes, uma contra-revolução em que o capital “derrotou” a classe trabalhadora em seu ultimo grande ascenso.<sup>7</sup> Este novo regime político proporcionou a constituição das bases fundamentais para o desenvolvimento do neoliberalismo nos anos noventa. Porém, não podemos entender sua implementação unicamente como resultado de uma luta entre burguesia e proletariado, pois também foi uma disputa entre as frações burguesas. Segundo Alves (2009), no caso argentino, os setores favoráveis ao neoliberalismo não tinham força política para mudar o sistema vigente no país desde os anos cinquenta, por isso mesmo recorreram a um golpe de Estado. Entretanto, devemos tomar cuidado com esta análise, pois se é verdade que houve uma disputa entre as frações burguesas que culminou no golpe – que poderíamos reduzi-la entre a ala “intervencionista” e ala “liberalizante”<sup>8</sup> – isto é secundário frente a todo processo. O central, como afirmamos, foi a luta entre as classes fundamentais da sociedade do capital, vista desde a perspectiva do cenário nacional e internacional. Mesmo porque, as disputas entre as frações burguesas foram muitas vezes conjunturais e nem sempre seu resultado foi a vitória de uma sobre as demais – às vezes

---

processo revolucionário, não redutível à ação das organizações guerrilheiras, que teve a classe operária como principal protagonista. Uma classe que, pese a derrota sofrida com o golpe, seguiu resistindo na clandestinidade e foi possivelmente o principal fator de erosão do poder militar, já em crise aguda antes que a derrota militar na guerra das Malvinas [1982] provocasse sua queda”. As outras visões sobre o golpe foram: a dos militares, que teria sido uma resposta ao “terrorismo de esquerda”, ou seja, as guerrilhas; uma visão que predominou durante o governo de Raul Alfonsín, conhecida como a “teoria dos dois demônios”, em que a ditadura teria sido expressão de um excesso tanto da extrema esquerda, quanto dos militares; e uma visão que ganhou destaque nos anos 1990, tendo as Mães da Praça de Maio à sua frente, de que os desaparecidos, em sua maioria, eram “vítimas inocentes” (que de certa forma acaba por reforçar uma certa culpa dos guerrilheiros e os revolucionários). Mas um dado da Comissão Nacional sobre Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), criada em dezembro de 1983 para investigar os crimes cometidos pela ditadura, reforça a nossa visão: segundo este órgão, “as porcentagens de vítimas da repressão que continuam desaparecidas ou que foram liberadas depois de passar por centros clandestinos de repressão são: operários, 30,2%; estudantes, 21%; empregados, 17,9%; profissionais liberais, 10,7%; professores universitários, 5,7%; autônomos e vários 5%”. Fazendo as contas, mais da metade eram trabalhadores. (CASTILLO, 2004). Estes dois autores, são parte de uma geração de intelectuais argentinos que tentam analisar a ação da classe operária nesta primeira década do século XXI, identificando as linhas de continuidade destas com o passado - do cordobazo e/ou setentista. Outros autores que seguem essa orientação geral: WERNER e AGUIRRE (2007); IÑIGO CARRERA e COTARELO (2001); GONZÁLEZ (2006), dentre outros.

<sup>7</sup> Caracterizamos o período entre 1969 e 1975 enquanto uma situação revolucionária na Argentina, em que uma vanguarda da classe trabalhadora lutava por sua emancipação de forma independente, uma ampla massa de trabalhadores mostrava-se insatisfeita com a situação e havia crise política entre as frações burguesas. Neste cenário de aguda luta de classes, uma fração da burguesia se organizou para derrotar o processo revolucionário que germinava, dando um golpe de estado.

<sup>8</sup> É importante ressaltar, para não cairmos numa análise esquemática, que o próprio peronismo, corrente política derrotada pelo golpe de 1976, que se enquadraria no campo dos “intervencionistas, iniciou, ainda com Perón no governo, a liberalização da economia e uma aproximação com os EUA depois da crise econômica internacional de 1973.

ocorre que a fração derrotada seja a maior beneficiada pelo novo regime político e econômico que se instaura por uma série de fatores políticos e econômicos da conjuntura.

O golpe de 1976 também foi reflexo da própria crise pela qual passava o peronismo. Após a morte de Juan Domingo Perón<sup>9</sup>, aceleraram-se as disputas entre as distintas frações burguesas e no interior do movimento peronista sobre os rumos da política econômica. Estas disputas recaíram sobre o governo de Maria Estela Martínez de Perón<sup>10</sup>, esposa e vice-presidenta de Perón, num cenário de recessão pelo qual mergulhou o país, produto da crise econômica internacional dos anos setenta.<sup>11</sup> Em 1975, por exemplo, o Ministro da Economia, Celestino Rodrigo, um homem ligado a López Rega<sup>12</sup>, anunciou uma série de medidas econômicas antipopulares conhecidas como *rodrigazo*.<sup>13</sup>, que acabaram por desatar uma mobilização da classe trabalhadora, abrindo uma crise sobre a forma de organização da sociedade argentina, até então baseada nas relações com o capital industrial. Esta situação se encerrou com o golpe de estado de 1976 impulsionado por militares e representantes políticos ligados a oligarquia financeira.

---

<sup>9</sup> Perón foi o mais popular e carismático presidente da Argentina e o único que governou o país por três mandatos: o primeiro entre 1946-1952; reeleito em 1951, governou de 1952 a 1955, quando foi destituído do cargo por um golpe militar; o terceiro mandato veio depois da ditadura militar, num novo cenário político nacional e internacional, e seria exercido entre 1973 e 1979, porém foi novamente interrompido, agora devido a sua morte em 1 de julho de 1974. Desde os anos quarenta até hoje, a figura de Perón, mesmo depois de sua morte, esteve presente na política argentina, seja o reivindicado, seja rejeitando-o.

<sup>10</sup> Isabelita, como popularmente a chamavam, foi uma tentativa de reeditar o papel que cumpriu Evita (Eva Perón) nos primeiros mandatos de Perón, enquanto uma figura carismática que se relacionava com os pobres do país. Era uma tentativa de solução para as disputas internas ao movimento peronista que, com a morte de Perón, explodem em lutas políticas abertas entre as frações burguesas e entre o movimento sindical. Sua posse representou um giro a direita do governo peronista, com uma intensificação geral da política repressiva.

<sup>11</sup> Para se ter uma idéia dos reflexos da crise internacional na economia argentina, vale citar alguns dados: em 1974, o PIB havia diminuído de 6,1% a 5,3%; em 1975, sua queda atingiu -0,9%; e em 1976, a -1,7%. Se a inflação em 1974 havia baixado com respeito aos valores de 1973 a 24,2%; em 1975, ela será de 182,8% e, em 1976, de 444,1%. Outros reflexos da crise internacional foi a queda na exportação devido as políticas protecionistas do Mercado Comum Europeu e dos EUA para proteger suas economias frente a crise; e a queda das reservas em dólares no Banco Central (em 1974 estava em 1,4 bilhões; em 1975 em 1,3 bilhões; e em 1976 em 617 milhões de dólares). Para uma estudo mais detalhado, ver WERNER E AGUIRRE (2007)

<sup>12</sup> Rega, conhecido como o “poder nas sombras”, era representante da ala de direita do movimento peronista. Usando-se do aparato do Estado, organizou grupos paramilitares como a sinistra Aliança Anticomunista Argentina (AAA ou tríplice A), para perseguir e matar os militantes de esquerda, inclusive aqueles que se reivindicavam peronistas. Era a figura mais forte e mais influente no governo de Isabelita até a sua queda em 1975, pouco antes do golpe militar.

<sup>13</sup> Este pacote econômico colocava fim ao “Pacto Social” entre o capital e o trabalho, estabelecido quando Perón ainda estava vivo. As medidas anunciadas foram: desvalorização do peso com relação ao dólar que oscilava entre 80 a 160%; aumento de 100% de todos os serviços públicos e transporte, de 180% dos combustíveis, etc.; e, como contrapartida, um aumento salarial de 45% (WERNER, AGUIRRE, 2007)

Segundo os autores estudados<sup>14</sup>, o período que segue entre 1975-76/1989-90 assinala o fim do domínio do capital industrial, cujo processo de formação e desenvolvimento percorreu um ciclo de mais de cem anos de duração, desde as décadas de 1860 e 1870. Vejamos a citação abaixo:

Em 1976, mediante o uso da força material do estado se criam as condições para impor a hegemonia do capital financeiro, destruindo a forma de organização anterior, a do capital industrial (...) Mas as novas condições só podem realizar-se plenamente depois de 1989-90, com a ‘hiperinflação’, em meio de uma crise econômica e política, que contém também, entre outros elementos, realizar a subordinação absoluta dos quadros políticos ao capital financeiro. (CARRERA e PODESTÁ, 1997, p. 152).

Portanto, o golpe militar de 1976 na Argentina inaugurou um novo modelo de acumulação e dominação do capital no país que teve como principais objetivos: liberalização generalizada dos mercados (particularmente dos setores financeiros); abertura econômica ao exterior; suspensão das políticas protecionistas e de subsídios estatais; combate aberto contra a classe operária e os opositores ao regime<sup>15</sup>. Até o golpe de estado, o capitalismo argentino assumia contornos do desenvolvimento de substituição de importações e de forte intervencionismo estatal. Com a crise econômica internacional e havendo restrições do mercado europeu à carne argentina, seu principal produto de exportação, acentuou-se a crise interna, levando o país a uma profunda recessão.<sup>16</sup>

Portanto, o golpe militar foi uma resposta no plano nacional a crise estrutural do capital manifestada abertamente na crise econômica do início da década de setenta. Depois de um longo período de crescimento econômico e de acumulação do capital<sup>17</sup>, nos

---

<sup>14</sup> Um estudo mais aprofundado sobre o tema pode ser encontrado em: WERNER e AGUIRRE (2007); CARRERA e PODESTÁ (1997); ALVES (2009).

<sup>15</sup> A ditadura militar tentou desarticular o movimento operário dissolvendo a Confederação Geral do Trabalho (CGT), suspendendo as atividades sindicais e, particularmente, o direito de greve; impulsionando reformas na lei de contrato de trabalho, eliminando as convenções coletivas para as questões salariais. Assim, durante estes anos, um dos recursos para aumentar a taxa de lucro foi “congelar”, por mecanismos repressivos do Estado, os salários.

<sup>16</sup> É importante ressaltar as diferenças entre a política econômica da ditadura militar e as medidas neoliberais implementadas nos anos noventa. Apesar dos militares terem constituído as bases para o neoliberalismo, sua política esteve centrada numa combinação de abertura do mercado argentino para o capital estrangeiro, desindustrialização relativa, arrocho salarial e aumento da dívida pública. Já no período neoliberal, há uma combinação de desnacionalização da economia (durante a ditadura não se levou a frente a privatização de empresas estatais) com ataques ao mundo do trabalho.

<sup>17</sup> No período entre os anos de 1947 a 1966 os principais países desenvolvidos alcançaram um desenvolvimento sustentado com índices médios de aproximadamente 6% ao ano (Bach, 1998).

denominados “trinta anos gloriosos” do pós-guerra, o crescimento da taxa média de lucro voltou a patamares baixíssimos para os possuidores de capital. Para um melhor entendimento deste excepcional crescimento econômico, vale uma longa citação de Isaac Johsua:

É impossível pensar a conjuntura depois da Segunda Guerra Mundial sem levar em conta, em todas as suas dimensões, o período de 1914 a 1945, que foi particularmente excepcional, que abarca em três dezenas de anos, golpe sobre golpe, as duas guerras mundiais e a mais importante crise econômica que o mundo tinha conhecido. Um período que Churchill tivera qualificado de ‘guerra de 30 anos’, designado como período de ‘guerras, crises e revoluções’ pela Internacional Comunista. Quanto à Europa, tenho a hipótese de que as taxas de lucros elevadas e a força da expansão que se constata desde de 1946 se explicam, em primeiro lugar, como taxas elevadas de ‘uma fase de recuperação do atraso’. As duas guerras mundiais e a grande crise implicaram uma enorme destruição, desgaste e falta de renovação do capital fixo, assim como grandes atrasos de consumo acumulados. Quando, no fim desse período, se reuniram as condições para a volta à atividade, o ascenso foi muito forte, alimentado por essas demandas, possibilidade de importar os avanços tecnológicos dos EUA e pela existência de numerosas oportunidades de investimentos rentáveis por causa da eliminação de enormes massas de capitais. Assim, foram revolvidos, por um tempo, os dois maiores problemas do sistema: realização e valorização (JOHSUA Apud CHINGO, 2008, pp. 135-136).

Chingo (2008) e Bach (1998) complementaram esta análise econômica de Joshua afirmando que os fatores políticos da época também foram determinantes para este excepcional boom econômico: a ascensão do imperialismo norte-americano e seu pacto com a burocracia stalinista impediram que várias revoluções se desenvolvessem em vários países da Europa nos anos do pós-guerra. Portanto, a crise estrutural do capital da qual retratamos aqui representou uma queda da taxa média de lucro e da acumulação capitalista.

A saída econômica encontrada pelo capital para a sua crise estrutural é acompanhada por uma reação contra um dos maiores ascensos da classe operária ocorridos em vários países do mundo no período que se estendeu da década de sessenta – tomamos como marco o maio-junho francês de 1968<sup>18</sup> – aos anos oitenta. O fim do boom do pós-

---

<sup>18</sup> A maior parte da historiografia sobre o *Maio de 1968* na França privilegiou as ações radicais dos estudantes universitários e secundarizaram a maior greve geral já realizada neste país pelos trabalhadores. Segundo VIGNA (2007) a consolidação de uma visão de que em 1968 se processou uma revolução sexual e cultural entre a juventude teve como objetivo ocultar as ações dos trabalhadores nas fábricas - que chegaram a ocupar centenas delas.

guerra deu lugar a um novo padrão de acumulação do capital, com maior concentração monopólica e uma hiperfinanceirização da economia, em que a taxa de lucro cresce pautada numa maior exploração da força de trabalho e não numa acumulação orgânica e generalizada do capital. Ou seja, foi atacando a classe trabalhadora e suas conquistas salariais e sociais no período das concessões do *boom* do pós-guerra que o capital conseguiu restabelecer uma elevada taxa de lucros durante estas ultimas décadas<sup>19</sup>. Inaugurava-se, desta forma, o período neoliberal.

Seguindo a análise de Perry Anderson (1995), a origem da concepção neoliberal se tratou de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos por parte do Estado, denunciadas como ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas política. Estes princípios encontram-se no pensamento de Friedrich Hayek, especificamente em seu livro *O caminho da servidão* de 1944, e todos aqueles que convergiam com suas idéias, aglutinados em torno da Sociedade de Mont Pèlerin, “uma espécie de franco-maçonaria neoliberal”. Foi com a crise econômica capitalista de 1973 que as concepções neoliberais ganharam destaque, enquanto única saída possível para o capital. Elas serviram perfeitamente para o momento econômico-político, pois, segundo Hayek, “as raízes da crise estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases da acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais” (ANDERSON, 1995, p. 9). Propunha então como meta primordial a estabilidade monetária, só possível de conseguir, segundo Hayek, diminuindo ao máximo os gastos de *Bem Estar Social* e restabelecendo a taxa “natural” do desemprego. Estas medidas, combinadas com as novas mudanças nas leis de regulamentação do trabalho e dos sindicatos, era a principal forma de debilitar a “força” (o poder de barganha) dos sindicatos operários.<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> Para um melhor estudo sobre a crise estrutural do capital nos anos 1970 e os seus resultados, ver: MÉSZÁROS (2002); CHINGO (2008 e 2009); CASTILLO (1998); BACH (1998); CHESNAIS (1999).

<sup>20</sup> Para Antunes (1999), a crise do taylorismo e do fordismo nos anos 1970 foi a expressão fenomênica da crise estrutural do capital que pode ser evidenciada nos seguintes traços: queda da taxa de lucros; esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção a partir da sua capacidade de responder a retração do consumo, consequência também do desemprego estrutural; hipertrofia da esfera financeira; aumento da concentração do capital; crise do Welfare State e o Estado de Bem-Estar Social; e as tendências de privatizações, desregulamentações e flexibilizações do processo produtivo. Por fim, esta crise derrubou o mecanismo de “regulação” que vigorou no pós-guerra em vários países do capitalismo avançado “Como resposta à crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de

Portanto, foi centralmente nos anos 1990 que o neoliberalismo se consolidou como ideologia dominante no continente latino-americano<sup>21</sup>. Na Argentina, este modelo foi imposto pelos governos de Carlos Menem e tinha como objetivo principal assegurar o pagamento da dívida externa<sup>22</sup> e avançar nos ataques à classe trabalhadora. Em seu primeiro mandato, estas políticas produziram um significativo crescimento da taxa de lucro, causando enormes ganhos às classes dominantes. Das medidas tomadas pelo governo, as mais importantes foram: as leis de *Emergência Econômica e de Reforma do Estado* que seguiam o receituário do “Consenso de Washington” e desmontava o “Estado de bem-estar social” argentino; o *Plano de Convertibilidade*, idealizado pelo Ministro da Economia Domingo Cavallo; e as privatizações que aconteceram majoritariamente entre os anos de 1992-94, reduzindo, assim, os gastos públicos.<sup>23</sup> Poderíamos também acrescentar, neste sentido, as leis de *Reforma Trabalhista* de 1989 que, combinadas com as demais medidas, produziram uma significativa mudança no mundo do trabalho argentino. Já durante o segundo mandato de Menem, o crescimento econômico deu lugar a um processo de destruição industrial – facilitada pela prática de *dumping*, por exemplo -, de financeirização da economia, acompanhada de uma acentuada e progressiva expulsão da mão de obra e uma saída descomunal de capitais do país.

Segundo dados oficiais, o desemprego em 2002 chegou às casas de 22% a 25% da População Economicamente Ativa. Segundo Aiziczon, “durante o segundo mandato de Menem, nos aproximamos ao fim daquele fugaz período de crescimento que dará lugar em diante a essa inédita destruição industrial – facilitada pelas práticas de *dumping*, por exemplo -, acompanhada por outra inédita expulsão da mão de obra e uma saída – fugaz –

---

dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um imenso *processo de reestruturação da produção e do trabalho* com vistas a dotar o capital com instrumentos necessários para tentar repor os patamares de expansão anteriores” (ANTUNES, 1999, p. 31). Para uma visão sintética sobre os padrões de produção taylorista/fordista e toyotista, ver Pinto (2007)

<sup>21</sup> Segundo Anderson, “a virada continental em direção ao neoliberalismo não começou antes da presidência de Salinas, no México, em 88, seguida da chegada ao poder de Menem, na Argentina, em 89, da segunda presidência de Carlos Andrés Perez, no mesmo ano, na Venezuela, e da eleição de Fujimori, no Peru, em 90. Nenhum desses governantes confessou ao povo, antes de ser eleito, o que efetivamente fez depois de eleito”. Pelo contrário, prometeram exatamente o oposto em suas campanhas eleitorais (ANDERSON, 1995, p. 20).

<sup>22</sup> A dívida externa total da Argentina saltou de 58,4 bilhões de dólares em 1987 para 144 bilhões de dólares em 1998 (ALVES, 2009).

<sup>23</sup> Para um melhor entendimento sobre as medidas econômicas dos anos noventa consultar: Alves (2009) e Ferrari Haines (1998), este ultimo, numa visão pouco crítica ao neoliberalismo.

descomunal de capitais”. (AIZICZON, 2004, p. 36). A economia caminhava para o colapso de 2001.

Este modelo implantado não conseguiu conter as crises econômicas dos finais dos anos 1990 vindas do mundo asiático, colocando o país numa profunda recessão. As consequências caíram sob o governo da *Alianza*, encabeçado por Fernando De la Rúa, que, ao não resolver os problemas centrais existentes na Argentina<sup>24</sup>, renunciou sobre fortes e massivos protestos de rua<sup>25</sup>. Foi durante o período neoliberal que um setor significativo da classe trabalhadora, os desempregados, iniciou suas primeiras resistências contra este modelo econômico. Portanto, as ações impulsionadas pelas massas em 2001 sintetizaram também todo um processo de experiência da classe trabalhadora em suas lutas, como os levantamentos locais dos anos 1990 e 2000; as ações dos movimentos *piqueteros*; e as greves gerais - a mais forte atingiu toda a nação no dia 13 de dezembro de 2001.

### **1.1.2. Descentralização da produção e política de promoção industrial.**

Uma das estratégias da Ditadura Militar para conter a força das ações da classe trabalhadora argentina, que até os anos sessenta encontrava-se concentrada nos cinturões industriais da Grande Buenos Aires, de Córdoba e de Santa Fé, foi a descentralização territorial da indústria.<sup>26</sup> Desta forma, através da política de *Promoção Industrial*<sup>27</sup>, levou-

---

<sup>24</sup> As políticas neoliberais terão reflexos diretos no mundo do trabalho com o aumento do desemprego, a desregulamentação, desindustrialização e a desproletarização. Se nos anos 1970 e 1980 se mediam taxas moderadas de desemprego, que não superavam a 4 ou 5%, estas tomam ritmo ascendentes nos anos 1990. Segundo Aiziczon (2004), em 1990 os indicadores mediam 6% de desempregados. Dez anos mais tarde, este índice chegou a 14,5% (mais de 2000). Dois picos, ao menos, se revelaram até 2002: um em 1996, de 18,8%, e outro em maio de 2002, de 21,5%. A redução da demanda de trabalho era uma tendência que se verificava desde os anos 1970, ao mesmo tempo em que cresciam o número de vagas em empregos precarizados. Concomitante a isso, entre 1976 e 1993, o salário médio caiu para menos da metade, afetando centralmente os trabalhadores pouco qualificados, o setor público e as indústrias menos dinâmicas (AIZICZON, 2004, p. 38).

<sup>25</sup> O aumento vertiginoso do desemprego e a recessão dos últimos anos aumentaram a quantidade de miseráveis no país. O Estado de Sítio tinha como objetivo conter os saques aos supermercados que vinham ocorrendo em todo país pela população pobre e miserável.

<sup>26</sup> Podemos encontrar uma análise interessante no livro de Bervely Silver (2005) sobre as estratégias utilizadas pelo capital contra o trabalho, que nem sempre se dão unicamente pelo uso da força repressiva, mas combinada com: 1) mudança na tecnologia ou no padrão de produção; 2) alteração dos setores que são destinados os investimentos; 3) deslocamento do parque fabril.

<sup>27</sup> Segundo Aiziczon, na Argentina se implementaram 3 tipos de regimes industriais expressos em 3 leis: 1) o que responde a lei 19640/72 que favorece instalações industriais, 2) a lei 21608 do ano de 1977 e de vigência nacional, e 3) a Ata de Reparação Histórica, que compete às províncias de La Rioja, San Luis, San Juan e Catamarca.

se a frente um duplo objetivo: dispersar a classe trabalhadora pelo território nacional e usufruir do potencial de exploração dos recursos naturais e da mão de obra barata do interior argentino<sup>28</sup>. Segundo Aiziczon,

a Promoção Industrial não teve os mesmos efeitos em todos os casos, mas sim ajudou a generalizar, paradoxalmente, o processo de desindustrialização e concentração de capital, por via da permanente sucção de recursos estatais (AIZICZON, 2004, p. 76)<sup>29</sup>

Além do investimento direto do Estado nos projetos privados, havia uma política de incentivo fiscal por parte do mesmo. Segundo o autor citado acima, o objetivo em promover a pequena e média fábrica converteu-se em investimentos para grandes monopólios já consolidados no país. Por outro lado, a promoção de novos postos de trabalho foi marcadamente baixa.

A política de promoção industrial se inscreve plenamente, junto a outros mecanismos, na lógica perversa do padrão de acumulação consolidado durante a ditadura militar. Sua total funcionalidade com o processo de concentração e centralização de capital, as transferências de enormes quantidades de recursos sociais, seu impacto regressivo sobre a distribuição salarial, não são mais que manifestações parciais de um fenômeno que transcende a estrita problemática industrial, e que remete à consolidação de um reduzido mas poderoso conjunto de grandes grupos econômicos de capital local e de conglomerados transnacionais como atores centrais desse novo padrão de acumulação (BASUALDO, E. Apud AIZICZON, 2004, p. 81).

No caso de Neuquén, os estudos feitos nos anos finais da década de cinquenta sobre os potenciais de exploração econômica da região, apontaram para a promoção das indústrias petroquímica, cimento e aço. Como parte de uma política do Executivo Nacional do governo de Arturo Frondizi (1958-1962), foram criados na província de Neuquén três

---

<sup>28</sup> Durante a ditadura militar o principal recurso utilizado para se aumentar a taxa de lucro das empresas foi o congelamento dos salários. Prevalencia, desta forma, a mais-valia absoluta. O processo de reestruturação produtiva ainda não era predominante, apenas dava os seus primeiros passos nos países centrais do capitalismo – tanto é que a taxa de desemprego só terá um aumento significativo na Argentina durante os anos 1990, justamente quando o aumento da mais-valia relativa contava como elemento fundamental para o aumento da exploração do trabalho.

<sup>29</sup> Segundo o mesmo autor, “se em suas origens se buscava beneficiar a expansão e o fortalecimento de pequenas e médias empresas industriais, veremos que na realidade sucedeu exatamente o contrário. O que ocorreu? Em efeito, para o período compreendido entre 1974-87 encontramos 692 projetos promovidos com um investimento de 7,28 bilhões de dólares e que criaram emprego a 53.772 pessoas. O dado central é que os 50 maiores projetos pertencem a grupos econômicos que concentravam 40% dos investimentos” (AIZICZON, 2004 p. 79).

*Parques Industriais*: o da capital neuquina – como centro industrial diversificado (é aqui que se localiza a fábrica de cerâmica Zanon) -, o de Cutral-Có – de recursos humanos e petroquímica – e o de Zapala – como centro de mineração.

Neste mesmo sentido, nas décadas de sessenta e setenta foram criados vários órgãos de estudos estratégicos sobre o potencial econômico das regiões interioranas. Em vários de seus relatórios sobre a região de Neuquén apontou-se para o potencial da produção a base da argila (cimento, cerâmica, tijolos, telhas, ladrilhos, dentre outros). Sobre os *Parques Industriais*, a idéia foi criar espaços com toda a infra-estrutura necessária e com custos barateados para instalação das indústrias. Por exemplo, o *Parque Industrial de Neuquén*, criado por decreto em 1972, está instalado na rodovia de ligação da cidade de Neuquén com a de Centenário; conta com uma superfície de 230 hectares, com serviços de água potável, energia elétrica, gás natural, tratamento de esgoto e telefone. No ano de 1977, nos documentos dos órgãos responsáveis pela promoção industrial, mencionavam 18 projetos aprovados, dentre os quais estão os da Cerâmica Neuquén S.A. e a Cerâmica Zanon S/A. É difícil obter informações de como Luis Zanon apresentou seu projeto e este foi aprovado, beneficiando-se assim das leis promocionais da província – pois ele esteve entre os cinquenta maiores projetos aprovados pela Ditadura (AIZICZON, 2004). Esta foi uma das origens da estreita relação entre Luis Zanon e a Ditadura Militar. Relação similar seguiu existindo no período neoliberal com os governos de Jorge Sábato na província de Neuquén e de Carlos Menem no Executivo Nacional.

### **1.1.3. A reestruturação produtiva na fábrica Zanon.**

Durante os anos de crescimento econômico do primeiro mandato de Carlos Menem (1989-1995), a fábrica de cerâmica Zanon esteve marcada pela combinação de um processo de precarização do trabalho com uma forte ditadura fabril<sup>30</sup>. Medidas repressivas eram

---

<sup>30</sup> Luis Zanon, o proprietário da fábrica, tinha uma relação pessoal com o presidente Carlos Menem. Durante os seus dois mandatos, Zanon se beneficiou com empréstimos milionários que nunca pagou e com as privatizações, comprando ações das ex-empresas estatais AEROLÍNEAS e da TELEF.

levadas a cabo pelo dono da fábrica e seus gestores e contavam com a ajuda dos membros da diretoria do Sindicato de Operários e Empregados Ceramistas de Neuquén (SOECN).<sup>31</sup>

A virada na estratégia de produção ocorreu em 1993 com a abertura de uma nova sessão na fábrica para a produção de *porcelanato*, constituída de máquinas automatizadas e importadas da Itália. Segundo os relatos dos ceramistas mais antigos, na década de oitenta a fábrica tinha um ambiente quase artesanal e se estabelecia uma relação entre patrão e empregado muito próximo do paternalismo, com a figura de Luis Zanon caminhando entre os operários e conversando com eles, mas sempre lembrando quem era o dono e quem eram os empregados. A inauguração da sessão de *porcelanato* evidenciou a relação estreita que existia entre o dono da Cerâmica Zanon e o governador da provincial de Neuquén, Jorge Sobisch.<sup>32</sup> Em julho de 1992 é sancionado por lei o *Fundo de Desenvolvimento Provincial*, que tinha como objetivo financiar até 80% dos ativos dos projetos empresariais. Zanon foi quem mais se beneficiou deste fundo, obtendo a soma de mais de 19 milhões de pesos<sup>33</sup>. Com estes recursos estatais, que nunca foram pagos pelo patronato, Luis Zanon ampliou o maquinário e a produção da sua fábrica. Na inauguração da nova sessão de *porcelanato* estiveram presentes inúmeras autoridades provinciais e nacionais, como o próprio Governador Sobisch e o Presidente Carlos Menem<sup>34</sup>.

---

31 Neste caso, estamos nos referindo a Alberto Montes e seu irmão, que dirigiram o Sindicato Ceramista por toda década de noventa. Suas gestões foram marcadas pela colaboração com o patronato, a perseguição aos ativistas de esquerda, uma administração fraudulenta do sindicato, a falta de prestação de contas financeiras e políticas, pelos desvios de verbas e bens do sindicato. Tudo isso foi comprovado pela nova diretoria que assumiu em 2000. Denominaremos aquela direção de **burocracia sindical**, conceito emprestado de Trotsky que define aquelas direções sindicais que se beneficiam de privilégios materiais através dos sindicatos, o que o leva a distanciar-se da sua base de representação e a adquirir interesses avessos da classe trabalhadora. A relação da burocracia sindical com o patronato é ilustrada pelo próprio Luis Zanon numa entrevista à Naomi Klein publicada no livro de Magnani (2003). Ele conta que enviou a direção do Sindicato Ceramista para uma viagem de seis meses à Europa para conhecerem a produção de cerâmica no velho continente. Ao retornarem à Neuquén, estavam convencidos dos planos de reestruturação de Luis Zanon como única forma de tornar a fábrica mais competitiva no cenário internacional.

<sup>32</sup> Jorge Sobisch pertencia ao Movimento Popular Neuquino (MNP), partido que governa a província desde a sua fundação. Há duas vertentes internas: uma, ligada a uma estratégia populista de desenvolvimento e que governou a província até os anos noventa pelas mãos da família Sapag; e outra, nitidamente neoliberal, identificada nos três mandatos de Sobisch (1989/94; 1999/03 e 2003/07). Este último nunca se cansou em demonstrar publicamente sua predileção pela fábrica de cerâmicas Zanon, referindo-se a ela em seus discursos como um exemplo de indústria para a província: a “niña bonita” de Neuquén.

<sup>33</sup> Para se ter uma idéia, o total de recursos disponíveis por este fundo para empréstimos era de um pouco mais de 52 milhões de pesos. O segundo maior empréstimo foi de 3,16 milhões para a empresa Neufood. (AIZICZON, 2009)

<sup>34</sup> As imagens da inauguração desta sessão podem ser vistas no filme de Incalcaterra (2003).

A fábrica Zanon é um pequeno exemplo de como se processou o neoliberalismo na Argentina. Através de uma estratégia que combinou a repressão aos trabalhadores e a reestruturação produtiva com empréstimos estatais, o empresário conseguiu durante a primeira metade da década de noventa aumentar de forma exorbitante a sua taxa de lucro. Combinou, assim, um acréscimo da mais-valia absoluta - salários menores e maiores jornadas de trabalho -, com o da mais-valia relativa - a instalação do ramo de *porcelanato*, automatizado, com subsídios estatais. Aumentou-se, desta forma, a precarização e a intensificação do trabalho no interior da fábrica pela busca incessante do capital para aumentar a composição orgânica do capital.

Neste período o *slogan* de Zanon, “trabalhar aqui é um privilégio”, não só representava um marketing empresarial para fora, como também tinha o objetivo de manter os operários subjugados ao intenso trabalho que enfrentavam dentro da unidade de produção. Era um discurso ofensivo que se aproveitava de uma situação de mutações no mundo do trabalho proporcionada pelas políticas neoliberais, que resultaram em massivas demissões, e pela ideologia triunfalista do capital contra a classe trabalhadora<sup>35</sup>. Também a situação de miséria a que foram submetidas franjas significativas da população nos anos oitenta, durante o governo de Raúl Alfonsín (1983-1989), podem ser identificadas como outra razão da passividade e da resignação dos trabalhadores neste período. Segundo Blanco,

nos anos 1990 um demitido armou uma barraca na porta da empresa, mas os operários passavam e nem o cumprimentavam. A gente trabalhava em Zanon, tínhamos bons salários e acreditávamos que isso nunca nos aconteceria. (Blanco Apud Lucha de Clases, 2002)

A fórmula encontrada pelo patrão para manter os trabalhadores subordinados era combinar três formas de repressão e cooptação: o assédio que vinha por parte da gerência e dos supervisores; a cooptação daqueles que se colocavam a organizar alguma resistência entre os trabalhadores dentro da fábrica pela via ideológica ou diretamente pelo suborno<sup>36</sup>; e pela cooperação da diretoria do sindicato, que ajudava na perseguição aos ativistas, denunciando-os para a patronal. Combinavam estes recursos repressivos e de cooptação com

---

<sup>35</sup> Referimos-nos ao discurso ideológico de vitória do capital contra as revoluções proletárias e o ascenso operário ocorrido no final dos anos setenta e início dos oitenta em várias partes do mundo.

<sup>36</sup> Os relatos contam que era comum nesta época um ceramista denunciar à supervisão outro ceramista que cometia algum erro, infração ou simplesmente chegava atrasado.

uma estratégia de incentivo à competição entre os ceramistas, vinculando os seus salários à produtividade. O turno que produzisse um maior montante de cerâmicas recebia um salário maior e isso dificultava o vínculo solidário entre os trabalhadores: cada sessão, cada turno e cada operário tornavam-se competidores uns dos outros (AIZICZON, 2009b).

Os ceramistas contam em seus relatos que havia um diretor que se reivindicava fascista e assediava cotidianamente os funcionários. Dizia ele: “Tenho em minhas mãos não só teu futuro, senão o de seus filhos, sua esposa”. E complementava perguntando: “você sabe por que eu estou deste lado do escritório e você do outro? Porque eu sou branco e tenho olhos claros e você está do outro porque é um negro”. Utilizando-se das diferenças étnicas ou de gênero a favor de sua dominação, o capital acentua as formas de intimidação dos trabalhadores.

A precarização do trabalho na fábrica seguia as tendências mundiais de constituição de formas flexíveis de trabalho. Do ponto de vista burguês, a flexibilização era uma resposta as mudanças ocorridas no mundo capitalista pela concorrência internacional, flexibilizando a mão de obra e a produção. No caso de Zanon e do ponto de vista do patrão, a flexibilização era necessária para que pudesse concorrer em melhores condições com seus produtos no mercado internacional, apoderando-se da lucrativa fatia do mercado do Cone Sul. Desta forma se consolidou em Zanon o vínculo empregatício por contratos temporários<sup>37</sup>, que não asseguravam nenhuma estabilidade e permitiam um alto grau de rotatividade da força de trabalho. Na prática o contrato não era feito de forma coletiva, através de negociações com o sindicato – como nos tempos do taylorismo/fordismo em que tinham maior poder de barganha para negociar -, mas individualmente, o que deixava o trabalhador desprotegido. Assim, a fábrica detinha este mecanismo para diminuir o seu contingente nos períodos de crise ou de queda da demanda sem ter problemas com a justiça trabalhista, já que não estaria demitindo, mas simplesmente deixando de renovar um contrato. Além disso, esta forma de contrato se tornou um dispositivo de contenção da prática política para os novos trabalhadores, que em sua grande maioria era composta por jovens. Veja o relato de Raul Godoy, que começou a trabalhar na fábrica com 29 anos na sessão de *porcelanato* no dia 18 de março de 1994:

---

<sup>37</sup> Os trabalhadores que entravam na fábrica por contratos temporários eram conhecidos pelos ceramistas simplesmente como “contratados”. Utilizaremos no texto a denominação *temporários* para nos referirmos a esta forma de vínculo empregatício.

Ingressávamos na fábrica através de contratos temporários (quatro contratos de 6 meses...) Os primeiros 6 meses foram para mim os mais terríveis enquanto trabalho que eu me recordo em minha vida - e eu trabalho desde que tenho 11 anos. Primeiro, pelo choque que foi a automatização das máquinas, o ruído ensurdecedor que elas faziam. Tínhamos que falar aos gritos. O ritmo infernal do trabalho na produção produzia um acidente a cada 2 dias: mutilações de dedos, de tudo. Além disso, se te acidentavas, o culpado era sempre você. Sempre era o mesmo mecanismo: te acidentavas, te levavam ao escritório e te pressionavam, te humilhavam, e se tinhas algum tipo de reação, estavas demitido. Mas se ficasse humilhado e destruído em sua moral, tinhas uma possibilidade para seguir trabalhando. Nos faziam trabalhar dois turnos. Assim a jornada era de 16 horas, das 6h às 22hs. Eu estive praticamente 6 meses sem nenhum descanso. Trabalhávamos de segunda a segunda, 16 horas por dia. Nas oito horas que me restavam, eu tinha uma hora de viagem para ir ao trabalho e outra para voltar pra casa. Assim, o tempo de descanso se reduzia a 6 horas e nessas 6 horas tinha que comer, lavar-me, ficar com a minha família e, no nosso caso, falar de política quando estava com algum companheiro, o que era tudo muito difícil. A única coisa que nos restava para conseguir um dia de descanso era doar sangue. Eu fui doador voluntário e a cada 3 meses ia doar e descansava um dia. Para mim, foram anos de cão, de todos os pontos de vista. Na fábrica os mesmos companheiros te pressionavam a trabalhar mais porque lhes pagavam por produtividade. (Raul Godoy)

Vejamos outro exemplo destes contratos precários e das condições de trabalho na fábrica, relatador por Carlos Saavedra, conhecido pelo apelido de “Manotas”, que ingressou na fábrica no mês de julho de 1993 para a mesma sessão de Godoy:

O convênio no qual eu entrei era por dia de trabalho; pagavam-nos quinzenalmente; trabalhávamos dezesseis horas por dia (...) durante três meses trabalhei dezesseis horas e nos dias normais doze, doze horas diárias, de segunda a domingo, de segundo a sábado não havia (...) praticamente não se parava (...) no ano de 1993, e depois também, segui trabalhando sábado e domingo, mas já menos horas (...) com os acidentes que havia (..) se diminuiu a hora de trabalho a doze horas e ninguém podia estar mais de doze horas aqui dentro, que é tudo anormal, digamos (...) parecíamos uns *zombies* trabalhando. (Apud AIZICZON, 2009b, p. 128)

Somente depois de cumprir os quatro contratos semestrais de trabalho é que o ceramista tinha a possibilidade de tornar-se efetivo, trabalhador pleno e estável, com os direitos trabalhistas garantidos. Mas antes disso acontecer, a gerência fazia uma análise de como o candidato se comportou dentro da fábrica. Esta prática acentuava a divisão no interior da fábrica, criada conscientemente pelo patronato e com a colaboração da direção do sindicato, que não reconhecia os trabalhadores temporários como membros da entidade,

legitimando assim esta forma de divisão da categoria. Ou seja, se os temporários tivessem algum problema trabalhista, não podiam recorrer ao sindicato justamente por serem temporários. Quando uma greve era decretada, não podiam aderir e tinham que continuar trabalhando mesmo se a apoiasse. Quando um destes temporários, numa ação quase heróica, resolvia aderir a uma paralisação, no final do semestre o seu contrato não era renovado, resultando em sua demissão. Isso não acontecia apenas com aqueles que participavam de alguma luta dentro da fábrica, mas também com aqueles que não atingiam as metas de produtividade instituída pela gerencia. Novamente, Godoy nos relata este aspecto do contrato de trabalho:

Na fábrica sempre teve muita mudança de pessoal em base a contratos temporários. Não eram demissões abertas, apenas não te renovavam o contrato. E era terrível a angustia dos companheiros à medida que chegavam os dias do vencimento dos contratos (que se renovavam semestralmente). E muitas vezes não te diziam nada. Cumpria o seu contrato e não avisavam se continuaria. Assim, tinha que chegar à fábrica e ver se estava seu cartão para marcar o ponto. Chegavam aterrorizados no dia do vencimento do contrato. (Raul Godoy)

Nesta época, cerca de 40 mulheres trabalhavam no interior da fábrica, a maioria nas dependências do refeitório ou no escritório e poucas diretamente na produção. O patronato, aproveitando-se das desigualdades de gênero existente na sociedade, pagava salários menores a estas mulheres. Elas sentiam o peso da dupla jornada de trabalho e as dificuldades encontradas para educar seus filhos. Mas foram estas mulheres as primeiras a serem demitidas quando a fábrica começou a reduzir o seu quadro de funcionários.<sup>38</sup>

O mais absurdo dentro deste regime fabril esteve na proibição dos trabalhadores de se comunicarem entre si durante a jornada de trabalho. “A incomunicabilidade a todos os níveis (entre companheiros de turno ou de lanche) é um dos aspectos melhor alcançados da estratégia patronal” (AIZICZON, 2009b, p. 131). Chegaram até a proibir o *mate*, uma bebida semelhante ao chimarrão brasileiro, muito popular na Argentina e que habitualmente é tomada de forma coletiva, em pequenos grupos.<sup>39</sup> O extremo desta política foi quando

---

<sup>38</sup> Sobre a feminização do trabalho e a sua precarização pelo capital ver: Mészáros (2002); Antunes (1999); Nogueira (2004).

<sup>39</sup> Denomina-se *mate* a infusão preparada de folhas de ervas mate, uma planta originária das bacias dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, previamente secas, cortadas e moídas. É consumida desde a época dos povos originários guaranis da região e foi rapidamente adotada pelos colonizadores. A expressão “matí” nasceu do vocabulário quéchua, que significa cabaça (o recipiente para beber mate é feito da cabaceira). A proibição

instituíram itinerários pelos quais os operários deveriam caminhar, através de linhas coloridas pintadas no chão representando as diferentes sessões da fábrica.

## **1.2. A recuperação das formas de luta popular e classista.**

Segundo o historiador argentino Pablo Pozzi (2007), mesmo os trabalhadores sofrendo nestas últimas décadas profundos ataques do capital que desorganizaram a sua capacidade de ação coletiva, encontramos no interior de seu movimento a sobrevivência de uma “subjetividade classista que se expressou em noções culturais e no sentido comum operário. Esta subjetividade foi o que manteve a combatividade operária argentina durante o período de 1976-1999. Em outras palavras, apesar das numerosas derrotas, da morte de milhares de ativistas, do aumento do desemprego e da destruição de suas formas de organização, a classe operária argentina continuou mobilizando-se em defesa de seus interesses” (POZZI, 2007, p. 97). O autor dividiu em dois momentos este período a que se refere: o primeiro abrange o período da ditadura militar ao primeiro ano do governo de Carlos Menem (entre 1976-1991), marcado pela resistência operária e popular às mudanças propugnadas pela classe dominante no mundo do trabalho; o segundo momento vai da ascensão de Domingo Cavallo ao Ministério da Economia à vitória da *Alianza* de Fernando De la Rúa (1991-1999), e é caracterizado pelas várias derrotas dos trabalhadores argentinos. O surgimento do movimento *piquetero* no final dos anos noventa e, posteriormente, o fenômeno de ocupação de fábricas, abriu um novo período de retomada da luta operária contra o capital na Argentina.

Quando Zanon foi expropriada pela Legislatura de Neuquén na noite de 12 de agosto de 2009, o governador da província, Felipe Sapag, discursou dizendo que esta medida era parte de uma política de seu governo para consolidar a “paz social” na região. Este não era um discurso novo, mas uma tentativa de resgatar uma velha forma de fazer

---

desta bebida, além de uma estratégia para aumentar a produtividade, tinha como principal objetivo impedir a reunião de operários.

política no país. Na manifestação dos ceramistas que ocorria ao lado de fora da Legislatura, esta política foi rejeitada pelos diretores do Sindicato Ceramista.

Na verdade, historicamente este discurso tentou na prática efetivar uma conciliação entre o capital e o trabalho. Segundo Gregório Flores (2003)<sup>40</sup>, quando em 2 de setembro de 1878 ocorreu a primeira greve de trabalhadores argentinos, dirigida pela Federação Gráfica Bonaerense, um ideólogo da burguesia chamado Dalmacio Vélez Sarsfield, autor do Código Civil, escreveu num jornal de grande circulação no país um artigo defendendo que as greves não deveriam ser permitidas “porque vinham a subverter a ordem”. Golpes de estados, massacres contra a população pobre e oprimida que se levantaram contra o sistema foram realizados em nome deste velho e desgastado *slogan* de “paz e ordem”. Em última instância, este discurso foi parte de uma política para manter intacto o regime social e político da classe dominante através da conciliação de classes. Portanto, ao analisarmos a história do movimento operário argentino, encontraremos em seu interior diversas lutas dos trabalhadores de base - e as correntes políticas classista e revolucionárias - contra a burocracia sindical, em sua grande maioria ligada à corrente peronista. Por isso que para entender o conteúdo da política de “paz social” na Argentina é preciso compreender a importância do peronismo no movimento operário e na política deste país.

### **1.2.1. Gênese e definição do peronismo.**

Tentaremos neste ponto fazer uma definição geral do peronismo para que possamos entender o impacto dele na política argentina e sua importância dentro do movimento operário. Neste sentido, resgataremos uma parte da história argentina para que o leitor possa compreender as origens deste movimento político, pois a existência e a permanência do peronismo explicam-se pelas características econômicas e sociais da Argentina. O movimento operário deste país será moldado, em sua estrutura sindical, pelas políticas deste movimento. Como veremos, todo fenômeno do movimento operário argentino que teve um

---

<sup>40</sup> Gregório Flores foi um dos destacados militantes operários do movimento classista da década de 1970. Participou da direção do SITRAC-SITRAM, sindicato que representava os trabalhadores da FIAT, e esteve preso em Trelew (com outros líderes operários e militantes de esquerda), sendo condenado pela Tríplice Aliança. Hoje, Flores continua militando, escrevendo livros e dando palestras para o movimento operário e a esquerda argentina.

projeto radical e emancipatório precisou romper com esta estrutura sindical e com o peronismo para poder se desenvolver.

O movimento sindical argentino realizou as suas primeiras ações no final do século XIX. Nestes primeiros anos era composto por uma significativa quantidade de imigrantes, que importavam para o país as idéias revolucionárias do velho continente, centralmente o anarquismo. Neste período, o movimento operário argentino tinha como uma de suas características a ausência de dirigentes burocráticos e a autonomia em relação ao Estado. Este intervinha nos conflitos com uma política repressiva contra os trabalhadores e seus dirigentes, em muitos casos com extradição de estrangeiros e prisão dos nativos (Aragón, 2009).

Nos primeiros anos do século XX foram fundadas duas centrais sindicais, a Federação Operária Regional Argentina (FORA), dirigida pelos anarquistas<sup>41</sup>, e a União Geral dos Trabalhadores (UGT), dirigida pelos socialistas e os sindicalistas revolucionários. As duas disputaram a direção do movimento operário até os anos 1930, quando os anarquistas perderam a sua influência política para os socialistas e para os sindicalistas revolucionários. Menos radicais que as outras duas, os sindicalistas revolucionários foram ganhando espaço no interior do movimento operário ao longo das décadas e foi dele que surgiu um sindicalismo com relações estreitas com o Estado e em conciliação com as classes dominantes.<sup>42</sup>

Com a vitória de Hipólito Yrigoyen<sup>43</sup> em 1916 pela União Cívica Radical (UCR), e com uma crescente preocupação dos radicais em obter votos da classe trabalhadora, o governo impulsionou uma política de aproximação com os sindicalistas. Aos poucos o Estado foi se introduzindo no movimento operário e sindical, regularizando as suas ações, ao mesmo tempo em que foram surgindo as primeiras formas de burocratização dos sindicatos.

---

<sup>41</sup> A FORA é fundada em 25 de maio de 1901 com o nome de Federação Operária Argentina. Passou a denominar-se FORA em seu quarto Congresso em agosto de 1904.

<sup>42</sup> Não retrataremos aqui o papel dos comunistas, mas vale destacar que, diferente do Brasil, o Partido Comunista teve uma influência menor no movimento operário argentino. A razão disso explica-se pelo próprio surgimento do peronismo, as repressões que sofreram os seus membros, mas principalmente pelas suas próprias políticas baseada no Terceiro Período da Internacional Comunista dominada pelo stalinismo e, posteriormente, pela sua política de aproximação com o peronismo, impedindo-lhe de apresentar-se com um projeto político independente. Para um estudo sobre a atuação dos comunistas ver Camarero (2007).

<sup>43</sup> Hipólito Yrigoyen (1852-1933) foi duas vezes Presidente da República Argentina (1916-1922 e 1928-1930).

O período de domínio do radicalismo no início do século XX representou um período de modernização institucional na Argentina contra as antigas estruturas oligárquicas, acompanhada de uma incipiente industrialização. Foi nesse período que ocorreu a famosa Reforma Universitária de Córdoba de 1919, conquistada por um movimento radical impulsionado pelos estudantes da universidade. No entanto, estas mudanças estavam limitadas pela base de sustentação do regime político, baseada numa economia agroexportadora dependente do capital financeiro estrangeiro - centralmente da Grã-Bretanha que, além da sua relação com o campo, comprando os seus produtos, controlava as principais linhas ferroviárias do país, importante meio de escoamento da produção agrária. O radicalismo pretendia representar as classes médias urbanas, porém a sua força política das classes latifundiárias, que usufruíam da renda agrária do país, e a dependência da Argentina da economia inglesa, impediam um desenvolvimento industrial autônomo. Portanto, a modernização do radicalismo nas instituições burguesas estava restrita a uma pequena camada da população: as novas classes médias. Para se ter uma idéia do problema, o sufrágio universal era um direito de todos os cidadãos argentinos, exceto os estrangeiros. O problema é que 50% da população desta época era composta de estrangeiros, sendo que na classe operária esta proporção subia para dois terços. Os radicais sabiam que a única maneira de levar a frente seu projeto de modernização burguesa das arcaicas instituições agrárias era se aproximando da classe trabalhadora e dos sindicalistas. No entanto, a exclusão dos trabalhadores do regime democrático burguês e a falta de uma política concreta dos radicais para estes, produziu uma não identificação com o regime e com o radicalismo por parte do proletariado urbano. Segundo o historiador Horowicz,

O governo de Yrigoyen segue ao pé da letra estas regras, a renda agrária permanecia intocada, não há controle de câmbios, nem regulação de importações suntuárias (...) Todo o projeto passa por repartir, com maior democracia, a renda do capitalismo agrário nacional e conservar o status de dependência próspera. (HOROWICZ, 2007, p. 24)

E Flores complementa,

Durante o primeiro mandato de Yrigoyen, o propósito de se ligar ao movimento operário saiu bastante debilitado dado que, pressionado pelos conservadores de um lado e pelos conflitos operários de outro, se inclinou decididamente pelos primeiros. (FLORES, 2004, p. 23)

A questão central é que os radicais não podiam e não estavam dispostos a romper com as classes latifundiárias, pois isso representaria uma ruptura profunda com a sólida base econômica e social estabelecida na Argentina nas décadas anteriores. Isso não os impediu de fazerem reformas e aprovarem leis sociais importantes, muitas vezes confrontando as classes latifundiárias.

Durante o governo radical de Marcelo Torcuato de Alvear (1922-1928), os radicais obtiveram maioria no Congresso Nacional, o que lhes permitiu aprovar uma série de leis sociais projetadas durante o governo de Yrigoyen, mas que foram bloqueadas pelos conservadores. Isso permitiu, por exemplo, que um setor do importante Sindicato Ferroviário apoiasse a candidatura de Yrigoyen para as eleições de 1927:

A política de Yrigoyen resultou precursora em seu intento de estabelecer um novo tipo de relação entre o poder político e o movimento sindical, uma relação fortemente personalizada entre seus caudilhos paternalista e seus seguidores, baseada num sentimento de gratidão e lealdade. Uma fração importante de trabalhadores chegaram a considerar Yrigoyen como o verdadeiro pai dos trabalhadores argentinos. Não devemos estranhar que depois de 11 anos de orfandade, muitos trabalhadores numa situação política distinta tenha encontrado em Perón o seu novo líder. (FLORES, 2004, p. 24)

A crise econômica capitalista de 1929 não só afetou a relação da Argentina com o mercado internacional, como também o próprio radicalismo. Em 1930, como reflexo direto da crise internacional, ocorreu o primeiro golpe militar na Argentina.<sup>44</sup> A queda de Yrigoyen simbolizou o fim de um ciclo da história argentina, em que uma fração da burguesia calcada na pequena classe média urbana tentou impulsionar um novo modelo de crescimento econômico e modernização das instituições do país, dando início ao que ficou conhecido como *Década Infame* (crise econômica e uma sucessão de governos corruptos)<sup>45</sup>. Mas a frouxa relação que Yrigoyen obteve com a classe trabalhadora expressou a debilidade do próprio radicalismo. Isso evidenciava que o peso político e social que já tinham adquirido os trabalhadores era decisivo, e que qualquer projeto político novo ao país

---

<sup>44</sup> O golpe de estado ocorreu trinta e sete dias depois da YPF intervir no mercado de petróleo como objetivo de fixar os preços e atacar os trusts internacionais. Devido a crise econômica, o governo da UCR perdeu o apoio que tinha nas classes médias urbanas, permitindo que o golpe fosse dado com o apoio da imprensa, o exército e a oposição conservadora.

<sup>45</sup> A *Década Infame* terminou com outro golpe militar que depôs Ramón Castillo no ano de 1943. Este movimento ficou conhecido como “Revolução de 1943” e Perón era um dos oficiais que participaram deste golpe.

só poderia ser implementado ou com o apoio de um setor significativo do proletariado ou atacando e sufocando suas manifestações políticas no cenário nacional. Perón e seus aliados souberam balizar estas medidas, criando assim uma nova corrente política que marcou a história do país, canalizando para si a força do movimento operário numa aliança com frações das classes dominantes.

No mesmo ano em que ocorre o golpe militar é fundada a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) através de um acordo entre os “sindicalistas” e os “socialistas”. No entanto, ao invés deste fato potencializar as ações da classe trabalhadora e suas organizações, o movimento sindical manteve-se debilitado durante toda a década de trinta devido à forte repressão do novo regime ditatorial e dos reflexos da crise economia em suas fileiras. Quando as greves são retomadas no final dos anos trinta, suas reivindicações são basicamente salariais, e contava com uma maior intervenção do Estado na intermediação destes conflitos através da Secretaria Nacional do Trabalho. Pregava-se a conciliação de classes a partir da intervenção estatal, buscando-se assim o estabelecimento de uma harmonia e um equilíbrio, a já conhecida “paz social”.

Numa apertada síntese,

podemos dizer que até a década de vinte os governos oligárquicos apelaram, de maneira dominante, a política do garrote frente as demandas operárias, com um instrumento como a Lei de Residência para deportar aos revoltosos. Com a chegada de Yrigoyen iniciou-se uma nova etapa política caracterizada pelo intervencionismo estatal nos conflitos operários. Frente a essa nova realidade os sindicatos mais fortes da época acaudilharam um processo de entrelaçamento com o Estado. Antes da aparição do peronismo produziram-se no mundo três acontecimentos que veio a influir poderosamente no movimento operário argentino, pelo menos em seus setores mais conscientes. O primeiro foi a revolução russa de 1917; depois, a guerra civil espanhola; e, por ultimo, a Segunda Guerra Mundial. (FLORES, 2004, p. 30)

O peronismo surgiu, portanto, neste contexto de guerra mundial e mudanças na geopolítica internacional de grande impacto na política e na economia argentina: a queda do imperialismo inglês e a ascensão dos EUA como nova e incontestável potência imperialista. A diminuição do mercado inglês à carne argentina conduziu o país a uma crise econômica e a uma política de desenvolvimento da manufatura nacional para atender as demandas do mercado interno, o que aumentou consequentemente a força social e política do proletariado urbano. Justamente neste interregno da história argentina, Juan Domingo

Perón esteve à frente da Secretaria do Trabalho. Ele, ao compreender as mudanças que se operavam na conjuntura de seu país, tomou a dianteira da relação com a classe trabalhadora, concedendo-lhe medidas trabalhistas que permitiram “modernizar” a relação entre capital e trabalho. Esta política, ao mesmo tempo em que legalizava a ação dos sindicatos, aumentava o controle do Estado sobre eles.

O peronismo<sup>46</sup> enquanto corrente político-sindical ou enquanto partido político adotou, até a morte de Perón, um discurso nacionalista e antiimperialista e de intervenção estatal na economia. Entretanto, seu programa concreto foi maleável as mudanças da conjuntura nacional e internacional. É notório o terceiro mandato presidencial de Perón quando retorna a Argentina pela pressão exercida pelo movimento operário que ansiava por mudanças depois de anos de outra ditadura militar. No entanto, ao chegar ao poder, o velho Perón já não tinha atrás de si as bases econômicas e políticas dos anos de rápido crescimento econômico do pós-guerra, em que a burguesia podia dar enormes concessões às massas populares e mesmo assim manter os seus lucros em patamares altos. Em seu terceiro mandato, Perón encontrou um país afetado pela crise econômica internacional e pressionado pelos EUA.<sup>47</sup>

Definimos o peronismo enquanto um movimento *nacionalista burguês*, que se propôs a representar uma fração da burguesia “nacional”. Porém, todo desenvolvimento capitalista e industrial em países atrasados como a Argentina, numa época imperialista, ou seja, dominada por grandes monopólios internacionais, não é capaz de desenvolver uma burguesia “nacional” capaz de competir com as frações burguesas dos países avançados. Para sobreviver frente às pressões estrangeiras, esta burguesia necessitou da permanente ajuda do Estado, por si só débil e sujeito a golpes. Em contraposição, a debilidade desta burguesia “nacional” é reflexo da presença de um forte proletariado “nacional”, que lhe ameaça permanentemente. Por isso, entendemos Perón enquanto um *bonapartista sui generis*, conforme caracterização de Trotsky:

---

<sup>46</sup> Para um melhor estudo sobre o peronismo e o movimento sindical argentino, consultar: Campo (2005), Horowicz (2007) e Aragón (2009).

<sup>47</sup> Lembremos também que a situação política internacional havia mudado muito. Os EUA perdera a guerra do Vietnã e o movimento operário vinha protagonizando em vários países, desde o maio-junho francês de 1968, ações radicalizadas contra o capital. Estava encerrado o período das concessões e cooptação da social-democracia européia, para dar lugar a um duro ataque contra o movimento sindical através do neoliberalismo.

Nos países industrialmente atrasados o capital estrangeiro desempenha um papel decisivo. Daí a relativa debilidade da burguesia *nacional* em relação ao proletariado *nacional*. Isso cria condições especiais de poder estatal. *O governo oscila entre o capital estrangeiro e o nacional, entre a relativamente débil burguesia nacional e o relativamente poderoso proletariado. Isto dá ao governo um caráter bonapartista sui generis, de índole particular. Eleva-se, por assim dizer, por cima das classes.* Na verdade, pode governar convertendo-se em instrumento do capital estrangeiro e submetendo o proletariado às amarras de uma ditadura policial, ou manobrando com o proletariado, chegando inclusive a fazer-lhe concessões, ganhando deste modo a possibilidade de dispor de certa liberdade em relação aos capitalistas estrangeiros. (TROTSKY, 2009, p. 139, grifos nossos)

Perón projetou-se como representante da classe trabalhadora no período em que esteve a frente da Secretaria do Trabalho. A sua identificação com a classe trabalhadora parecia confirmar-se “ao ser objeto dos mais amargos ataques por parte das patronais e a imprensa reacionária” (FLORES, 2004, 33). Quando ele foi destituído de seus cargos em 1945, a classe trabalhadora compreendeu que estavam em jogo as suas conquistas e responderam saindo massivamente as ruas para defender seu “líder” em 17 de outubro de 1945<sup>48</sup>. Foi deste processo que Perón, a contragosto das classes dominantes, mas como único capaz de levar a frente os seus objetivos, ascendeu a Presidência da República na Argentina em 1946.

Deste processo nasceu o Partido Laborista. Assim que Perón ganhou as eleições de 1946, abriu-se uma crise dentro deste novo partido quando um setor da burocracia sindical buscou maior espaço para atuar com a sua política. Perón, então, mostrou os seus verdadeiros traços *bonapartistas*, dissolvendo o partido e prendendo o principal representante do movimento sindical, Cipriano Reyes, e criando, logo em seguida, o Partido Peronista<sup>49</sup>. Assim, deste processo, foi se constituindo um movimento sindical amparado pelo Estado a partir da política peronista, em que se combatia qualquer oposição, inclusive dentro de suas próprias fileiras, ao mesmo tempo em que ajudavam a consolidar não apenas uma nova e sólida burocracia sindical, mas também toda uma camada de dirigentes

---

<sup>48</sup> Perón acumulava, neste momento, o cargo de Secretario do Trabalho e vice-presidente de Edelmiro Farrel (1944-1946). Pressionado pelas classes dominantes, Farrel pediu a Perón a sua renúncia, concedida por ele no dia 9 de outubro de 1945. Em seguida, ele foi enviado para a Ilha Martín García. No dia 17 de outubro deste mesmo ano a Praça de Maio foi tomada por uma multidão de operários que reivindicavam o retorno de Perón e a restituição de todos os seus cargos.

<sup>49</sup> No âmbito partidário o peronismo teve vários nomes: Partido Laborista, depois Partido Peronista e, finalmente, Partido Justicialista.

sindicais corruptos que não tinham identificação direta com as necessidades dos trabalhadores.

Desta forma, desde os anos quarenta, o peronismo foi consolidando sua influência sobre a classe trabalhadora e foi a partir desta relação que conseguiu manobrar frente as pressões do capital estrangeiro. No entanto, esta influência diminuía em momentos em que os antagonismos entre as classes se chocavam abertamente em lutas políticas – momentos estes em que os trabalhadores lutavam por suas próprias reivindicações de classe, rompendo com o setor burguês da aliança peronista. Estes momentos de crise entre trabalhadores, peronistas e suas direções sindicais e políticas deram-se principalmente quando eles estavam no governo, como em 1975 - momento em que a classe operária se enfrentou abertamente com a direção do governo e também a direção da CGT.

Perón, para afastar as organizações revolucionárias do movimento operário, formulou um discurso que atacava todas as ideologias “extremistas”, de esquerda e marxista, acusando-as de “estrangeiras”, apelando a um sentimento nacional. Esses discursos atingiram e moldaram profundamente a classe trabalhadora. Frases do tipo “nem yanques nem marxistas, peronistas!” ou “nem direita nem esquerda, os que não são peronistas que se vão a merda!” foram ouvidas no movimento operário desde de que o peronismo erigiu enquanto força política.<sup>50</sup>

Com o peronismo se consolidou uma direção sindical burocrática, assentada numa estrutura sindical verticalizada e atrelada ao Estado. Esta estrutura foi legalizada pela *Ley de Asociaciones Profesionales* (LAP) aprovada em 1945 - que permanece intacta em seus principais aspectos até hoje. Segundo ela, para que um sindicato seja reconhecido legalmente, ele necessita da *personería gremial*, uma carta de aceite, emitida a apenas um sindicato – apesar de que a legislação reconhece a possibilidade de outras organizações por meio da *inscripción gremial*; mas apenas a entidade que possui a *personería* pode participar das negociações coletivas nacionais e gerir recursos oficiais. Com este mesmo princípio, esta legislação só permite existir uma única central sindical com *personería* – mas permite

---

<sup>50</sup> Vejam os primeiros discursos de Perón, logo que assume o cargo de Secretário do Trabalho: “os patrões, os operários e o estado constituem as partes de todo o problema social. Eles e não outros têm de ser quem o resolvam, evitando a inútil e suicida destruição de valores e energias. A unidade e compenetração de propósitos destas três partes deveriam ser a base de ação para lutar contra os verdadeiros inimigos sociais, representados pela falsa política, as ideologias estranhas sejam quais forem, os falsos apóstolos que se introduzem no sindicalismo para prosperar com a mentira e a traição das massas e as forças ocultas de perturbação do campo da política internacional”. (Apud FLORES, 2003, p 34)

outras com *inscripción*. Outro aspecto do atrelamento desta estrutura sindical com o Estado está na *cuota sindical*, um imposto aplicado a todos os filiados a um sindicato oficial. Estes dois aspectos são muito parecidos com a estrutura sindical brasileira – a carta sindical e o imposto sindical. Porém, um aspecto diferente do nosso país está na permissão de organizações no local de trabalho. Além da figura do sindicato “inscrito” e da cobrança do imposto, o sindicalismo argentino possui incorporada a sua estrutura organizativa a garantia de um *corpo de delegados* com estabilidade no emprego e as *Comissões Internas*. (Souza, 2009)

Portanto, se por um lado peronismo dificultou enormemente a possibilidade de que os trabalhadores se organizassem de maneira independente, e da perspectiva de constituírem um partido político próprio, por outro, devido a estes mesmo fatores, a classe trabalhadora argentina se expressou de forma explosiva e radical nos momentos em que rompia com a política peronista e sua estrutura sindical. “O justicialismo atuou como um dique de contenção que impediu a penetração das idéias de esquerda. Concedeu inegáveis conquistas aos trabalhadores, mas os despojou de sua consciência de classe” (FLORES, 2004). Por toda a sua história, grande parte do movimento gestado no interior da estrutura sindical contrário ao peronismo ou as burocracias sindicais expressaram-se primeiramente nos corpos de delegados e nas Comissões Internas. Assim foi com o processo descrito e analisado nesta dissertação.

### **1.2.2. O método da ocupação de fábricas e o peronismo.**

Na Argentina, o método de ocupação de fábricas faz parte da história de seu movimento operário desde meados dos anos 1950 - o divisor de águas neste sentido foi a ocupação do Frigorífico Lisandro de la Torre em 1959 (RAU, 2004). A partir deste momento ocorreram inúmeras ocupações das unidades de trabalho e, em menor medida, de ramos de atividade, como instrumento para uma luta econômica pelos salários atrasados, pela reincorporação dos trabalhadores demitidos ou na defesa de seus postos de trabalho. Mesmo que estas não tenham se desenvolvido para uma gestão operária direta da produção, a radicalização dos métodos de luta por si só foi significativo naquele período.

Em 1964, como parte do “Plano de Luta” da CGT lançado no ano anterior, ocorreu um processo massivo e nacional de ocupação das fábricas, atingindo o cerne da economia argentina: a produção industrial. Estas ocupações eram parte de um plano de ação combinadas de uma greve geral e mobilizações de rua. Segundo estudiosos do tema:

As ocupações massivas de estabelecimentos em 1964 localizam-se num período que começa em 1955, quando a aliança social, cuja forma política é o peronismo e da qual constitui parte majoritariamente a classe operária, é destituída do governo mediante um golpe de estado; e se encerra em 1975/76, momento a partir do qual a força acaudilhada pela oligarquia financeira consegue impor-se sobre o conjunto da sociedade. Considera-se que o ano de 1969 constitui um ponto de inflexão deste período, pois a partir de então as lutas continuam sob novas formas e com um novo caráter, e não há dúvida de que as ocupações massivas de fábricas anteriores a esse ponto são de natureza diferente às produzidas depois (1971 e 1973). (COTARELO, FERNÁNDEZ, 1994)

A direção da CGT organizou as ocupações impondo uma disciplina vertical para que o movimento não saísse de seu controle e se radicalizasse além do que desejavam. No primeiro de maio de 1964 aprovaram na direção da central sindical “colocar em execução a segunda etapa do plano de luta da seguinte forma: a) entre 18 de maio (segunda-feira) a 15 de junho, ocupação parcial, zonal e por grupos na forma que indicará o Conselho Diretivo da CGT; b) entre 15 e 18 de junho, como culminação desta segunda etapa, ocupação total e simultânea em todo país pelo término de 24 horas; c) o Conselho Diretivo da CGT planificará com a consulta correspondente aos organismos confederados todas estas ações de luta aos efeitos de uma perfeita eficácia e sincronização; d) as organizações confederadas tomarão todas as disposições para cumprir estritamente todas as consignas dos corpos diretivos e assegurar o máximo de disciplina e segurança; e qualquer modificação que requeira o presente plano deverá assegurar, para sua consideração, a convocatória do Comitê Central da Confederação”. (Apud em COTARELO, FERNÁNDEZ, 1994) Portanto, toda a organização e efetivação da luta ocorreram de forma vertical, desde a direção da CGT, passando pelos secretários dos sindicatos, que transmitiam as informações aos delegados e comissões internas e estes para todos os operários do interior da fábrica.

Quando o patronato acionava a justiça para defender sua propriedade privada, a polícia logo chegava à fábrica com uma ordem de despejo emitida por um juiz. A maioria

dos operários, logo que a polícia ameaçava reprimi-los eram orientados pela direção peronista a desocuparem as fábricas sem resistência. Por isso que não podemos afirmar que havia por parte da direção da CGT, majoritariamente de peronistas, uma estratégia de controle operário da produção. Sua postura era típica das burocracias sindicais que, se aproveitando da sua influência política desde sua localização na estrutura sindical, usavam a classe trabalhadora como parte de seu jogo político na busca de alianças com setores da burguesia.

Segundo dados da própria CGT, ao longo do operativo de ocupações, 3.913.000 trabalhadores ocupam 11.000 estabelecimentos. A primeira cifra corresponderia a 75,4% do total de assalariados, segundo o censo nacional argentino de 1960 e a segunda a 10% do total de estabelecimentos industriais de todo país, segundo o censo econômico nacional. Além do mais, as ocupações não aconteciam de forma simultânea, mas divididas em sete operativos, que não deixava de ser outra forma de controle ao movimento operário. Colocar 75% dos assalariados ativos ocupando suas respectivas fábricas paralisaria o país, evidenciando aos próprios operários o seu real poder na economia nacional, o que talvez despertaria anseios muito mais audazes em setores dos trabalhadores. (COTARELO; FERNÁNDEZ, 1994)

Cotarelo e Fernandez (1994), em sua investigação nos jornais de grande circulação da época, registraram 4.398 estabelecimentos ocupados durante as sete operações - segundo os autores, só incluíram nesse registro as ocupações de estabelecimentos identificados por seu nome, o que significa que o número de fábricas ocupadas possa ter sido muito maior. Outro dado importante: das ocupações, 97,1% eram estabelecimentos industriais e ao redor de 97,8% dos trabalhadores eram da indústria manufatureira do país, localizadas nos grandes centros urbanos, principalmente a província de Buenos Aires. Ou seja, era o operariado mais concentrado e de localização estratégica na economia quem estava protagonizando estas ações.

Estas ocupações, impulsionadas e dirigidas pela direção sindical peronista da CGT, tiveram efeitos profundos sobre a subjetividade da classe operária que dela participaram. Sua força foi testada, mesmo que para uma política de aliança com setores da burguesia, mostrando seu papel estratégico na produção nacional. Tornou-se direção de uma aliança contra o governo e setores da burguesia, abrangendo camadas médias da sociedade como os

estudantes universitários que, em solidariedade a ação dos trabalhadores, ocuparam inúmeras universidades. Podemos afirmar que o mais importante destas ações é que as jornadas de ocupações massivas de 1964 mantiveram-se presente no imaginário da classe trabalhadora industrial e voltou a ser um instrumento de suas lutas nos anos 1970, agora em aberto confronto com o peronismo.

Uma política radical de ocupação das unidades produtivas, como as de 1964, pode levar a uma conscientização por parte dos trabalhadores do seu real peso social e político na economia do país. Mesmo controlada verticalmente pela direção peronista da CGT, não faltaram neste processo de ocupações casos de radicalização política. Vejamos os depoimentos de dois trabalhadores de distintas fábricas ocupadas neste período coletados no filme “La hora de los hornos” de Fernando Solanas (1968). O primeiro é de Cirilo Ramallo, operário da fábrica SIAM Di Tella Monte Chigolo, na época umas das principais fábricas metalúrgica da Argentina. O segundo depoimento é de Runita Borba, trabalhadora têxtil da fábrica La Bernalesa, que no momento contava ao redor de duas mil trabalhadoras e com a ocupação foi colocada sob gestão operária:

Depoimento 1:

- A ocupação da fábrica se deu ao redor da demissão de 300 companheiros (...) as medidas que tomamos foi organizar ações dentro da fábrica para que a polícia não pudesse nos despejar (...) temos distribuído tanques de solventes e temos colocado mangueira de bombeiros em diferentes lugares da fábrica para um suposto despejo. Agora, a defesa da fábrica nós organizamos junto aos companheiros da Comissão Interna (...) nos distribuímos nos piquetes de greve, correndo a fábrica; inclusive os bairros, que sempre foram solidários conosco, tudo isso supondo que viriam nos despejar.
- Que posição você ocupava dentro da fábrica?
- Delegado da Comissão Interna”.<sup>51</sup>

Depoimento 2:

No país havia tido muitas ocupações, inclusive nesta fábrica havíamos feito muitas ocupações. Porém esta é historicamente uma ocupação única porque pela primeira vez num país se colocou em funcionamento sob controle operário uma fábrica têxtil. Imagine que pela primeira vez nós éramos donas, donas absolutas de uma fábrica que durante trinta anos alguns companheiros foram aí explorados pela patronal (...) Nós tínhamos

---

<sup>51</sup> Cirilo Ramallo, da fábrica SIAM Di Tella Monte Chigolo, uma das primeiras ocupações fabris ocorridas na Argentina.

uma dupla responsabilidade: mostrar, por um lado, para a patronal e o governo, que éramos capazes de produzir, elaborar e ao mesmo tempo administrar nossa própria produção (...) E nesse sentido, há uma infinidade de exemplos: a qualidade da produção, por exemplo, que na verdade, comparando com o que estava no depósito, demonstrava que a fábrica estando a nossa disposição, sendo nossa, ao final de treze dias havíamos conseguido produzir numa qualidade superior. Outro fato importante a destacar é a participação dos trabalhadores, porque nos seguiram de forma unânime...”<sup>52</sup>

A questão concreta que nos evidencia estes relatos sobre estas duas experiências de ocupação de fábricas em 1964 é que ao assumir o controle da fábrica, mesmo que a estratégia da direção deste movimento não aponte para o controle operário, cria-se nesta unidade produtiva uma dualidade de poder, em que se coloca em questão quem manda nas dependências das fábricas. Estas duas ocupações são exemplos concretos de que a radicalização na forma pode despertar a vontade de uma radicalização política, apontando para o germe de uma nova sociedade sem o controle do capital sobre o trabalho e a classe trabalhadora.

No entanto, o desenvolvimento destes processos para uma ação política radical por parte dos trabalhadores está intrinsecamente relacionado com a capacidade destes em romper com suas direções burocráticas, no caso o peronismo. Nos processos das lutas protagonizadas em Zanon, a luta política de um grupo de ativistas contra a direção burocrática do sindicato foi fundamental para a radicalidade da sua proposta política de controle operário da produção. Esta ação diferenciou-se das demais fábricas ocupadas na Argentina contemporâneas a Zanon, porque elas, em sua grande maioria, acabaram sendo dirigidas por movimentos ou partidos ligados ao peronismo ou ao governo Kirchner, e se limitaram a manter a produção funcionando. E, por fim, como demonstraremos mais adiante, a ação consciente deste grupo, influenciada por uma organização política revolucionária, no caso o PTS, foi fundamental em Zanon. Mas estes elementos estiveram ausentes tanto na maioria das fábricas recuperadas destes últimos anos na Argentina, quanto nestas ocupações de 1964.

Mas as experiências das ocupações de fábricas de 1964, numa conjuntura ascendente da luta de classes, deixaram suas marcas nas lutas radicais dos anos posteriores.

---

<sup>52</sup> O Runita Borba, fala sobre a ocupação de uma grande fábrica têxtil sobre administração operária, “La Bernalesa”. A fábrica tinha ao redor de 2000 trabalhadores

Em 1969, os operários de Córdoba organizam uma semi-insurreição na cidade, utilizando-se do método da ocupação de fábricas e das barricadas nas ruas. Nos anos setenta, os trabalhadores da FIAT, incentivados pelo sindicalismo classista da SITRAC-SITRAM, ocupam as dependências da fábrica de automóveis. Em 1975, na capital da Argentina, o movimento operário industrial, desde as comissões internas e de base, impulsionaram um organismo político de unificação de suas lutas, as Coordenadoras Interfabris.<sup>53</sup> É neste momento que o governo peronista de Isabelita é golpeado por duas importantes greves nacionais contra suas políticas, expressando o rompimento de camadas importantes da classe trabalhadora com o peronismo. Estas experiências classistas ficaram cunhadas como a tradição *setentista* e até hoje é reivindicada por setores importantes do movimento operário argentino, como é o caso da luta em Zanon.

Portanto, a luta em Zanon, como ficará demonstrada no desenvolver dessa dissertação, representa a continuidade das lutas radicais da tradição do movimento operário argentina, mas também ruptura com sua corrente política mais importante, o peronismo, e toda a sua forma de fazer movimento sindical. Também representou o resgate de outras formas históricas e universais do movimento operário, como o partido político revolucionário.

### **1.3. Classismo, vanguarda e partido revolucionário.**

Antes de entrarmos propriamente na experiência de luta em Zanon, vale fazer uma primeira definição sobre o termo *classismo*. Na Conclusão da dissertação retomaremos esta discussão, complementando a sua definição com ajustes históricos e teóricos. Neste momento do texto, sobre a base da experiência história do movimento operário argentina, vale ressaltar como o classismo se expressou na Argentina. Segundo Aiziczon (2007), historicamente a oposição sindical classista apareceu rechaçando os mecanismos burocráticos da estrutura sindical do país. Este rechaço expressou uma luta por colocar em primeiro plano ferramentas que horizontalizem a prática sindical e seus fluxos de poder.

---

<sup>53</sup> Para um aprofundamento sobre estes processos, ver: Aiziczon (2007); Lizarrague, Werner e Castillo (1997); Castillo (2004); Flores (2003); Medina e Aguiar (1997); Werner e Aguirre (2007).

Daí o valor dedicado as formas de democracia direta através das assembléias, Comissões Internas, Corpos de Delegados e eleições sindicais. Já, geograficamente, o classismo se expressou na Argentina, até os anos setenta, nas regiões de maiores concentrações industriais como em Córdoba no final dos anos sessenta nos sindicatos dos trabalhadores da FIAT (SITRAC-SITRAM), os de Perkins e os de metalúrgicos, SMATA, ou nos Cordões Industriais de Santa Fé e Buenos Aires pela formação das Coordenadoras Interfabris.

Vale destacar que os sindicatos classistas, logo que se estabeleciam, foram perseguidos pela burocracia sindical e pela burguesia e seus aparatos repressivos do Estado. Portanto, a duração de um sindicato classista esteve sempre limitada ao desenvolvimento da situação política nacional, pois ao retroceder a luta de classes, estiveram sujeitos aos mais duros ataques. Muitos destes foram colocados na ilegalidade e seus membros presos, como aconteceu com Gregório Flores e seus companheiros do SITRAC-SITRAM.

Portanto, como nos sugere Pozzi (2000, 2007), estas experiências do passado do movimento operário argentino consolidaram uma subjetividade classista subjacente, que percorreu em silêncio todo o período neoliberal. No entanto, sua sugestiva análise precisa ser complementada por outro elemento fundamental, para que possamos compreender como o classismo ressurge em processos importantes do movimento operário no final dos anos noventa e neste início de século XXI: a ação consciente de uma organização política.

Diferentemente das análises feitas por vários autores que estudaram o movimento de fábricas recuperadas da Argentina, muitos influenciados pelo autonomismo, achamos fundamental destacar o papel exercido, na preparação das lutas em Zanon, pela vanguarda operária da fábrica e pelo *Partido dos Trabalhadores Socialistas* (PTS). Por vanguarda operária entendemos os setores de trabalhadores conscientes de um projeto político para a sua classe e que atuam na luta de classes em busca deste objetivo. Esta vanguarda incorpora em suas ações os elementos históricos dos métodos e do programa da classe trabalhadora, exemplificadas nas lutas do passado. Atua dentro das fileiras da sua classe, mas ao mesmo tempo descolado desta, pois sua consciência política, pautada nos princípios do classismo e da revolução, distancia-se do senso comum presente entre os trabalhadores, principalmente em períodos de reação ideológica contra o trabalho como foram os anos noventa.

Nas lutas ocorridas em Zanon se consolidou uma vanguarda de novos ativistas que foram elaborando as suas idéias políticas no percurso do processo da luta de classes. Não

estava presente nas primeiras reuniões deste grupo o projeto de ocupar a fábrica e colocá-la sobre controle dos trabalhadores. Muito menos de uma perspectiva histórica emancipadora. O que os movia em suas primeiras ações era a vontade de lutar por seus direitos e manter os seus empregos, combatendo a burocracia sindical e as medidas repressivas e arbitrárias do patrão.

Mas o processo de conscientização política não ocorre de forma espontânea pela experiência nas lutas sociais. A presença de organizações políticas é fundamental para o desenvolvimento de uma consciência revolucionária. No caso de Zanon, a presença de Raul Godoy entre os membros desta vanguarda foi um fator decisivo, não apenas pela sua personalidade e capacidade de direção, reconhecida por todos os autores autonomistas que analisaram Zanon, mas pelo fato de por trás dele haver um partido político atuando em cada decisão da vanguarda, em cada luta dentro da fábrica, refletindo táticas e programa para atingir sua estratégia maior, a emancipação dos trabalhadores. Segundo Marx,

Os comunistas não formam um partido à parte, oposto aos outros partidos operários. Não têm interesses diferentes dos interesses do proletariado em geral (...) Os comunistas se distinguem dos outros partidos operários somente em dois pontos: 1) nas diversas lutas nacionais dos proletários, destacam e fazem prevalecer os interesses comuns do proletariado, independentemente da nacionalidade; 2) nas diferentes fases de desenvolvimento por que passa a luta entre proletários e burgueses, representam, sempre e em toda parte, os interesses do movimento em seu conjunto. Na prática, os comunistas constituem a fração mais resoluta dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona as demais; teoricamente têm sobre o resto do proletariado a vantagem de uma compreensão nítida das condições, do curso e dos fins gerais do movimento proletário (MARX, ENGELS, 2005, p. 51)

O próprio percurso de Raul Godoy é um exemplo disso. Nasceu em 1965 na cidade de Centenário, onde vive hoje a maioria dos ceramistas de Zanon. Durante a sua adolescência trabalhou no campo e militou junto a um setor da igreja ligado a teologia da libertação, que logo rompeu e se tornou ateu. Depois de terminar o ensino médio, mudou-se para a cidade de La Plata para cursar medicina, mas abandonou seus estudos no segundo ano por perseguições políticas e começou a trabalhar na construção civil numa época das “greves selvagens” do final dos anos oitenta. Neste momento, aproximou-se da esquerda trotskista através da leitura dos jornais partidários e ingressou no Movimento ao Socialismo (MAS) dirigido pelo trotskista Nahuel Moreno. Porém, discordando das teorias formuladas

por este dirigente no final de sua vida, Godoy fez parte da geração de militantes que rompeu com o MAS em 1988 e construíram o Partido dos Trabalhadores Socialistas (PTS). A crise econômica do final dos anos oitenta lhe obrigou a retornar à Neuquén, onde conseguiu trabalho na fábrica Zanon. Jovem operário, Godoy tinha um estilo particular: de cavanhaque, sempre com um boné virado para trás, um lenço “palestino” no pescoço e carregando uma pequena mochila em suas costas parecia um jovem roqueiro argentino. Tinha 35 anos quando foi eleito em 2000 Secretário Geral do Sindicato Ceramista.

Foi no cenário repressivo dos anos noventa que se desenvolveu uma militância “clandestina”<sup>54</sup> no interior da fábrica. Segundo as palavras de Godoy,

creio que o mais revolucionário que fiz em minha vida foi ter trabalhado clandestino dentro da fábrica. Porque frente a tanto maus tratos e humilhação, era muito difícil. Foi o que se passou com as primeiras células de companheiros que fracassavam porque os companheiros falavam. Então, o primeiro que tínhamos que fazer era saber quem era mais ativista e melhor companheiro. Porque dentro, quando se via que se juntavam três operários na fábrica, em seguida vinha o supervisor ou a burocracia. (Raul Godoy.)

Alguns autores, como Rebón (2004) e Aiziczon (2007, 2009b), reconhecem o papel fundamental do PTS no desenlace da luta em Zanon. Segundo o primeiro autor, “não podemos deixar de destacar que sem a existência de ativistas deste partido [o PTS], muito provavelmente o caso que estamos analisando [Zanon] não teria existido”. Já Aiziczon destaca:

As publicações do PTS, em especial o seu jornal *La Verdad Obrera*, já circulam entre os operários, e se observamos bem, a forma discursiva característica da esquerda através deste partido vai coagular em cheio no vocabulário dos operários, de suas consignas e de suas próprias publicações: a “burocracia, o “operário/a”, a “classe trabalhadora”, a “patronal”, entre outros, vão configurar as categorias básicas de que se utilizarão para enquadrar o adversário e para constituir e reforçar a própria identidade ceramista. (AIZICZON, 2009b, p. 170)

Aqui está a chave para entender a principal particularidade da luta dos ceramistas em Zanon em relação as demais fábricas ocupadas. A atuação dos trotskistas visa “ajudar as massas no processo de suas lutas cotidianas a encontrar a ponte entre suas reivindicações

---

<sup>54</sup> Usamos a expressão de Godoy para denominar um trabalho de militância subterrâneo, preparatório, paciente e cotidiano, cuidadoso, em que o ativista não demonstrava publicamente as suas posições políticas para não ser identificado no interior da fábrica e ser perseguido ou demitido logo em seguida.

atuais e o programa da revolução socialista. Esta ponte deve consistir em um sistema de reivindicações transitórias, partindo das atuais condições e da consciência de amplas camadas da classe operária e conduzindo a apenas uma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado” (TROTSKY, 2008c, p. 20). Obviamente que não estava colocado em Neuquén a tomada do poder. As reivindicações transitórias da qual se refere o Programa de Transição escrito em 1938 pela Oposição de Esquerda Internacional que daria origem a IV Internacional, tem como objetivo colocar o proletariado em ação com um programa político que lhe permita fazer experiências com as diversas frações burguesas e oportunistas que lhe influenciam e com os instrumentos da classe dominante, fazendo-lhe concluir que somente a sua ação independente poderá transformar de fato a sua situação e revolucionar a sociedade.

Portanto, como veremos mais adiante, este novo grupo de militantes adotará inúmeras estratégias para quebrar o isolamento e a individualização dos ceramistas. No entanto, mesmo tendo domínio sobre o interior da fábrica, o capital não conseguiu dominar todos os aspectos da vida do operário. E será através de uma atividade social externa à fábrica que os ativistas iniciarão as suas primeiras ações políticas e de organização dos ceramistas. Estas iniciativas contarão com uma mudança no cenário político nacional e, em particular, na província de Neuquén, facilitando-lhes o resgate de uma tradição classista do movimento operário argentino, ao mesmo tempo em que rompiam com a tradição peronista de conciliação de classes.

#### 1.4. A retomada das lutas em meados dos anos 1990.

Segundo Castillo (2007), as lutas operárias de empregados e desempregados dos anos noventa produziram um importante acúmulo de experiências para a ação da classe operária nos anos dois mil. Naquele período, as várias revoltas populares ocorridas nas províncias do interior da Argentina, conhecidas como “puebladas”<sup>55</sup>, expressavam uma forma de resistência às medidas neoliberais impulsionadas pelos governos nacional e provinciais (KLACHKO, 1999). O marco inicial dessas lutas foi o conflito ocorrido em Santiago Del Estero (conhecido como *Santiagazo*), região norte do país, onde os funcionários públicos da província, revoltados com os atrasos de três meses de salários, ocupam e incendeiam a Casa do Governo, a Legislatura e a sede do Poder Judiciário no dia 16 de dezembro de 1993. A mobilização aglutinou também outras camadas da população de Santiago, como os comerciantes locais que se encontravam em situação de crise econômica devido a queda nas vendas de seus produtos por causa dos atrasos, já que os funcionários públicos tinham peso econômico significativo para a região.

Manifestações como esta marcaram uma forma de luta popular ocorrida nos anos noventa, expressas em vários conflitos por todo território nacional. Na época do conflito em Santiago del Estero, ocorreram levantamentos similares contra as medidas neoliberais nas províncias de La Rioja e Chaco, com manifestações massivas de rua, ataques aos prédios dos governos e enfrentamentos com a polícia. Em abril de 1995, os metalúrgicos de Ushuaia ocuparam a fábrica Continental contra as medidas do patrão, e foram despejados pela polícia, resultando na primeira morte de um operário ocupado desde o fim da ditadura militar. Portanto, outro fator presente na maioria destes conflitos foi a violência do aparato repressivo do Estado contra estes manifestantes, ocasionando, inclusive, várias mortes. Mas na maioria destes conflitos, a classe operária não participou enquanto protagonista, com seus métodos de ação e programa político, mas dissolvidas nesta ação radicalizada que envolvia várias camadas sociais.

---

<sup>55</sup> Pablo Pozzi define da seguinte maneira uma “pueblada”: “A característica central de uma ‘pueblada’ é que os protagonistas da mesma participam como vizinhos ou cidadãos, ou seja, como ‘pueblo’ (povo), e não como classe social. Se bem nestas ‘puebladas’ teve uma importante participação sindical (particularmente os sindicatos estatais) não parecem ter tido características classistas como elemento dominante, com as exceções dos conflitos de San Nicolás e de Ushuaia”. (POZZI, 2007, p. 108)

Entre os anos de 1996 e 1997, os trabalhadores desempregados organizaram novos levantamentos populares em várias cidades com a reivindicação da criação de novos postos de trabalho como eixo central. O primeiro destes conflitos aconteceu entre os dias 20 e 26 de junho de 1996 na Plaza Huincul e Cutral Có<sup>56</sup>, cidades vizinhas no interior da província de Neuquén, onde 20.000 manifestantes protagonizaram um piquete na Rodovia 22<sup>57</sup> - conhecida com *Cutralcazo*, as ações de 1996 foi a primeira grande manifestação protagonizada pelos desempregados<sup>58</sup>. Segundo o artigo de Olga Lione publicado em *La Mañana del Sur*, jornal de grande circulação na província, o conflito desatado nestas duas cidades foi uma “rebelião tardia porque não se manifestou quando o novo Estado argentino colocou as mãos na mais poderosa empresa nacional. A resposta mais aceita é que a rebelião começou quando se esgotaram as indenizações e com a falência dos micros empreendimentos em que participaram 1.800 famílias” (Lione, 1996).

A empresa nacional ao qual se referia a jornalista era a YPF, a maior empresa estatal da nação argentina, privatizada em 1991 pelo governo de Carlos Menem, sob uma polêmica discussão sobre os métodos de suborno empregados durante a sua votação pelo Senado Nacional. Logo que foi privatizada, 3.500 operários foram demitidos. Portanto, o impacto sobre a província de Neuquén foi devastador. Em 1996 registrava-se em Neuquén 11,9% de desempregados contra 6,6% em 1990. No momento do conflito de 1996, havia nas duas cidades 28.000 habitantes maiores de dezoito anos, dos quais 2.500 estavam desempregados (KLACHKO, 1996). Além do *Cutralcazo* ter sido a primeira grande manifestação protagonizada pelos desempregos, sua importância está também no fato de resgatado um instrumento de luta como o *corte de ruta* (bloqueio de estrada) – uma barricada armada no meio de uma rua ou estrada - usando-o a partir deste momento como principal instrumento de protesto dos desempregados – foi daí que surgiu a denominação *piquetero* para aqueles desempregados que participavam dos *cortes de ruta*.

---

<sup>56</sup> Para uma cronologia deste conflito, consultar Klachko (1999).

<sup>57</sup> A Rodovia 22 é via de acesso de Neuquén e do interior argentino ao Chile. O bloqueio da estrada produzia a paralisação não apenas das atividades das cidades, mas da circulação da mercadoria. Mesmo estando desempregados, os trabalhadores, com seus métodos de cortes de rua, atingiam o mundo produtivo e o capital. É uma forma criativa da luta de classes, retomando métodos protagonizados no passado na Argentina como foi no Cordobazo em 1969 e nas greves dos anos 1970.

<sup>58</sup> É importante ressaltar que os desempregados eram os protagonistas, os agentes centrais deste conflito, mas também participaram dele trabalhadores empregados, estudantes, pequeno comerciantes, dentre outras camadas.

Se o desemprego foi a razão do conflito, o seu estopim foi o anúncio por parte do governador Felipe Sapag, do MPN, no dia 19 de junho de 1996, de que o Estado não poderia financiar o projeto de instalação de uma fábrica de fertilizantes prevista em contrato com a empresa canadense Agrium. No dia anterior ao anúncio, os moradores destas duas cidades souberam também que não seria mais construído um gasoduto que passaria pela região em direção ao Chile; e, para piorar a situação, dias antes, uma fábrica de cerâmica tinha anunciado seu fechamento. Ou seja, frente a tamanha crise econômica que passava as duas cidades devido a privatização da YPF e o subsequente aumento do desemprego, os anúncios de que não haveria mais nenhuma abertura de novos postos de trabalho num futuro próximo desatou o conflito quase que espontaneamente.

Eles foram exibidos ao vivo pelos principais canais de televisão do país. A nação inteira podia assisti-los e tomar conhecimento da eficácia do *bloqueo de estradas* para a luta da classe trabalhadora, ajudando a disseminar este método por todo território nacional. Após derrotar a ação das forças repressivas – a Gendarmería declarou-se incapaz de desmanchar a barricada frente a pressão de cerca de 20.000 manifestantes –, os *piqueteros* obtiveram um acordo que lhes prometeu atender grande parte das suas reivindicações, ainda que, a central, a criação de novos postos de trabalho, não fora incluída. Surgia assim, no seio desta luta, uma nova bandeira social: o *trabajo genuino* – que podemos traduzi-la enquanto “Trabalho para todos”.

No mês de abril do ano seguinte, com o não cumprimento do acordo, os desempregados voltam a fechar a Rodovia 22, desta vez num contexto de forte greve dos professores da rede pública da província. Foi neste segundo *Cultralcazo*<sup>59</sup> que surgiu um organismo de democracia direta dos envolvidos na luta chamado de *Asamblea Popular* e que tinha a finalidade de coordenar as ações, principalmente o bloqueio da estrada. Consolidava-se, portanto, com seus próprios métodos e reivindicações, o movimento *piquetero*.<sup>60</sup>

---

<sup>59</sup> Nesta segunda revolta popular, num dos enfrentamentos com a polícia, Teresa Rodríguez é assassinada, tornando-se desde então mártir do movimento *piquetero*.

<sup>60</sup> As ações dos *piqueteros* se estendem para o norte do país: em Tartagal (Salta) fecham a rodovia 34 e contam com apoio massivo da população local, surgindo também a *Asamblea Popular*; em Libertador General San Martín (Jujuy), em que se realizam simultaneamente 22 cortes de rodovias, cada piquete elegia delegados que se coordenavam na Comissão Coordenadora de Piqueteros. Nesta cidade o enfrentamento com a polícia entre os dias 20, 21 e 22 de maio com paus e pedras fizeram a polícia recuar.

É neste cenário de fortes mobilizações em vários pontos do país que começou a emergir dentro da Cerâmica Zanon uma vanguarda de ativistas que resgatou as tradições do passado e se ligaram as lutas contemporâneas da tradição classista. Encontravam-se em plena ditadura fabril, mas conseguiram arrecadar entre os ceramistas um fundo de greve para os trabalhadores de Cultra Có no valor de 70 pesos. Este acontecimento tinha um significado importante, pois simbolizava o início de uma mudança de subjetividade dos ceramistas da fábrica Zanon, através do resgate da solidariedade de classe entre os trabalhadores.

Portanto, o *Cutralcazo* impactou os ceramistas de Zanon, dando início a um despertar em suas consciências da necessidade de tomar partido frente aos acontecimentos de seu país, pois começava a ficar evidente que estes se refletiam no interior da fábrica. Por muitos anos tiveram que agüentar resignados diante das arbitrariedades cometidas contra eles no interior da fábrica, com medo de se somarem ao crescente exército de desempregados. Mas as lutas que ocorreram na província de Neuquén entre 1996 e 1997, as duas greves nacionais impulsionadas pela burocracia sindical, e as lutas de determinadas categorias, como os professores, apontavam aos ceramistas uma nova saída para a sua situação: a luta. E que não poderia ocorrer sem uma organização política no interior da fábrica.

Os relatos apontam que a primeira mudança na subjetividade dos ceramistas de Zanon, influenciados pelos “ares de fora”, expressou-se através da solidariedade com os que lutavam na barricada de Cutral Có, expresso pelo fundo de greve. Mas esta foi a única participação que tiveram nos processos de luta deste período. Mesmo nas paralisações nacionais convocadas pelas confederações sindicais, além dos dirigentes do sindicato ceramista não organizarem nenhuma mobilização, havia o empecilho da fragmentação da classe dentro da fábrica: os temporários não podiam paralisar a produção pois não tinham representação sindical, o que significa que não teriam como se defender frente os patrões. Mesmo quando havia uma greve do setor de transporte a fábrica enviava um transporte alternativo para buscar os ceramistas atingidos pela greve para buscá-los. Havia, portanto, um cerco duro por parte dos patrões e dos dirigentes sindicais para que os ceramistas de Zanon não fossem “contagiados” pelas lutas sociais e políticas que germinavam naquele momento na Argentina.

#### **1.4.1. A vitória sobre a Comissão Interna.**

Em outubro de 1998, a vanguarda de ativistas que se constituiu no interior da fábrica de cerâmicas Zanon ganhou a Comissão Interna (CI) contra duas chapas montadas pelos montistas (em referência aos irmãos Montes) e seus aliados. Esta vitória foi resultado de um processo interno e externo à fábrica, em que este grupo de ativistas soube canalizar para sua política radical os anseios dos ceramistas num programa pautado na tradição do movimento operário revolucionário. As lutas dos trabalhadores empregados e desempregados da província de Neuquén, assim como as mobilizações a nível nacional organizadas pelas centrais ou movimentos sindicais, criavam um cenário de politização entre os trabalhadores que, assustados com o aumento vertiginoso do desemprego e da pobreza, começavam procurar, sem saber como, uma forma de barrar as medidas neoliberais que lhes soterravam.

No mesmo ano de 1996, pouco mais de dois meses após os conflitos de Cultral Có e Plaza Huincul, ocorreu a primeira de três paralisações nacionais deste ano na Argentina. A primeira delas foi uma paralisação de 24 horas convocada para o dia 8 de agosto pela CGT, CTA e MTA<sup>61</sup> e que teve o objetivo de rejeitar a redução das assistências familiares e a imposição do pagamento dos salários em tickets. Entre os dias 26 e 27 de setembro ocorreu a maior paralisação geral do ano, com 36 horas de duração, convocada pela CGT e com mobilização na Praça de Maio contra a flexibilização trabalhista e a política econômica do governo. Alguns meses depois, no dia 26 de dezembro, convocada também pela CGT, ocorreu outra paralisação de 24h, agora em protesto aos decretos de flexibilização trabalhista<sup>62</sup>.

---

<sup>61</sup> É importante ressaltar que, mesmo sendo obrigadas a chamar greves e mobilizações, estas centrais sindicais assumiram posições vacilantes diante das reformas neoliberais, principalmente a CGT. A aliança histórica da direção majoritária da CGT com o peronismo e o Partido Justicialista produziram importantes rupturas e cisões dentro desta central. Em 1992 é fundada a CTA, defendendo um modelo de sindicalismo alternativo e de filiação direta de seus membros. É composta principalmente por dois grandes sindicatos estatais – funcionalismo público e trabalhadores da educação. Dentro da CGT, surgiu o MTA, “que apesar de não ter se separada organicamente da CGT, construiu uma oposição, criticando os principais efeitos das medidas governamentais encabeçadas pelo Ministro da Economia Domingo Cavallo” (SOUZA, 2009b, p. 46).

<sup>62</sup> A primeira paralisação (8/8/96) contou com a adesão de 65%, segundo a estimativa oficial, e 95%, segundo os organizadores, com fortes mobilizações nas províncias de Jujuy, Córdoba, Mar del Plata e Chaco. Já a paralisação de 36h de setembro contou com uma adesão de 50 a 80% segundo estimativas dos jornais (sendo que sua maior adesão ocorreu no interior da Argentina) e 70 mil pessoas estiveram presentes no ato da Praça

Era inevitável que estas mobilizações se refletissem no interior da fábrica, pois envolviam medidas de precarização do trabalho que vinham se consolidando em Zanon. Um grupo de ceramistas denunciou publicamente as demissões injustificadas da fábrica e as ameaças da empresa aqueles que aderissem a paralisação nacional de 36 horas contra a flexibilização do trabalho. Neste cenário, estava marcado para o final do ano a eleição para a nova diretoria do sindicato ceramista<sup>63</sup>. Conscientes das mudanças no cenário político nacional e provincial e do aumento da insatisfação entre os ceramistas com a política do sindicato, a então diretoria resolveu adotar uma nova retórica -. “vamos defendê-los, basta que demitam desta maneira!”, diziam os montistas – e iniciou uma paralisação a dezoito dias da eleição do sindicato.<sup>64</sup>

Em meio ao conflito, convocou-se uma assembléia na fábrica Zanon para que a diretoria do sindicato pudesse anunciar um acordo feito com a patronal e canalizasse para si os ganhos políticos obtidos. O problema é que neste acordo não constava a readmissão de um companheiro ceramista demitido. Foi nesta assembléia que alguns membros desta nova camada de ativistas falaram pela primeira em público. Contrários as posições da direção do sindicato, ganharam a simpatia de seus pares. Raul Godoy, jovem militante trotskista, foi um dos que resolveram romper o silêncio e se posicionar:

A burocracia havia conseguido um acordo num papel e na assembléia levantaram tudo e eu levantei a mão e disse: “até que o companheiro esteja dentro não há nenhuma garantia, porque a empresa, com os acordos nos papéis, não faz nada”, “mas eu o assinei”, disse o burocrata, “e quem te disse que assinasse”, contestei, “eu sou o secretário geral”, disse, “e a mim que me importa isso, nós somos os que arriscamos o nosso posto de trabalho” (Raul. Godoy)<sup>65</sup>

---

de Maio. Foi sem dúvida a mais forte das paralisações gerais deste ano e contou com a adesão de várias centrais, movimentos e organizações políticas em sua organização. Por fim, a ultima paralisação contou com uma mobilização parcial, sendo mais expressiva nos transportes, no cordão industrial da Grande Buenos Aires e Santa Fé, Rosário, Córdoba, Tucumán e Mar del Plata. (IÑIGO CARRERA, 2000)

<sup>63</sup> Duas chapas se apresentaram para a eleição da diretoria do SOECN: uma representando a situação, o grupo dos Montes, e a outra representando um grupo de oposição, a Chapa Verde.

<sup>64</sup> A greve esteve restrita somente aos trabalhadores efetivos da fábrica, não se estendendo para os de contrato temporário, pois a diretoria do sindicato não os reconhecia como parte da categoria, portanto, não os representava.

<sup>65</sup> O relato prossegue: “Aí o mesmo setor centrista da Chapa Verde, que era de oposição, vieram me dizer que me acalmasse, que não tinha problema. Mas conseguimos a reincorporação do companheiro e os operários tomaram um pouco de consciência de que tínhamos força e que se podia fazer uma paralisação”.

Esta tática eleitoral converteu-se logo na primeira “pedra no sapato” destes dirigentes sindicais<sup>66</sup>, pois não esperavam que a adesão fosse massiva e com uma participação ativa dos ceramistas: mais de 300 suspenderam as suas atividades durante três dias a partir de 04 de outubro – para muitos esta era a primeira greve que participavam em suas vidas. O resultado foi surpreendente, reincorporando o operário demitido e derrubando o gerente autoritário Mario Abrutín, uma figura que parecia ser intocável até então.

O êxito da greve foi, sem dúvidas, resultado da força dos trabalhadores ceramistas, que romperam a passividade dos anos anteriores e, corajosamente, desafiaram a patronal e a burocracia sindical. O fato da diretoria do sindicato ter convocado a paralisação enquanto uma manobra eleitoral não mudou o resultado final do conflito: o surgimento de um novo ativismo insatisfeito com a posição do sindicato, formado no interior da fábrica e com um amplo auditório para suas posições devido as mudanças dos ventos que sopravam do lado de fora da fábrica e se refletiam em seu interior.

Na eleição para a nova diretoria do Sindicato a chapa da situação obteve mais uma vitória em meio às desconfianças de fraudes, velho método utilizado pela burocracia sindical - descobriu-se depois que até os pedreiros que na época trabalhavam na casa do dirigente do sindicato votaram na eleição. Assim que saiu o resultado, rapidamente o discurso de defesa do trabalho e da luta foi substituído pelo da conciliação com a patronal, a famosa “paz social”. Alguns meses depois, esta nova diretoria organizou uma “caça as bruxas”, denunciando ativistas opositores à empresa para serem demitidos. Nesta mesma época, as tentativas de suborno aos ativistas por parte da empresa para que deixassem de lado o discurso combativo se intensificaram. Apesar do êxito da greve, os tempos ainda continuavam difíceis no interior da fábrica

Ficava explícito para a vanguarda ceramista que se quisesse lutar contra as condições de vida que lhe eram impostas pela patronal e o governo, teria que se enfrentar contra aqueles que lhe impediam o desenvolvimento de sua organização: os membros da diretoria do sindicato ceramista, ou seja, a burocracia sindical. Mas, tendo em vista que tentativas anteriores neste sentido resultaram em demissões, precisaram encontrar outra forma de construir a resistência. Foi desta necessidade objetiva que surgiu a idéia de se

---

<sup>66</sup> O motivo para a greve foi a demissão de um operário chamado Silvio Centurión. O gerente Mario Abrutín, aquele que se reivindicava fascista, saiu aos jornais expressando sua posição irredutível frente a exigência do sindicato.

reunirem fora da fábrica, longe dos olhares dos supervisores e da direção do sindicato, nos espaços de confraternização e sociabilidade dos trabalhadores. Godoy nos relata este momento:

Então começamos a nos organizar fora da fábrica em partidas de futebol, tomando cerveja para ganhar aos poucos a confiança, porque tínhamos que nos precaver com quem falávamos. Aos poucos, organizando coisas sociais, começamos a nos conhecer um pouco mais até que alguns setores começaram a se posicionar contra a burocracia, porque as condições de trabalho eram muito difíceis. Começavam as primeiras aparições do movimento *piquetero* da região e isso exercia certa influência nos operários, quando já não estava garantido o trabalho como antes, pois havia muitos demitidos. (Raul Godoy)

Alejandro López<sup>67</sup>, que trabalhava no mesmo turno de Godoy, uma figura bastante conhecida e querida entre os ceramistas, foi um dos principais responsáveis por organizar os churrascos, os campeonatos de futebol e outros eventos sociais tão comuns no universo masculino da Argentina. Conformava-se, assim, em torno de Godoy e López, um grupo de ativistas que, compartilhando idéias em comum, queriam lutar contra a ditadura fabril. Os eventos sociais foram parte das táticas de uma eficaz política “subterrânea”, que compunha uma estratégia ainda indefinida para este grupo.<sup>68</sup> Aiziczon define da seguinte maneira esta política:

mediante o futebol podia se juntar todos os setores e, ainda que em princípio competissem entre si e as equipes correspondiam aos mesmos setores, só o ato de se verem, muitas vezes pela primeira vez, de contar com um lugar fora do trabalho para trocar opiniões de todo tipo, compartilhar uma cerveja ou o que fosse, possibilitou a criação de um espaço onde lentamente começaram a permear as pressões trabalhistas: demissões, suspensões, acidentes, abusos, comentários sobre acordos entre o sindicato e a empresa, etc. (AIZICZON, 2009b, p. 145)

Aos finais de semana o campo de futebol chegou a ter duzentos ceramistas, quando Zanon contava com um total de trezentos e sessenta operários. Para organizar o campeonato

---

<sup>67</sup> Alejandro López ingressou na fábrica em 1992 com pouco mais de vinte anos de idade. Em sua adolescência foi ativista do movimento estudantil secundarista. López era considerado um ótimo organizador político. Manteve-se independente aos partidos políticos, apesar de que, próximo a expropriação de Zanon, começou a defender a necessidade de uma “ferramenta política dos trabalhadores” junto aos militantes do PTS.

<sup>68</sup> Este pequeno grupo era constituído por Mario Balcazza (setor de seleção), Carlos Acuña (mecânicos), Raul Godoy (quadriche), Alejandro López (esmalte), Alejandro Quiroga, Fabio Chandía e Nestor San Martín. Todo comporiam a futura chapa para a Comissão Interna.

de futebol, os membros do grupo que gravitavam em torno de López e Godoy, propuseram que cada time elegeisse um delegado. Como os times refletiam os setores e turnos da fábrica, ou seja, a própria divisão interna imposta pela organização da produção, tinha-se nesta atividade social uma representação de toda a fábrica através destes delegados. O florescimento da discussão política nestas atividades e a passagem desta comissão de simples organizadora desportiva para um grupo político foi uma questão de curto tempo.

Estas mudanças que ocorriam fora e dentro da fábrica despertavam a atenção da direção do sindicato, que se sentia ameaçada frente as insatisfações de um número cada vez maior de ceramistas com a precarização do trabalho e as demissões. Nesta época, estava proibida pela patronal qualquer forma de representação dos trabalhadores que funcionasse no âmbito fabril. A diretoria do sindicato, preocupada com o surgimento deste ativismo, em comum acordo com a empresa impulsionou a eleição de uma Comissão Interna. A tática era lançar uma chapa alinhada a diretoria do sindicato para ganhar os postos desta comissão. Para isso, contaram com a ajuda da própria patronal, que antes de permitir a eleição da CI, demitiu todos os operários que supunham pertencer à oposição sindical, ficando a burocracia livre para concretizar mais uma vez a sua vitória. No entanto, subestimaram a força política deste novo grupo que atuava de forma “subterrânea” dentro da fábrica e através dos eventos sociais que organizavam.

Este grupo de ativistas fez várias reuniões para conformar uma chapa (a Chapa Marrom) para a eleição da nova CI. Raul Godoy relata que foi um dos últimos a ingressar na chapa, pois considerava que não havia um acordo prévio e profundo entre eles: “eles diziam apenas ‘oposição e depois discutimos’, eu coloquei ‘se entramos é para mudar tudo ou senão nada feito’, não vou perder o meu posto de trabalho (...)” (Godoy). Seu relato nos comprova que a conformação deste grupo de oposição à direção do sindicato dentro da fábrica não ocorreu de forma linear e homogênea. Mesmo entre eles havia diferenças políticas que só foram superadas nas discussões em torno das lutas que impulsionaram posteriormente. Para Godoy, que era militante do PTS, não bastava apenas apresentar na eleição uma chapa de oposição, mesmo com a possibilidade de vencê-la por causa da relação social que estabeleceram através dos eventos sociais. A eleição era também parte de uma luta política contra a direção do sindicato e, conseqüentemente, contra a própria patronal e as medidas que esta implementava na fábrica em acordo com a burocracia

sindical. A votação na chapa deveria expressar, portanto, um salto na consciência política dos ceramistas neste novo cenário que se abria na Argentina.

Este embate político no interior da oposição sindical, permitiu que o programa da Chapa Marrom resgatasse princípios gerais e básicos do que consideramos parte da tradição classista. Era um programa que tentava responder a precarização do trabalho e a divisão nas fileiras dos trabalhadores imposta pela fábrica através de dois regimes diferentes de trabalho. De um lado estavam os efetivos, representados pelo sindicato. Do outro, os temporários, diferenciados pela roupa, pela disposição espacial dentro da fábrica e por salários menores. As pressões para atingir as metas de produtividade acentuavam estas diferenças entre os trabalhadores, instalando um clima de permanente competição. Combater o corporativismo e o individualismo acentuado pela ideologia do capital no período neoliberal era de fundamental importância para se avançar em qualquer forma de luta que retomasse os métodos e o programa histórico da classe trabalhadora. E neste sentido, o programa da Chapa Marrom resgatou os princípios do classismo ao levantar uma questão básica na luta entre capital e trabalho: a unidade entre todos os trabalhadores. O programa defendido pela Chapa Marrom resumia-se as seguintes consignas:

- Igual trabalho, igual salário;
- Democracia operária; decisões em assembléias;
- Revogabilidade dos mandatos;
- Contratação imediata de todos os temporários – e que estes elejam seus próprios representantes;
- Delegados por setor para constituir um corpo de delegados.

Além da Chapa Marrom, outras duas inscreveram-se para concorrer na eleição da CI. A Chapa Azul e Verde era formada pelo grupo que dominava o sindicato. Mas, ciente da insatisfação generalizada dos ceramistas com a política do sindicato, a diretoria organizou uma terceira chapa, a Vermelha, composta por apenas um membro da então direção do sindicato e por “laranjas” que não eram identificados com a diretoria. Esta foi mais uma manobra para enfraquecer a oposição, concorrendo com esta chapa que se apresentava com um discurso moderado e como uma suposta terceira opção “entre os

burocratas e os radicais”. Diziam: “nem burocracia, nem tanta combatividade, há que fazer algo no centro”. Novamente, Godoy relata este momento:

Saímos a golpear duríssimo a burocracia e a outra chapa. Houve apresentações de cada chapa no restaurante da fábrica, falavam uns e outros e quando falava a Marrom, com personalidade, nos prestavam muita atenção. Foi histórica a votação, era a primeira vez que se votava na fábrica. Nos fizeram milhares de manobras entre a patronal e a burocracia. Queriam limitar os integrantes da chapa aos da fábrica permanente e jornalizados. A Chapa Vermelha disse “deixem alguns fora – entre os que tinham que ficar fora estava eu – e façamos uma só chapa para não dividir os votos”. Isto gerou uma forte luta dentro da Marrom porque alguns companheiros questionaram se não havíamos que fazê-la. Saímos atrás de apoios e neste momento, que trabalhavam 360 operários, conseguimos 200 apoiadores para a Marrom. A patronal e a burocracia se deram conta que nós tínhamos muito apoio na base. A eleição aconteceu: 47 votos a burocracia da Azul e Verde de Montes - situação -, a Chapa Vermelha conseguiu 83 votos e a Marrom 187 votos. Foi esmagadora e muito festejado pelos companheiros e daí começou a mudar a moral, ainda que, todavia, estávamos numa fábrica muito dividida e com muito medo. Recorríamos alguns setores como o porcelanato e os companheiros tinham medo de falar conosco. A maioria dos que integravam a Marrom não tinham experiências sindicais. Eu tinha a experiência de ativista de assembléia e luta, mas não conhecia o convênio coletivo de trabalho, as coisas que necessitávamos cotidianamente nos eram desconhecidas. Tínhamos que andar com um livro debaixo do braço para poder fazer algum tipo de formalidade ante a patronal e o Ministério do Trabalho. Desde o começo não tínhamos advogado, não tínhamos nada, e tínhamos a mediação do sindicato acima que nos colocava travas.(Godoy Apud Lucha de Clases, 2002)

Após a vitória, a primeira ação da CI foi lutar contra as divisões existentes dentro da fábrica. A criação de uma subjetividade classista não se deu apenas levantando reivindicações que defendam os trabalhadores e a unidade de suas fileiras, mas também consolidando uma sociabilidade que a partir da experiência dentro e fora da fábrica foram se clarificando os antagonismos existentes entre os operários e a patronal, e o papel que cumpre a burocracia sindical. Portanto, a primeira ação da comissão foi aprofundar a experiência que tiveram antes, organizando o campeonato de futebol, agora com a duração de um ano. A metodologia adotada foi novamente uma equipe por setor e a eleição de um representante, ou seja, um delegado para cada equipe. Desta forma aprofundaram as suas relações com todos os setores da fábrica.

A segunda e mais difícil ação levada pela nova CI foi a consolidação do hábito da democracia direta através das assembléias. Segundo López, elas surgiram como uma necessidade dentro da fábrica, pois precisavam de um espaço democrático para discutir as ações da nova CI, que legitimasse a sua atuação dentro da fábrica. Seriam derrotados se não tivessem o apoio dos próprios ceramistas e deixariam os membros da CI expostos à perseguição da patronal, expressando uma desunião dos ceramistas diante da força do capital, que passava a ter um discurso ofensivo contra eles.

A assembléia, enquanto instrumento da democracia operária, expressava um rompimento radical com a velha forma de atuação da direção sindical montista. Nela, não se votava apenas a política da CI, como se consolidava também uma nova forma de fazer política, em que os trabalhadores assumiam as decisões sobre os rumos de sua luta a partir de uma ampla discussão política. Pela primeira vez os ceramistas podiam refletir sobre as diversas opiniões e posições existentes entre os trabalhadores, defrontadas agora publicamente na assembléia. Esta é uma característica fundamental da democracia direta, que tende a diminuir a separação entre representantes e representados. Combinado a isso, instituíram também a tradição da revogabilidade, tradição que surgiu no seio da Comuna de Paris, aspecto fundamental da democracia operária<sup>69</sup>. Como os membros da nova CI se unificaram em torno de princípios políticos, era mais difícil para a patronal corrompê-los e trazê-los para o seu lado, como fizeram com outros dirigentes. Cientes desta possibilidade, os membros da CI instituíram que nenhum membro ou representante dos trabalhadores poderia reunir-se com a patronal sozinho, mas sempre acompanhado por outro membro da CI ou algum trabalhador de base.

Mas instaurar esta nova tradição dentro da fábrica foi um processo educativo e lento. Blanco relata a dificuldade e a importância das assembléias:

... os trabalhadores, que em sua maioria eram pessoas velhas vindas da tradição peronista, que iam do trabalho para casa e da casa para o trabalho... havia que mudar isso (...) Na assembléia se discutia tudo e éramos obrigados pela própria situação a falar de política. Eu nesse momento falava de política e não entendia nada. Você lhes coloca todas as

---

<sup>69</sup> A revogabilidade significa que nenhum dirigente sindical ou político pode atuar acima das decisões coletivas dos trabalhadores. Uma posição política deveria ser seguida, pois seu cargo ou mandato foi votado entre os trabalhadores e, por isso, ao deixar de cumpri-la para o interesse destes, deve ser revogado. Este pequeno princípio, ao ser adotado em Zanon, questionava toda a estrutura sindical da Argentina, que permitia com que uma camada de dirigentes sindicais se distanciasse da base representada e atuasse conforme os seus interesses privados e/ou de grupos políticos.

alternativas, cruza os braços ou sai à rua com outros setores e tem que discutir política. Que fazer? Bom, assim é como os companheiros fizeram a experiência. Você pode estar muito unido dentro mas a patronal te pode esmagar; eu creio que teve muito que ver a orientação trazida por Godoy e outros companheiros, e está bem isso, eles são revolucionários, eles não o ocultam porque é assim, que há uma intenção política, que há uma consciência política. O importante é quando um coloca uma coisa e os companheiros que não acreditam que sejam revolucionários, mas dão esses passos... isso acredito que é o grande tema, como chegar a isso, ou conscientiza-se ou chega um pouco a isso. (Blanco Apud Lucha de Clases, 2002)

O primeiro confronto com a empresa ocorreu na disputa pelo direito da CI de convocar e realizar assembléias dentro da fábrica, proibidas pela patronal, ancorada num direito legal<sup>70</sup>. Num primeiro momento as assembléias foram realizadas dentro do refeitório, no horário do refrigerante, e duravam não mais que meia hora. Contam os relatos que o medo era tanto que muitos ceramistas preferiam ficar sem o refrigerante e o lanche para não correrem o risco de estar numa assembléia com os delegados acusados pela patronal de “revolucionários”.

Alejandro Lopez relata que as assembléias surgiram pela necessidade de instituir um espaço em que pudessem discutir e planificar a política e as ações. Mas com o tempo, os ceramistas foram compreendendo que tinham ali um instrumento que não servia apenas para organizar as ações, mas para exercer a sua democracia de forma mais plena, pois para cada luta política ou sindical, elegiam um representante da assembléia para cumpri-la.

A preocupação da CI de organizar os trabalhadores não se restringia a fábrica. Tinham a preocupação, desde o início, de permanentemente informar à base e a comunidade ao redor com documentos e folhetos escritos. “Esta atividade de informação serve, em primeiro lugar, para garantir o efetivo exercício da democracia operária, permitindo que os operários elejam entre as distintas posições com fundamentos” (Raul

---

<sup>70</sup> A patronal tentou proibir as assembléias convocadas pela Comissão Interna dizendo que a CI não era uma agremiação sindical e, por isso, não poderia convocar as assembléias. Ameaçavam os ceramistas que participassem destas com descontos nos salários pelo tempo “perdido no trabalho”. Neste momento, a CI recorre ao advogado da ATE que lhes esclarece que a mesma lei citada pela patronal também habilita a convocação da assembléia dentro do estabelecimento e no horário de trabalho sem necessitar de autorização prévia do empregador para realizá-las. Desde então, estes membros incorporam as suas lutas o uso dos recursos jurídicos que lhes fossem favoráveis. Mesmo assim isso não mudou a dificuldade que tinham para organizar os trabalhadores nestes primeiros anos.

Godoy).<sup>71</sup> Desta forma, politizavam os trabalhadores no terreno político e sindical, preparando-os para as lutas mais duras que teriam no futuro.<sup>72</sup>

#### 1.4.2. Recuperação dos métodos da classe operária frente à ofensiva de Zanon.

Tentando implementar um novo projeto de reestruturação da fábrica e justificando estar em crise, Luis Zanon apresentou no mês de julho de 2000, no Ministério do Trabalho, um *Procedimiento Preventivo de Crise*<sup>73</sup> - medida criada pelo governo de Menem que permitia as “indústrias em crise” demitir trabalhadores e rebaixar os salários dos que permaneciam no emprego. O objetivo da Cerâmica Zanon era ter um respaldo jurídico para: demitir 100 trabalhadores; pagar em 18 prestações apenas 50% do valor da indenização que tinham direito; aumentar a jornada de trabalho dos demais; e diminuir os salários dos restantes.

O que na realidade se processava era uma tentativa de *lockout*, ou seja, uma falência forçada da fábrica. A situação da Cerâmica Zanon refletia o que ocorreu com milhares de outras fábricas da Argentina no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Após um longo período de altos lucros durante o primeiro mandato neoliberal de Carlos Menem, os setores produtivos entraram em crise. Muitas destas crises foram acentuadas, na verdade, por uma prática ilícita de esvaziamento da fábrica - o patrão deixava de investir em sua produção e

---

<sup>71</sup> Estes folhetos foram o germe de uma imprensa operária, consolidada em abril de 2002, quando saiu o primeiro número do jornal *Nuestra Lucha*, produzido pelos ceramistas da gestão operária de Zanon. Este jornal tentava atingir um número muito maior de trabalhadores e ativistas, influenciando-os com suas posições

políticas. Com este mesmo propósito, se criou na época da gestão operária um programa de rádio, transmitido para toda a região da capital de Neuquén.

<sup>72</sup> Como já afirmamos num ponto anterior, vários autores ressaltam o papel do PTS na luta em Zanon. Rebón (2007), por exemplo, destaca numa nota de seu livro que, “para além das objeções que temos realizado à estratégia formulado pelo PTS na recuperação de empresas, não posso deixar de destacar que sem a experiência de ativistas deste partido muito provavelmente o caso que estamos analisando não teria existido. Sem sua determinação militante e uma estrutura nacional que lhe provera de recursos econômicos, políticos e organizativos o processo dificilmente teria prosperado” (p. 139). Pode-se aprofundar a discussão sobre a relação do PTS e a gestão operária de Zanon em diversos artigos publicados na revista *Lucha de Clases*, editada pelo Instituto de Pensamento Socialista, assim como um artigo escrito por Aziczon intitulado: “El classismo revisitado. La impronta del trotskismo en la politización del sindicato ceramista: Zanon bajo control obrero, Neuquén 1998-2006” (<http://www.iisg.nl/labouragain/documents/aiziczon.pdf>).

<sup>73</sup> A fábrica apresentou o seu plano no Ministério do Trabalho em Buenos Aires ao invés de em Neuquén, com o claro objetivo de dificultar a defesa por parte dos membros da CI. Estes exigiram que o expediente fosse em Neuquén, para poderem exercer seu direito de defesa, questão apoiada pela Federação Operária Ceramista (FOCRA) e o Secretário do Trabalho de Neuquén. Porém, isso foi negado pela justiça. (PEDRERO, 2005)

na manutenção de suas máquinas, para participar da lucrativa “festa” do setor financeiro. Segundo dados do jornal *La Nacion*, “a produção de Zanon cresceu entre 1995 e 1998 em 200% e as vendas em 13,5%”.<sup>74</sup> Mas entre 1997 e 2001 o contingente de operários foi reduzido em 10%.<sup>75</sup> Ou seja, mesmo Zanon mantendo-se lucrativa, o seu dono tentava aproveitar da conjuntura nacional de recessão para intensificar seu discurso sobre a necessidade de “apertos durante a crise”, que, na prática, significava impor aos ceramistas que aceitassem as demissões de seus companheiros e a redução de seus salários.

Mas a conjuntura política do país proporcionava uma forte mobilização dos ceramistas contra este novo projeto de reestruturação interna da produção. A situação nacional de crise política e econômica, assim como o alto índice de desemprego e miséria no país, produziu imediatamente uma disposição de luta entre os ceramistas. As mobilizações nacionais que ocorriam neste momento também ajudaram a dar visibilidade ao conflito<sup>76</sup>. Neste contexto, a CI convocou os trabalhadores a lutarem contra o dono da fábrica e seu novo projeto de ataque aos trabalhadores, incorporando de vez ao seu discurso a defesa dos postos de trabalho.

Neste mesmo ano, a CI começava a incorporar métodos mais radicais de ação direta em suas lutas, rompendo com a tradição das lutas passivas predominante na conjuntura sindical argentina dos anos noventa. Aproveitando as paralisações nacionais convocadas para os dias 05 de maio e 09 de junho, os ativistas que tramitavam em torno da CI paralisaram nestes dias as atividades da fábrica através de piquetes em seus portões de entrada e bloqueios de ruas, iguais aos dos *piqueteros*, seguidos de passeatas que partiam da fábrica para o centro da cidade de Neuquén ou de Centenário. A velha diretoria do sindicato tentava combater estes métodos amedrontando os trabalhadores com um discurso de que estas ações diretas acelerariam as demissões. Em resposta a estas acusações a CI aumentou o número de assembléias realizadas no interior da fábrica, pois assim mantinham os ceramistas esclarecidos sobre os métodos utilizados, ao mesmo tempo, que os legitimavam.

---

<sup>74</sup> Artigo publicado no jornal *La Nacion*, em 21/05/1999.

<sup>75</sup> A fábrica de Cerâmica Zanon também enfrentou várias disputas comerciais em 1999, em especial com a Cerâmica San Lorenzo, de Buenos Aires, da qual a acusava da prática de *dumping* (importava porcelanato da Itália a preços mais baixos que os produzidos por Zanon). Nesta disputa, Zanon saiu vitoriosa, mas anunciou ter sofrido o prejuízo de 8 milhões de Pesos.

<sup>76</sup> No ano de 2000, duas paralisações nacionais foram organizadas pelas centrais sindicais. Uma no dia 05 de maio e outra no dia 09 de junho.

Em meio a esta luta contra o projeto de reestruturação da fábrica, às seis da manhã do dia 15 de julho do mesmo ano, numa sexta-feira, morre Daniel Ferrás, com apenas 21 anos de idade, de ataque cardíaco no meio do vestiário, quando se preparava para começar seu turno. Esta morte evidenciou claramente o esvaziamento que ocorria na fábrica por parte do empresário<sup>77</sup>, pois ela poderia ter sido evitada se a enfermaria tivesse condições de atendê-lo (não havia tubo de oxigênio e nem remédios) e se houvesse uma ambulância de prontidão na fábrica para levá-lo ao hospital. Indignados com o ocorrido, os operários não assumiram os seus postos de trabalho naquela manhã e saíram para bloquear a rodovia em frente à fábrica exigindo melhores condições de segurança.

Durante o fim de semana, no velório de Daniel Ferrás<sup>78</sup>, o clima de indignação tinha aumentado entre os operários e familiares presentes. Resolveram, então, se reunirem na quadra onde jogavam futebol e decidiram organizar, a partir da segunda-feira, dia 17 de julho, às 6 horas da manhã, uma assembléia no portão da fábrica. No dia seguinte ao velório, num jornal de grande circulação em Neuquén, saiu uma matéria sobre a morte do jovem ceramista. Neste número, foi Raul Godoy, e não o Secretario Geral do SOECN, quem denunciou a empresa: “A responsabilidade foi da empresa, porque quando nosso companheiro caiu não existiam os meios necessários para socorrê-lo”<sup>79</sup>. Tinha início a primeira greve organizada pela nova CI.

A pauta de reivindicação da greve unificava todas as questões vigentes daquele momento: melhores condições de segurança e higiene, com permanente assistência médica; pagamento dos salários atrasados e fim das ameaças, pressões e demissões de trabalhadores; rechaço total ao plano de reestruturação e rebaixamento dos salários. Neste momento, a luta por segurança e higiene passou a primeiro plano do conflito, obrigando as negociações ocorrerem na Subsecretaria do Trabalho de Neuquén, e não mais em Buenos Aires, onde foi apresentado o “Plano Preventivo de Crises” por Luis Zanon.

Os ceramistas já haviam paralisado a produção. Mas, sabendo que a patronal utilizaria de uma velha tática de vencê-los pelo cansaço, negando-lhes a negociação,

---

<sup>77</sup> O empresário tinha diminuído a compra de insumos, terceirizado alguns serviços, não reparava as máquinas e não investia em higiene e segurança. Um ano antes a fábrica havia realizado, no dia Nacional de Higiene e Segurança do Trabalho, 22 de maio, um evento com os filhos dos trabalhadores para “integrar a família ceramista”. Mais uma mostra de sua hipocrisia.

<sup>78</sup> Daniel Ferrás converteu-se no primeiro mártir dos ceramistas. Quando se efetivou a gestão operária, seu nome foi colocado no refeitório da fábrica.

<sup>79</sup> Jornal *Rio Negro*, 16/07/2000.

tentando diminuir o poder de barganha dos ceramistas e isolando a CI, que ficaria em más condições para negociar um acordo, os ceramistas decidiram atingir diretamente o lucro da patronal paralisando a comercialização das cerâmicas. Para isso, voltaram a armar os piquetes na porta da fábrica, impedindo que os caminhões saíssem com o produto final.<sup>80</sup>

O fator mais importante foi que neste momento os grevistas souberam unir “a greve, os piquetes nos portões e os bloqueios de rua às atividades de difusão do conflito entre a comunidade e o fundo de greve” (Godoy). Ou seja, conseguiram aglutinar essas experiências de luta populares e classistas ensaiadas em outros momentos. Pela primeira vez, uma ação da CI conseguia apoio de vários sindicatos, organizações, partidos políticos e movimentos sociais da província de Neuquén e de outras localidades.<sup>81</sup> Na passeata realizada no dia 20 de julho, as esposas de aproximadamente vinte operários decidiram criar a “Comissão de Mulheres”<sup>82</sup>, que ficaram responsáveis por divulgar o conflito pelos meios de comunicação, percorrendo principalmente as rádios locais, e por arrecadar o dinheiro para o fundo de greve na comunidade vizinha à fábrica e nos bairros em que moravam os ceramistas. Nesta mesma manifestação, Raul Godoy, em nome da CI fez um chamado de solidariedade aos sindicatos dos servidores públicos e as organizações de direitos humanos. Portanto, através de diferentes táticas, a luta dos ceramistas de Zanon tornava-se conhecida em amplos setores.

No oitavo dia de greve, após várias reuniões de negociação ocorridas na Secretaria do Trabalho ou na Casa do Governo, o Ministério do Trabalho decretou uma conciliação obrigatória. A então diretoria do sindicato, que não tinha aparecido na fábrica durante a greve, mas que estava negociando com a patronal uma resolução para o conflito sem consultar os trabalhadores, comemorou o acordo obrigatório anunciando-o para os meios de comunicação neuquinos. Em seu discurso, Montes responsabilizou os membros da CI caso esse acordo não se concretizasse. Do outro lado, os representantes da empresa atacavam a greve dizendo que ela tinha uma “ingerência externa” de partidos de esquerda e que os

---

<sup>80</sup> Os estoques poderiam ser vendidos, garantindo o lucro da patronal durante a greve. O período de greve era compensado depois, quando o conflito terminava favorável a patronal, com a exigência de maior produtividade por parte de cada trabalhador para repor a produção perdida nos dias parados.

<sup>81</sup> No dia 18 de julho foi organizado, por estudantes universitários (muitos ligados ao grupo Em Clave Roja) e pelo Centro de Profesionales por los Derechos Humanos (Ce.Pro.D.H.), um ato em repúdio a morte de Daniel Ferrás em frente a cede da empresa Zanon na capital.

<sup>82</sup> A Comissão de Mulheres foi composta pelas esposas, filhas, namoradas e irmãs dos ceramistas. Era uma forma de organização em que as mulheres, de certa forma envolvidas com o conflito da fábrica, atuavam de forma autônoma aos homens e, desta maneira, participavam da luta política.

piquetes feriam a “liberdade de trabalho”. Os termos da conciliação obrigatória eram: a empresa cedia em algumas medidas de segurança reivindicada pelos grevistas, mas estes deveriam aceitar a suspensão de todo pessoal um dia e meio por semana durante um lapso de sessenta a noventa dias.<sup>83</sup>

No dia seguinte, logo cedo, haviam convocado uma assembléia na porta da fábrica. A diretoria do sindicato apareceu pela primeira vez durante a greve, segurando em suas mãos o acordo estabelecido com os representantes da fábrica Zanon. Montes defendeu a aprovação desta conciliação amedrontando os trabalhadores que se não o aceitassem a greve seria considerada ilegal. Muitas questões estavam em jogo nesta decisão: seguir lutando, mas arriscar botar abaixo tudo o que conseguiram até este momento; ou aceitar a conciliação, mas sabendo que os ataques não pararia por aí. Eram anos de precarização do trabalho, de assédios morais, perseguições, companheiros acidentados e demitidos... mas eles ainda tinham um emprego, diferente de quase um quarto da população economicamente ativa do país. No final, resolveram confiar mais uma vez em suas próprias forças e no apoio que obtiveram nestes nove dias de greve de vários setores populares. Em assembléia, rejeitaram o acordo e decidiram seguir lutando.<sup>84</sup>

No mesmo dia, tomando ciência do resultado da assembléia, a patronal foi obrigada a ceder. Seus planos de reestruturação da fábrica foram postergados para o ano seguinte. A *Greve dos 9 Dias*, como ficou cunhada entre os ceramistas de Zanon, conseguiu todas as suas reivindicações e o pagamento de todos os dias parados, algo inusitado naquele momento. Conseguiram novas condições de higiene e segurança dentro da fábrica – uma ambulância e um médico -, e logo incorporaram uma nova demanda a sua luta: o controle operário sobre as medidas de segurança. Foi a primeira vez que apareceu uma demanda em que os operários exigiam tomar em suas mãos uma parte da fábrica.

---

<sup>83</sup> Sobre a conciliação obrigatória, os membros da CI dividiram-se em duas posições: uma, aceitar a conciliação; a outra, rejeitá-la e seguir lutando. Como não conseguem chegar numa posição unitária, decidiram apresentar na assembléia as duas posições, deixando aos grevistas a decisão sobre os rumos da greve. O que poderia parecer uma fraqueza da CI, apresentando-se à assembléia dividida em duas posições, na verdade era parte de uma concepção da democracia operária que os ativistas acreditavam estar resgatando. Ao invés de chegarem num acordo ou consenso entre os membros da CI, preferiram expor as diferentes posições, explicá-las e discuti-las abertamente. Esta forma, tão diferente da prática vigente do sindicalismo, foi aos poucos dando mais autoridade a sincera delegação da CI.

<sup>84</sup> Talvez tenha ajudado nesta decisão a evidente manobra de *lockout* operada pela fábrica. No mesmo mês de julho a Cerâmica Zanon obteve um empréstimo de 20 milhões de Pesos (sua dívida era de 14 milhões), a maior parte dinheiro dado pelo governo da província.

A Greve dos 9 Dias teve uma importância enorme para a luta dos ceramistas de Neuquén. Nela, todos os métodos de ação direta resgatados nas ações anteriores foram utilizados. A assembléia, que muitos tinham medo de participar dentro da fábrica, mostrou-se um instrumento democrático dos ceramistas, onde todos tinham controle sobre os passos que dariam. Além disso, ela foi importante para unificar ainda mais os ceramistas, rompendo, na prática, pela primeira vez, as divisões que são impostas dentro da fábrica pelo trabalho, e criando um novo laço de confiança e solidariedade entre eles. Foram nove dias de luta, passeatas, acampamento, ameaças de repressão, piquetes, num frio de corta o rosto, típico do norte da Patagônia.

Como veremos, esta greve foi fundamental para o desenlace posterior da luta ceramista. Talvez, o fato mais importante, segundo os relatos, foi a experiência que os ceramistas tiveram com a velha diretoria do sindicato, que ficou com a imagem de aliada dos patrões. Godoy resume o conflito para nós da seguinte maneira:

Assim, enquanto a burocracia queria negociar as demissões, as suspensões e piores condições de trabalho, os operários, encabeçados pela Comissão Interna, começaram a greve por tempo indeterminado. Foi uma paralisação histórica (...). Desde o primeiro dia de greve fomos resolvendo cada passo na assembléia. O piquete na porta da fábrica impedia a entrada e saída dos caminhões. Assim conseguimos paralisar a produção e a comercialização. Pouco a pouco, íamos incorporando novos métodos de luta, esquecidos no movimento operário. Os trabalhadores também ‘tomaram emprestado’ dos *piqueteros* o método de bloqueio de estradas. Em Zanon, incorporamos esse método como uma forma de ir além de nossas ações (...). Estes elementos que se deram de forma concentrada durante as primeiras greves, se vão multiplicar e se estender nos conflitos posteriores, agregando-se os bloqueios de pontes e de ruas centrais da cidade de Neuquén. (Raul Godoy)

Na Greve dos 9 Dias se destacou, portanto, a nova militância que se formou em Zanon. Colocou-se pela primeira vez a possibilidade concreta de ganhar o Sindicato Ceramista.

### **1.5. Vitória sobre o Sindicato Ceramista<sup>85</sup> e a ampliação das lutas.**

Júlio Fontes, Secretário Geral da CTA<sup>86</sup>, sintetizou assim o significado da vitoriosa Greve dos 9 Dias organizada pela Comissão Interna: “aqui se decidiu não somente o conflito, senão quem dirige o sindicato” (Apud Godoy). Após a greve de julho de 2000, a CI conquistou um enorme respeito nos setores de esquerda da região do norte da Patagônia, com seus membros transformando-se em figuras conhecidas. A Greve dos 9 Dias, foi uma referência de luta operária vitoriosa dentro de uma fábrica num contexto em que, de conjunto, os trabalhadores argentinos sofriam uma de suas piores derrotas, estando um contingente expressivo fora da produção.

A burocracia sindical que dominava o SOECN não se deu por vencida com a Greve dos 9 Dias. Tinham consciência da força política que adquiriram os novos ativistas que tramitavam em torno da CI, mas também sabiam que ao controlar a direção do sindicato, podiam usar de inúmeros artifícios legais e não legais para se manterem na entidade sindical. Nas demais fábricas de cerâmicas que o sindicato tinha representação, acentuaram o discurso contra os ativistas da CI, acusando-os agora de atentar contra a entidade sindical pelo fato de colocarem a assembléia de base acima das decisões da diretoria do sindicato e pelo fato da CI ter sido reconhecida como representante dos trabalhadores nas negociações com a Secretaria do Trabalho, um fato inédito no país. Tentavam confundir os demais ceramistas dizendo que as críticas da CI à direção do sindicato eram ataques a entidade sindical. Este discurso leviano era uma preparação dos montistas para um momento decisivo que se aproximava: a eleição da diretoria do sindicato, que aconteceria no final deste mesmo ano.

Mas antes de entrarmos na luta política que ocorreu em torno do processo eleitoral, vale a pena relatarmos um fato que ocorreu um pouco antes, mas que foi decisivo para o resultado eleitoral. Fabio Chandía, um dos membros da CI, que segundo contam os relatos, era um ativista atento as questões estatutárias, iniciou, um ano antes, por conta própria, uma

---

<sup>85</sup> O Sindicato de Operários e Empregados Ceramistas de Neuquén (SOECN) representa os trabalhadores das Cerâmica Zanon, Cerâmica Neuquén (a alguns metros de Zanon), Cerâmica Del Valle, e Cerâmica Stefani.

<sup>86</sup> A Central de Trabajadores Argentinos foi criado em meados dos anos noventa, num racha do movimento operário sindical argentino desde a CGT. Congrega em seu interior sindicato de trabalhadores e movimentos sociais.

campanha de filiação de novos ceramistas ao sindicato. No início, os demais membros da CI, empolgados com a força política que adquiriram através das assembléias, não deram muita importância a esta campanha. Alguns chegaram a considerá-la uma tarefa burocrática e reformista. Mas a reação da diretoria do sindicato, negando-se a receber as novas filiações, mudou radicalmente a opinião dos demais membros da CI.<sup>87</sup> Numa certa tarde, após coletarem inúmeras fichas de filiação e as entregarem no sindicato, encontraram estas mesmas fichas dentro de um saco de lixo em frente ao sindicato.<sup>88</sup> Indignados, endureceram a campanha pelas filiações, denunciando a resistência da diretoria do sindicato. Foi significativa a fila que se formou em frente a sede do sindicato, com dezenas de ceramistas, para garantirem o seu direito de filiação. A importância destas novas filiações era evidente: só votavam nas assembléias e na eleição para a nova diretoria os ceramistas filiados.

Neste clima de disputa aberta pela direção do sindicato, a atual diretoria convocou em setembro de 2000 uma assembléia de toda categoria às treze horas da tarde na cidade de Cutral Có, distante a 100 Km de Neuquén, cidade em que trabalham a maioria dos ceramistas<sup>89</sup>. Era uma evidente manobra dos montistas, já conhecida e utilizada por eles no passado, para impedir que os ativistas de Zanon pudessem participar da assembléia. Nesta fábrica, o turno da manhã terminava às quatorze horas, o que tornaria impossível chegar a tempo em Cutral Có. A importância desta assembléia estava no fato que nela se votaria uma Junta Eleitoral, uma comissão encarregada de determinar as regras do processo eleitoral e de acompanhar toda a votação, cuidando das urnas e das listas de votação. Para os montistas, dominar esta junta era decisivo para aplicarem uma nova fraude eleitoral.

Para garantir presença na assembléia, os membros da CI tentaram, primeiramente, negociar com a patronal a liberação do dia de trabalho, na condição de reporem a jornada num próximo domingo. O pedido, obviamente, foi negado. E cientes de que esta assembléia em Cutral Có seria decisiva para o movimento sindical ceramista, a patronal percorreu a fábrica ameaçando demitir todos aqueles que faltassem neste dia de trabalho. Diante disso, a CI chamou uma nova assembléia e um trabalhador da fábrica sugeriu: “companheiros,

---

<sup>87</sup> As justificativas para não filiar alguém era as mais banais: um nome escrito errado numa ficha, a falta de uma foto numa outra, etc.

<sup>88</sup> Este fato foi retratado no filme “No retornable”.

<sup>89</sup> Neste momento, as fábricas tinham: 330 operários na Cerâmica Zanon, 23 na Cerâmica del Valle, 50 na Cerâmica Neuquén – estas três da cidade de Neuquén; e 65 operários da Cerâmica Stefani, de Cutral Có.

aqui é a luta mais grossa, se ganhamos a junta eleitoral, obviamente ganhamos o sindicato. Temos que tomar uma determinação, temos que ir todos”.<sup>90</sup>

Foi assim que, no dia da assembléia, todos os ceramistas do turno da manhã faltaram no trabalho. Blanco, trabalhador da fábrica, conta que todos combinaram de ligar para a fábrica justificando a falta por problemas pessoais. Desta forma seguiram para Cutral Có em dois ônibus, um carro e caminhonetes. As ruas de acesso ao local, um clube da cidade, estavam bloqueadas pela polícia para, segundo eles, “garantir a ordem”.

A primeira vitória dos ativistas de Zanon ocorreu na eleição da composição da mesa de condução da assembléia, onde eles ocuparam a maioria dos cargos. Depois disso, ganharam a maioria da Junta Eleitoral, colocando nela dois trabalhadores de sua confiança.<sup>91</sup>

Os montistas levaram para esta assembléia trabalhadores da Cerâmica Stefani, de Cultral Có, e da Cerâmica Del Valle, de Neuquén. Em nenhuma dessas fábricas percorridas pela diretoria do sindicato houve alguma discussão política sobre o conteúdo da assembléia. Apenas as velhas calúnias contra os ativistas de Zanon. Os ceramistas de Del Valle, para exemplificar os métodos da direção sindical, foram convidados à um churrasco e tiveram ônibus disponível para transportá-los. Com toda esta campanha da burocracia sindical, muitos trabalhadores das demais fábricas presentes na assembléia tinham uma antipatia com os novos ativistas da CI de Zanon. No entanto, um corajoso e enfurecido trabalhador da Cerâmica Del Valle, ao tomar ciência do que pensavam os ceramistas de Zanon, resolveu manifestar sua opinião na assembléia. Chamava-se Luis Calfueque e vale reproduzir um longo trecho de seu relato:

Antes de chegar à assembléia passei por todo um processo. Muitos companheiros meus não estavam acostumados a participar de assembléias e, até esse momento a burocracia sabia manobrá-la. Eles mantinham as quatro fábricas do sindicato divididas e nos diziam que tinham todo o apoio dos operários de Zanon, a fábrica mais importante. Por isso muitos companheiros que tinham vontade de fazer algo contra a burocracia duvidavam porque achavam que não tínhamos força suficiente, éramos apenas umas dezenas de companheiros. Antes da assembléia de Cutral Có, apareceu a burocracia, que vinha a cada seis meses para nos levar ao rio

---

<sup>90</sup> Também apresentaram uma denúncia no Ministério do Trabalho, mas o risco de demissão continuava existindo.

<sup>91</sup> Segundo Blanco, “a Junta Eleitoral te dá a vantagens: podes aceitar as filiações dos companheiros e controlar o processo eleitoral”.

para comer um churrasco e comprar o nosso voto: tem que ir à assembléia e levantar as mãos pelo secretário geral, nos diziam. Eu que havia participado em outras assembléias enquanto acompanhava meu “velho” que trabalhava na UOCRA, lhe dizia: assim não se dirige as coisas. A participação na construção civil me serviu como experiência de militância, quando a dirigiu o MAS, porque eles fomentavam muito as assembléias onde participavam milhares de operários. Quando começou a discutir contra a burocracia se juntaram outros companheiros e começou a separar a quem os apoiava e quem não. Eu fui um dos que, ao querer pegar o microfone, o secretário geral não deixou. Não queríamos ser cúmplices, por isso chegamos a um acordo com os companheiros que viajamos de chegar à assembléia e nos colocar numa postura neutra. Pelas dúvidas havíamos nos antecipado, porque sabíamos que ficaríamos sem ônibus para voltar. Então, nós não tínhamos nenhum contato com os companheiros de Zanon e nos guiávamos pelo que nos contava a burocracia. Quando chegamos à assembléia vimos o contrário ao que nos haviam dito. No momento da votação, nos dividimos, um setor apoiou a burocracia por medo de ser demitido. Eu sabia que arriscava o meu trabalho e não sabia como iria voltar. Aproximei-me dos companheiros de Zanon. Recordo-me que estava lá Raul, López, Viltés e lhes perguntei se tinha lugar para eu voltar e me disseram que sim, que não havia problema nenhum. Oscar Montes me agarrou pelos braços e me perguntou porque estava passando para o outro lado. Passe-me para o lado dos companheiros de Zanon que estavam firmes, todavia os companheiros de Stefani estavam em dúvidas. Quando comencei a falar me apresentei e disse que não era delegado, mas sim trabalhador e comencei a explicar como funcionava a burocracia e o que opinavam os companheiros de base dessa direção. Aí me dei conta que éramos muito mais os que pensavam o mesmo da burocracia. Da mesma maneira se anotaram companheiros de Zanon, de Stefani e da Cerâmica Neuquén. Foi uma assembléia muito importante. E, finalmente, não voltei no ônibus dos companheiros de Zanon. Todos os trabalhadores de Del Valle se deram conta da importância da assembléia e quando voltamos a burocracia não me queria deixar subir no ônibus e meus companheiros disseram: o coletivo dirigimos nós e fica a burocracia. (Calfueque).

Na eleição sindical, realizada no dia 12 de dezembro de 2000, 97% dos filiados votaram. A antiga direção do sindicato recebeu 120 votos em sua chapa e a oposição 206. A maioria dos membros da CI de Zanon compôs a nova direção do sindicato, que incorporou também novos companheiros que conheceram nestas lutas, como Calfueque<sup>92</sup>. A conquista do sindicato não foi possível sem todo o processo de luta anterior em que próprios ceramistas de Zanon, a maior fábrica dentre todas, fizeram a sua experiência com os antigos

---

<sup>92</sup> A nova direção do SOECN era composta por: Raúl Godoy (Secretário Geral); Mario Balcazza (Secretário Adjunto); Alejandro López (Secretário Sindical); Julio Araneda (Secretário de Atas); Luis Calfueque (Secretário Administrativo); Carlos Acuña (Secretário de Imprensa); Ricardo Viltés (Tesoureiro); Marcelo Rojas (suplente de Tesoureiro).

dirigentes sindicais. Ao se posicionarem em torno de novas bandeiras políticas que partiam do princípio da defesa de todos os trabalhadores, porque todos são parte de uma mesma classe social, eles se defrontaram com a posição política da antiga direção sindical. Este processo que culminou na recuperação do sindicato para o classismo<sup>93</sup>, como atribuem os próprios ceramistas, não foi um fenômeno isolado na Argentina, mas sim parte de um processo de surgimento de uma vanguarda anti-burocrática que, naqueles anos, apenas se gestava no país. Segundo Aiziczon (2009), o “adicional distintivo em Zanon foi, diferente do resto, a cristalização de um discurso frontal, direto, visceral e, finalmente, classista”.

Ao assumirem o Sindicato Ceramista a nova diretoria iniciou o debate sobre a modificação de seus estatutos para adequar-se a nova prática política construída desde a vitória da CI. Esta reforma seria aprovada em julho de 2005, diminuindo o período dos mandatos, instituindo a rotatividade e a revogabilidade, instituindo a assembléia como órgão soberano e aumentando a representação dentro das fábricas pelos delegados.

Vejamos o preâmbulo do primeiro capítulo do novo Estatuto:

Sob a base lógica de que o trabalhador sozinho e isoladamente não pode se converter em um ente eficaz na defesa integral de seus direitos e interesses e nem obter as melhoras às quais é credor por sua condição de propulsor do progresso humano, deve buscar entre seus companheiros de classe a força que lhe permita contrapor com toda capacidade e inteligência as intenções dirigidas a limitar seus legítimos direitos. Por esse motivo o SOECN é um sindicato que tem como princípio e forma de funcionamento a assembléia de trabalhadores. As assembléias de fábrica e do sindicato são a autoridade máxima que permitem o debate, a confrontação de idéias e opiniões e a resolução democrática de todas e cada uma das decisões a serem tomadas pelos trabalhadores. O SOECN é uma organização sindical de luta e defesa dos interesses econômicos e sociais dos trabalhadores(as) ceramistas na atual sociedade capitalista. Na sociedade existe cada vez mais uma minoria que desfruta de todas as vantagens do desenvolvimento econômico, social e tecnológico; enquanto o resto está condenado à super-exploração, o desemprego e os baixos salários. A sociedade se desenvolve no contexto da luta de classes sociais. Por isso o SOECN reconhece, orienta-se e baseia sua prática na luta de classes, sob a base do sindicalismo classista, conservando sua plena independência do Estado e suas instituições, do governo e todas as organizações patronais. O SOECN reconhece que a classe operária não

---

<sup>93</sup> A vitória sobre a Comissão Interna e, posteriormente, a direção do Sindicato Ceramista foram vitórias dos precarizados sobre os efetivos, de uma nova geração de operários sobre uma mais velha. O próprio Luis Zanon comenta isso em sua entrevista a Noemi Klein: “Até 1999 os líderes foram reeleitos. Era parte dos trabalhadores que havia começado a trabalhar comigo desde o princípio, os primeiros. O resto, que foi contratado depois, era mais importante em números. E votaram pelos novos líderes sindicais, não o que havia ido a Europa e aí começou o problema entre nós e o sindicato” (Apud MAGNANI, 2003).

tem fronteiras. Somos irmãos dos trabalhadores e dos povos pobres e oprimidos da América Latina e do mundo. Lutamos contra a dominação das potências imperialistas que saqueiam o mundo com sua seqüela de fomes e guerras. A fraudulenta dívida externa ou a intromissão do imperialismo nas principais fontes de riqueza nacional, como é o caso do petróleo e do gás na nossa região, consolida seu domínio sobre os instrumentos e meios de produção, impedindo o desenvolvimento nacional independente e soberano. O SOECN trava uma luta conseqüente pelos legítimos interesses da classe trabalhadora, em aliança com os setores populares, procurando elevar a consciência de classe dos trabalhadores e conquistar uma sociedade sem exploradores nem explorados. (ESTATUTO)

### **1.5.1. A nova estratégia de Zanon: *lockout* ofensivo.**

Mal havia começado o ano de 2001 e a recém empossada diretoria do sindicato ceramista teve que endurecer a luta contra as medidas da patronal sobre os trabalhadores. Em Zanon, o abono de final de ano – que deveria ter sido pago em dezembro de 2000 – não foi pago. Junto a isso os operários recebiam novas ameaças de demissão e suspensão do trabalho. A crise econômica argentina refletia-se agora nas outras três fábricas representadas pelo sindicato, que passavam por situações similares a de Zanon. No final de janeiro, a Cerâmica Del Valle, que há mais de um ano não pagava a assistência médica das famílias de seus empregados, ameaçou fechar as portas. O sindicato chamou uma coletiva de imprensa na porta da fábrica e anunciou a realização de uma plenária de delegados de toda a Filial 21 para o dia 21 de janeiro. Desta plenária, surgiram as linhas básicas que conduziram o sindicato neste novo conflito: unificação dos operários das quatro fábricas; defesa de cada posto de trabalho; compromisso de funcionar por assembléia ante cada luta; realização de uma plenária de delegados; publicação das resoluções das assembléias e plenárias nos murais das quatro fábricas (AIZICZON, 2009b).

Em fevereiro de 2001, argumentando novamente situação de crise econômica e de processo de falência, a Cerâmica Zanon atrasou os salários dos trabalhadores. A resposta do sindicato foi imediata: uma greve de doze dias. Mas desconfiados que a patronal mais uma vez mentiria sobre a sua situação – contam os relatos, que enquanto a fábrica dizia estar em crise, não paravam de sair caminhões carregados de produto, evidenciando uma continuidade nas vendas -, os ceramistas incorporaram uma nova demanda as suas reivindicações: queriam que a fábrica mostresse os seus livros de contabilidade para provar

se estavam realmente em crise. E, caso se confirmasse a crise produzida pela própria patronal, reivindicavam a imediata estatização da fábrica pela província de Neuquén. Colocavam-se, mais uma vez, em defesa de seus postos de trabalho. Em crise ou não, a fábrica vinha tentando produzir a sua própria falência, portanto, de qualquer forma, o trabalho destes ceramistas estava ameaçado.

Além desta política de unificação das lutas dos trabalhadores das quatro fábricas, o sindicato aprofundou as alianças que iniciaram desde a CI. O ato realizado com 300 pessoas no dia 14 de março de 2001 em frente ao portão principal de Zanon evidenciou a concretização desta política. Participaram trabalhadores ceramistas, familiares, dirigentes da CTA, professores da ATEN Centenário, ATEN capital e ATEN provincial, comissão de desempregados de Plottier, comissão de vizinhos do Bairro Ilhas das Malvinas, delegados da fábrica Água Pesada de Arroyito, estudantes universitários e representantes de vários partidos de esquerda. Esta aliança que se conformou com amplos setores, principalmente os desempregados, foi decisiva na consolidação da futura gestão operária em Zanon. Neste ato, Godoy falou:

Companheiros, tem que ser um compromisso de todos os que estamos aqui começar a lutar por trabalho para todos, por um trabalho digno a todos os companheiros; esse é o compromisso que também tomamos nós da Filia 21, como ceramistas. Para começar a superar as divisões; nós não aceitamos as divisões que nos impõem entre empregados e desempregados, entre efetivos e temporários, entre distintos sindicatos. Temos que buscar a unidade, temos que romper as barreiras que por aí muitas vezes nos dividem. Busquemos a unidade companheiros porque essa é a única forma de sair adiante. Por isso propomos nós avançar numa Mesa de Coordenação Regional onde estejam todos os setores (...) Uma das demandas que estamos exigindo desde a Filial 21 é um plano de obras públicas onde os sindicatos e as organizações tenham o controle e possam pesar aí, que todos os companheiros da UOCRA vão e exijam aí e controlem (...) Os ceramistas vamos estar aí também porque disso depende nosso trabalho. Também queremos somar nisto os estudantes, temos por diante uma luta comum muito grande. Por este caminho podemos resolver ao mesmo tempo o grande problema da moradia na província. (Godoy)

No dia 19 de março a fábrica Zanon foi obrigada a aceitar mais uma vez as exigências dos trabalhadores e a pagar-lhes os dias de greve. Por imposição da assembléia a empresa foi obrigada a transportar todos os trabalhadores até o banco para que recebessem

o que devia a eles antes que voltassem a trabalhar, pois não confiavam mais nas promessas da empresa.

No mesmo mês, no dia 21 de março, as centrais sindicais convocaram uma paralisação nacional contra a reforma da educação e a demissão dos funcionários públicos pelo Ministro da Economia López Murphy, do então governo de De la Rúa. Nesse dia, o sindicato ceramista conseguiu, pela primeira vez, realizar uma paralisação conjunta nas quatro fábricas, e os ceramistas participam, junto a coluna dos estudantes da Universidade Nacional de Comahue, do ato que ocorreu no centro da cidade de Neuquén. Um contingente de 1500 estudantes, professores e funcionários técnico-administrativos partiram da universidade em passeata para se unificarem com os demais 2000 trabalhadores que se concentravam no centro da capital da província. Durante a passeata, os estudantes gritavam a palavra de ordem que simbolizou a aliança estabelecida entre eles e os ceramistas: “operários e estudantes, unidos adiante!”. Essas alianças reforçaram o antigo chamado do SOECN à unificação política numa Coordenação Regional.

Neste ano de intensos conflitos entre os ceramistas e os donos da Cerâmica Zanon, a greve mais importante foi sem dúvida aquela que ficou cunhada como a “Greve dos 34 Dias”, pois nela se condensaram todos os instrumentos de luta resgatados pelo grupo de ativistas de Zanon, além de uma maior popularização da luta ceramista pela província e um avanço nas reivindicações políticas. No início de abril, a empresa anunciou mais uma vez que atrasaria os salários dos ceramistas, justificando crise financeira da fábrica. O SOECN entrou na disputa discursiva, divulgando os lucros obtidos pela empresa no segundo semestre do ano anterior (por volta de 10 milhões de pesos), denunciando, desta forma, que este atraso era parte de uma estratégia para enfraquecer o sindicato. A greve foi decretada com um acampamento em frente à fábrica e, rapidamente, se organizaram, a partir das assembléias, várias comissões: de mulheres, de acampamento, de imprensa, de solidariedade - esta composta também por estudantes e outros setores.

No décimo dia de greve, começaram a realizar passeatas e bloqueios parciais da estrada em frente à fábrica<sup>94</sup>. Sentindo que desta vez a luta seria mais difícil e longa, os

---

<sup>94</sup> Contam-nos os relatos que a opção de não bloquear toda a estrada fazia parte de uma estratégia para aumentar o apoio a causa ceramista. Os principais usuários desta rodovia eram trabalhadores que viviam nos bairros vizinhos. Um bloqueio total criaria um transtorno enorme em suas vidas, colocando-os contra os ceramistas. Entravam em todos os ônibus que chegavam ao bloqueio, explicavam aos usuários os motivos da

ceramistas necessitaram publicizar o seu conflito, convencendo a população da região da legitimidade de sua causa. Desta forma, distribuíam todos os dias, nas passeatas e nos bloqueios parciais, milhares de panfletos relatando os motivos de sua luta e suas reivindicações. Dois atos realizados durante a greve foram importantes: o ocorrido no dia 26 de abril na cidade de Centenário, com a presença de 1000 trabalhadores, dentre ceramistas e trabalhadores de outras categorias; e o ato do dia primeiro de maio, tradicional dia de luta dos trabalhadores, em que a Coordenação Regional conseguiu convocar com a CTA neuquina uma mobilização na porta da fábrica Zanon.<sup>95</sup> Os apoios que obtiveram refletia a insatisfação generalizada da população argentina contra as instituições do regime e tudo aquilo que representava o período neoliberal – neste caso, a Cerâmica Zanon tinha destaque em Neuquén -, responsáveis pela miséria que era submetida a população.

Depois de dez horas de negociação entre os representantes dos ceramistas e os representantes da fábrica na Casa do Governo, estes últimos insistiam em manter no acordo por escrito cláusulas que instituíam metas de produtividades e limites ao direito de greve. A decisão de aceitar ou não o acordo foi feita na assembléia geral da fábrica, e nela todas as cláusulas da patronal foram rechaçadas. Como na Greve dos 9 Dias, os ceramistas endureceram no mesmo dia os métodos de luta: primeiro fechando a ponte de ligação de Neuquén à província Rio Negro; depois seguindo em passeata para a Subsecretaria do Trabalho onde haveria uma audiência entre as partes da negociação, mas os representantes da fábrica não apareceram. Enfurecidos com o descaso da patronal, os ceramistas bloquearam a Rodovia 22, que ficava em frente a Subsecretaria. Frente a disposição de resistência dos ceramistas, a patronal, por telefone, cede mais uma vez e aceita retirar as cláusulas que propôs no dia anterior.

Nesta greve, as reivindicações de abertura dos livros de contabilidade da empresa e de estatização da fábrica são difundidas na província de Neuquén. Era uma forma de apresentar à população uma resposta operária para a crise capitalista. Não queriam reivindicar apenas a defesa de seus postos de trabalho, mas mostrar que a crise era consequência da própria lógica capitalista. Mostravam como na fábrica se refletia a falência

---

greve e as reivindicações, e depois os deixavam seguir seus caminhos. Também não queimaram pneus, tradição nos bloqueios dos *piqueteros*, a pedido dos moradores dos bairros vizinhos.

<sup>95</sup> No ato de Centenário, as outras três fábricas de cerâmica pararam em apoio à greve em Zanon. No dia 1º de maio, uma delegação de ceramistas foi enviada para Buenos Aires para participar do 1º de maio da capital argentina e, desta forma, tentar ampliar nacionalmente o apoio à luta ceramista.

do modelo neoliberal e, conseqüentemente, do modelo capitalista. Entre os ceramistas, o saber operário contou muito neste momento. Para provar que a fábrica não estava em crise profunda como dizia, começaram a contabilizar tudo o que entrava na fábrica enquanto matéria prima, o que se produzia e o que se vendia. Desta forma tinham uma idéia do montante que lucrava Zanon. Neste momento o discurso classista foi qualificado e ganhou amplitude, não só denunciando o capital, mas apontando uma saída para este sistema. Foi nesta estratégia que incorporaram uma nova bandeira a sua luta: a exigência ao estado provincial de um plano de obras pública para revolver a situação de crise econômica e social. Segundo Alejandro López,

Nós começamos a averiguar de quanto eram os gastos que tinham em matéria prima (...) quanto material produzíamos, a quanto se vendia, onde se exportava, quem o comprova, a quanto tempo se cobrava o matéria que se vendia. Então, neste momento, tivemos uma surpresa, porque o que nós imaginávamos que a Cerâmica Zanon ganhava não se comprovava na realidade. Porque a cifra milionária que ganhava Zanon foi a que nos despertou a inquietude e a poder começar a tomar seriamente a discussão. Então, ante cada exigência que nos fazia a Cerâmica Zanon, seja de demissões ou de suspensões, nós começamos a pedir que mostrassem os livros de contabilidade porque a nós os números não batiam (...) Quando Zanon nos propunha suspensões, nos propunha demissões, nos propunha diminuição dos salários, nós sempre contestávamos com um não e lhe exigíamos os livros de contabilidade. A este pedido Cerâmica Zanon sempre se recusou, então ficava mais que claro que os lucros eram exorbitantes por parte da empresa e não só isso senão que nos meios de comunicação tanto nos jornais de Río Negro como em La Mañana del Sur descaradamente publicavam que ganhavam 60 milhões por ano. (Alejandro López)

Diante das várias vitórias seguidas dos ceramistas, Luis Zanon resolveu mudar sua estratégia, decretando o fechamento da fábrica em outubro, demitindo assim os 380 operários. No dia dois de outubro os ceramistas resolveram ocupar a fábrica e seguir produzindo por conta própria, mas rapidamente a patronal solicitou à justiça o corte do fornecimento de gás e entrou com uma ação de despejo, que foi concedida por um juiz logo em seguida. Os ceramistas prepararam a defesa da fábrica ocupada criando “guardas operárias”. O enorme apoio que conquistaram na comunidade da região e a disposição de luta dos ceramistas fizeram com que o juiz desistisse da ação de despejo.

Numa das reuniões de conciliação os trabalhadores propuseram o embargo da produção para que com a sua venda fosse garantido o pagamento dos salários atrasados;

pediam a conexão do gás para seguir produzindo; e a formação de uma comissão de operários para controlar a produção. A proposta, obviamente, foi rejeitada pela empresa, que, em contrapartida, propôs a suspensão do trabalho, permanecendo apenas 60 operários em atividade na fábrica.

Neste momento da luta ocorreu um fato inédito, que refletiu a combinação da luta política realizada pelos ceramistas com uma luta no âmbito jurídico. Neste novo campo de atuação, em que as leis acabam por beneficiar o capital, a atuação do advogado do sindicato, Mariano Pedrero, foi fundamental, ao procurar brechas na legislação para defender as ações dos ceramistas. Conta-nos Pedrero que o principal argumento que utilizava em seus recursos era a defesa do direito ao trabalho. Com este argumento e com as evidências que conseguiram sobre a situação da fábrica, desmentindo o argumento patronal de crise econômica, a juíza Elizabeth Rivera de Taiana emitiu no dia 31 de outubro uma sentença favorável aos ceramistas: reconhecer um *lockout ofensivo* em Zanon, prática esta ilícita, decretando, com isso, o embargo e seqüestro de 40% do estoque de cerâmicas para ser vendido em setenta e duas horas a fim de garantir o pagamento dos salários atrasados. Esta sentença foi uma importante jurisprudência para os trabalhadores que viviam situações semelhantes aos de Zanon e permitiu aos ceramistas avançarem rumo a gestão operária.

No dia 11 de dezembro de 2001, com a fábrica ocupada, 280 ceramistas receberam em suas casas um telegrama que comunicava a sua demissão, deixando assim de cumprir a sentença que condenava a injustificada reestruturação da fábrica. Revoltados, os ceramistas seguiram no dia seguinte à Casa do Governo, onde realizaram um ato, queimando todos os telegramas. O local do ato representava o novo interlocutor para o qual os ceramistas se dirigiam. O mesmo governador que no passado concedeu empréstimos milionários a Luis Zanon, seu amigo pessoal que em muitas vezes fez elogios. Tentavam comprometer o Estado, que nunca recebeu de volta os empréstimos feitos a Cerâmica Zanon. No entendimento dos ceramistas, nada mais justo que este mesmo Estado assumisse o controle da fábrica, garantindo a manutenção dos postos de trabalho. No entanto, o governo de Jorge Sobisch não estava disposto a discutir esta proposta. Neste dia, a sua resposta foi reprimir os ceramistas com um forte contingente policial. Dezenove ceramistas foram presos e outra dezena ficou ferida. Refugiaram-se no hospital da cidade e em entidades sindicais, que

ficaram cercados pela polícia. A resposta popular veio as 18 horas do mesmo dia, com 7 mil pessoas na frente da delegacia de polícia exigindo a libertação dos detidos.

No auge do conflito em Zanon aconteceu o *Argentinazo*, alterando de vez a situação política do país, permitindo aos ceramistas e o seu sindicato manter a resistência e radicalizar em suas propostas políticas. Acampados em frente da fábrica com suas famílias, “esperaram com paciência que amadurecesse as condições e a decisão dos companheiros (...) Nesse lapso de tempo percorremos bairro por bairro, coletando alimentos. Assim pudemos passar esses meses. Generalizou-se o diálogo com a comunidade. A comissão de mulheres jogou um rol importantíssimo, falando em termos mais duros e mais cotidianos” (Raul Godoy, entrevista ao jornal *Página 12*). Depois de vários meses, em fevereiro de 2002, numa assembléia geral, os ceramistas decidiram dar um grande passo em sua luta, religando o gás e botando a produção da fábrica sob seu controle. Tinha início a gestão operária direta em Zanon.

## **2. OS TEMPOS DE GESTÃO OPERÁRIA.**

A gestão operária direta em Zanon foi resultado de três fatores fundamentais: 1) o esgotamento do ciclo de acumulação proporcionado pelo neoliberalismo na Argentina e suas conseqüências sociais ao país; 2) a determinação política de uma vanguarda de ceramistas, que intervieram nos conflitos da segunda metade dos anos 1990 em torno de uma plataforma política classista; 3) o ressurgimento da classe trabalhadora enquanto sujeito político – apesar de que este elemento se desenvolveu essencialmente durante a primeira década do século XXI.

A radicalidade do conflito em Zanon está muito além das ações políticas dos ceramistas. Em plena época neoliberal, de um ceticismo histórico predominante nas discussões teóricas e acadêmicas, os ceramistas de Zanon nadaram contra a corrente dessas teorias, reafirmando na prática a centralidade da classe trabalhadora e a validade de seus instrumentos históricos de luta. Sem dúvida, o que ocorreu em Zanon foi um processo particular que combinou inúmeros elementos universais, visíveis quando o comparamos com outros momentos da história do movimento operário. Portanto, a efetivação da gestão operária direta em Zanon foi uma demonstração da potencialidade do movimento operário que, mesmo adormecido ou debilitado, se mantém enquanto movimento social fundamental de nossos tempos. Em Zanon, não foi somente a centralidade da classe trabalhadora que se demonstrou válida, mas uma política operária tradicional pautada numa estratégia, em instrumentos organizativos como o Partido Político e em métodos de ação contra o capital historicamente testados.

Esta particularidade foi o que diferenciou Zanon das demais fábricas ocupadas na Argentina depois do colapso econômico e social de dezembro de 2001. Segundo Fajn (2003), após anos de neoliberalismo, de reestruturação produtiva e fragmentação da classe trabalhadora, de burocratização dos sindicatos e de adaptação destes às políticas governamentais, as ocupações e recuperações das fábricas só poderiam ser caracterizadas enquanto uma “estratégia defensiva – quase desesperada”- fundamentada na sobrevivência da empresa e na manutenção do trabalho.

De certa forma, Fajn está parcialmente correto em sua caracterização, pois as ocupações foram realmente uma resposta defensiva por parte dos trabalhadores às conseqüências sociais proporcionadas pelo neoliberalismo. Este não foi um fenômeno apenas argentino, mas talvez sul-americano – podemos encontrar exemplos de ocupações de fábricas no Brasil e na Venezuela, apesar de que os contextos sociais e políticos são completamente diferentes<sup>96</sup>. Mas, mesmo considerando que estas ocupações foram fruto de uma resposta defensiva por parte do proletariado, não podemos esquecer que ela ocorreu depois de mais de uma década de ataques estruturais e subjetivos a sua organização social e política. Portanto, olhamos para este fenômeno, particularmente ao argentino, devido a sua importância nacional, identificando os germes de uma potencial ação emancipatória – apesar de que o seu desenvolvimento dependeria de uma série de fatores presentes e ausentes na arena da luta de classes deste início de século XXI.

Segundo Sartelli (2007), o processo de crise política e social aberto em 2001 está longe de se encerrar. Os primeiros desdobramentos na Argentina da crise econômica internacional do capitalismo iniciada em setembro de 2008 parece confirmar este prognóstico. Mais do que isso, vem evidenciando que a classe trabalhadora ocupada se posicionará enquanto sujeito político nos futuros conflitos. O que não podemos ter tanta certeza como Sartelli é se a classe operária atuará de forma independente e se o peronismo e o radicalismo serão sepultados, pois para nós isso dependerá dos desdobramentos da luta de classes e, como demonstramos em pequena escala nas ações em Zanon, da atuação em escala nacional de um forte partido operário revolucionário.

Neste segundo capítulo, tentamos fundamentar quais foram as razões conjunturais do fenômeno de ocupação de fábricas que ocorreu na Argentina nesta primeira década do século XXI, para depois demonstrar as diferenças existentes no interior deste movimento, particularmente em relação à Zanon. Depois, sintetizamos os elementos centrais do período de gestão operária direta em Zanon.

---

<sup>96</sup> No caso brasileiro, podemos citar as fábricas químicas CIPLA/Interfibras de Joinville (SC) e Flaskô de Sumaré (SP), pertencentes ao mesmo grupo empresarial, que foram ocupadas por iniciativa e influência de um grupo trotskista de tradição lambertista chamado “O Trabalho”. No caso venezuelano, sob influência do discurso “esquerdista” do chavismo, a ocupação mais notória ocorreu na Sanitários Maracay. Para um aprofundamento do caso brasileiro citado ver Raslan (2007).

## 2.1. O *argentínazo* e a crise do modelo neoliberal.

Entre os dias 19 e 20 de dezembro de 2001 a Argentina foi convulsionada por um amplo movimento de massas que tomou as ruas e derrubou o odiado Ministro da Economia, Domingo Cavallo e, logo em seguida, o Presidente da República, Fernando De la Rúa. A aparente espontaneidade das ações protagonizadas nestes dois dias por diversas frações da sociedade argentina, que expressaram em seu interior as mais variadas reivindicações e métodos de luta, não surgiram da noite para o dia – apesar de possuir elementos importantes de espontaneidade. Pelo contrário, sintetizaram as conseqüências provocadas por mais de uma década do modelo neoliberal – e sua continuidade no governo de De la Rúa - e de agudíssimas lutas levadas a frente pela classe trabalhadora, majoritariamente, pelos desempregados.

Fernando De la Rúa, membro da União Cívica Radical, é eleito em 1999 pela *Alianza*<sup>97</sup> com uma plataforma política que prometia criar novos postos de trabalho e acabar com a corrupção<sup>98</sup>, ao mesmo tempo que respeitaria o modelo econômico vigente e o pagamento da dívida externa. Era um programa político contraditório, pois era impossível seguir pagando a dívida externa do país sem penalizar as massas populares e trabalhadoras com o aumento de impostos e a diminuição dos salários. Por outro lado, sustentar o modelo econômico significaria manter a precarização do trabalho e o alto índice de desemprego. Tanto foi que em dois anos de governo a recessão econômica se agravou - com enormes fugas de capitais -, o desemprego continuou subindo e a miséria se estendeu ainda mais.<sup>99</sup>

Mas também nestes primeiros anos de 2000, a classe trabalhadora ressurgiu no cenário nacional – ainda controlada pelos limites impostos por suas direções sindicais – lutando contras as medidas anti-operárias impulsionadas pelo governo como a reforma trabalhista, as demissões, a diminuição de salários dos funcionários públicos, o corte de

---

<sup>97</sup> Compunha a *Alianza*, uma frente única eleitoral do Partido Radical (UCR) com a Frente de Centro Esquerda.

<sup>98</sup> Na época de Menem ocorreram vários escândalos de corrupção vinculados as privatizações. De la Rúa prometia investigar os funcionários envolvidos nestas fraudes, mas não em revisar ou cancelar as privatizações.

<sup>99</sup> Para citar dois aspectos disso: em 2001 o desemprego estava na ordem de 22 a 25% da população economicamente ativa, ou seja, ao redor 2,5 milhões; e 14 milhões de habitantes encontravam-se abaixo da linha da pobreza.

orçamentos na educação, etc. O governo, na realidade, descarregava, com estas medidas, sobre as costas dos trabalhadores e das camadas populares a crise econômica do país. Na classe trabalhadora, sem dúvidas foram os desempregados quem protagonizaram as ações mais importantes deste período. Para se ter uma idéia, os setores organizados em torno dos movimentos *piqueteros* realizaram durante o mês de setembro de 2001 três semanas de bloqueios de ruas e estradas. Já os setores de desempregados não organizados começaram, espontaneamente, uma semana antes da queda de Fernando De la Rúa, a saquear supermercados em busca de comida. Durante a crise, aproximadamente 600 hipermercados, supermercados e estabelecimentos comerciais foram saqueados pela população miserável e faminta.

Em março de 2001, após o Ministro da Economia Ricardo López Murphy deixar o seu cargo sob uma forte mobilização nacional contra as suas medidas, Domingo Cavallo foi nomeado em seu lugar. O principal personagem da política neoliberal dos anos noventa agora era apresentado pelo governo de De la Rúa como o novo “salvador da nação”. Os estratos do governo argumentavam que as suas relações com o setor financeiro facilitariam novas renegociações para a dívida pública do país. No entanto, o resultado mais expressivo de sua política foram as retenções bancárias, o chamado *corralito*, que atingiu as poupanças das classes médias que, devido a recessão econômica, estavam em pleno processo de empobrecimento.

Com o aumento das tensões e conflitos por todo país, o Presidente da República decretou, no dia 18 de dezembro, Estado de Sítio em todo território nacional. Esta medida, que tinha como objetivo conter as mobilizações e os saques de supermercados se reverteu em seu contrário. O descontentamento deu lugar a uma revolta generalizada, com centenas de milhares ocupando as ruas da capital argentina, verdadeiro epicentro das jornadas de dezembro<sup>100</sup>, desatando mobilizações e enfrentamentos impulsionados por várias camadas sociais, desde a pequena burguesia, que se manifestava principalmente através do *panelaço*, aos desempregados e às organizações políticas de esquerda. Neste heterogeneidade,

---

<sup>100</sup> O leitor brasileiro poderia se impressionar com as espetaculares ações de rua da população argentina e seus enfrentamentos com as forças repressivas em dezembro de 2001. Mas é importante lembrar, para sermos unilaterais na análise, que a história argentina nos apresenta inúmeros momentos em que a política é decidida nas ruas, tendo a Praça de Maio seu local preferido, e que o peronismo soube muito bem canalizar esta característica das manifestações de massa ao seu favor.

podemos dizer que, se havia uma reivindicação unitária entre todos estes setores, ela se expressava numa única frase: “*¡Que se vayan todos!*”

Portanto, se a classe operária foi atacada pelas forças repressivas da ditadura militar, nos anos noventa foi atacada pelos votos dos parlamentares do Congresso Nacional, mergulhado em escândalos de corrupção. A continuidade do modelo neoliberal no governo da *Alianza* só acelerou o descrédito das massas com as instituições do regime. Indícios deste rechaço já havia se expressado nas eleições legislativas de 2001, em que tanto o governo da *Alianza* quanto o principal partido de oposição (o Partido Justicialista) foram superados por um expressivo número de votos em branco e por uma alta abstenção<sup>101</sup>. Portanto, *¡que se vayan todos!* expressava um profundo descrédito com as instituições burguesas, mas, também, do ponto de vista das perspectivas políticas, expressava os limites programáticos da jornada de dezembro ao não constituir um projeto unitário de transformação radical da sociedade.

Entretanto, os limites das jornadas de dezembro refletiam os próprios limites da classe operária ocupada neste momento. Como tentamos apontar anteriormente em nosso texto, a classe trabalhadora argentina, em vários momentos de sua história, demonstrou uma potencialidade política em arrastar atrás de si as demais camadas sociais para um projeto política nacional de transformação da sociedade. Em dezembro de 2001 dois fatores impediram que ela atuasse enquanto sujeito político de forma independente no cenário nacional. O primeiro fator era objetivo, reflexo dos anos de reestruturação produtiva e desindustrialização do país, que colocou um quarto do seu contingente nas fileiras do desemprego. O segundo fator, de ordem subjetiva, refletia o peso que ainda tinha o peronismo e outras correntes conciliadoras na classe trabalhadora, dominando os principais sindicatos e centrais sindicais do país.

Por isso que em dezembro de 2001, a classe operária participou das ações protagonizadas enquanto espectadora. Uma greve nacional convocada para o dia 21 de dezembro, e esta, talvez, se tivesse acontecido, alterasse o caráter social das jornadas

---

<sup>101</sup> Na eleição legislativa de 2001, os votos brancos representaram 10,8% do total (sendo quem a média nos anos 1980 era de 1,5 % e 3,8% nos 1990) e os votos nulos 13,2% (nos anos 1980 era de 0,5% e nos 1990 de 0,8%). Outro indicativo importante é o índice de abstenções: de 17,8% em 1999 para 24,5% em 2001 (ALVES, 2009).

ocorridas nos dois dias anteriores.<sup>102</sup> No entanto, a renúncia de Fernando De la Rúa fez com que as centrais sindicais suspendessem a greve, mostrando que seus objetivos eram unicamente derrubar o presidente e não o regime, substituindo as mobilizações de rua pelas negociações para um novo pacto social – que se consolidará com o governo de Néstor Kirchner. Neste cenário de crise e realocização das forças política do país, os trabalhadores ocupados resurgiram enquanto protagonistas de um processo de luta defensiva com as ocupações de fábricas e as gestões operárias da produção<sup>103</sup>.

## 2.2. O fenômeno de ocupações de fábricas.

A crise econômica de 2001 e as ocupações de fábricas na Argentina colocaram em evidência as práticas ilegais cometidas pela burguesia nos processos de crise econômica de suas empresas. Assim como em Zanon, muitos empresários esvaziaram a sua fábrica ou cometeram *lockout* antes da sua falência. Segundo Fajn (2003), responsável por um dos mais completos estudos sobre as empresas recuperadas na Argentina<sup>104</sup>, em geral ocorreu dois movimentos por parte dos empresários antes da falência de suas fábricas. Um grupo, que representou a minoria dos casos, diante a possibilidade de paralisar as suas atividades, não se utilizou de práticas consideradas fraudulentas ou de esvaziamento. Simplesmente, de

---

<sup>102</sup> É importante nos diferenciarmos daqueles que analisavam este processo como uma revolução em curso. Apesar da profundidade das contradições presentes neste momento, a não intervenção da classe trabalhadora ocupada é uma questão fundamental para entendermos o desenlace do processo. Ele também nos coloca em discussão a capacidade dos movimentos sociais dos desempregados em impulsionarem uma transformação radical da sociedade do capital, um debate necessário com as teorias dos anos 1990 que tentavam encontrar nestes movimentos uma resposta para a crise do movimento operário de conjunto.

<sup>103</sup> “Algo realmente inédito sucede em nosso país (...) Fábricas ocupadas por seus trabalhadores e postas a produzir. Operários sem patrões. Expropriação. Tem-se colocado em discussão a noção mesma de propriedade, a relação entre legalidade e legitimidade. Que tem sucedido? (...) A expropriação das poupanças suscitou a reivindicação da nacionalização dos bancos. A expropriação do trabalho e o pão desencadearam os primeiros saques daquele 19 de dezembro, protagonizados pelo povo pobre das grandes cidades. A expropriação das ilusões depositadas na ‘democracia representativa’ fez nascer o grito ‘¡que se vayan todos!’”. Na classe trabalhadora, este novo fenômeno de ocupação de fábricas e gestão operária, coloca no nível da produção a reivindicação de expropriar aos que provocaram a crise” (MARTINEZ, 2002).

<sup>104</sup> Até o ano de 2003 uma equipe de pesquisadores, ligados ao Centro Cultural da Cooperação, investigou 87 dos 170 casos existentes no país de fábricas recuperadas; entrevistaram vários trabalhadores.

um dia para o outro, fecharam a fábrica, deixando de pagar suas dívidas com os trabalhadores, os credores, o Estado, e muitos outros.

O outro grupo era composto por falências fraudulentas e de manobras de esvaziamento da fábrica. Segundo Fajn,

a situação imediatamente anterior as ações que dão lugar a recuperação se caracteriza, em primeiro lugar, por uma forte degradação da situação geral das empresas. Esta situação, se bem se relaciona com diversos elementos do contexto político econômico que dificultam sua continuidade e viabilidade econômica, está assim mesmo vinculada com processos de esvaziamento ou *lockout* patronal, através dos quais os empresários buscam maximizar os benefícios do capital diversificando-se em inversões financeiras (...) (FAJN, 2003, p.56)

É importante destacar que a degradação da situação das empresas foram acompanhadas por um processo de maior ataque a classe trabalhadora através de uma acentuação das formas de precarização do trabalho, da redução dos salários e do aumento do desemprego, o que debilitou os trabalhadores em suas lutas cotidianas. Porém, a possibilidade do trabalhador tornar-se desempregado, fator que os aterrorizou durante toda a década de noventa, colocando muitos numa postura de resignação, transformou-se em destino inevitável de todos os operários das fábricas que estavam em crise nos anos de 2001/02.

A novidade é que em várias empresas os trabalhadores se colocaram em ação e intervieram nos processos de falência, desarticulando as manobras do patronato e subvertendo a lógica do direito à propriedade privada pela capitalista, assegurada por juízes e síndicos de falência. Por isso que, nas fábricas ocupadas a luta jurídica foi um elemento fundamental para as conquistas que obtiveram e, centralmente, para a manutenção da produção sob seu controle. Os juízes eram pressionados por um contexto de profunda crise econômica e social, crise esta produzida pela ganância destes capitalistas que agora reivindicavam o direito à posse de sua fábrica. Neste contexto, muitas sentenças saíram favoráveis aos trabalhadores, como foi o caso de Zanon. Mas isso só foi possível, importante novamente ressaltar, devido as lutas e a solidariedade que constituíram os próprios trabalhadores envolvidos nas disputas.

Mesmo assim, muitas sentenças foram desfavoráveis aos trabalhadores. E muitos destes, mesmo diante de tamanha injustiça social, aceitaram-nas pacificamente, enquanto

que uma minoria optara por resistir. Zanon, como demonstraremos nos próximos itens deste capítulo, optou pela resistência e o confronto sua vanguarda se guiava em torno de uma estratégia política pautada na independência de classe e nas tradições revolucionárias. Mas não foi somente os trabalhadores de Zanon que resistiram.

Por exemplo, na ex-Gaglianone, atualmente Cooperativa Chilavert, os trabalhadores decidiram ocupar as instancias da fábrica para impedir a retirada das máquinas, seus instrumentos de trabalho. A ocupação, ou seja, o controle desta empresa por parte dos trabalhadores, combinou-se com um acampamento em frente a mesma. Em outras ocupações, como é o caso de Ghelco (alimentos), conformou-se uma rede de solidariedade em torno destes trabalhadores que lutavam para defender os seus postos de trabalho. Em Ghelco os trabalhadores armaram um acampamento em frente à fábrica e obtiveram apoio dos vizinhos do bairro, que ajudaram no fundo de greve.

Fajn (2003), realizou em seu estudo uma confrontação de dados sobre a intensidade do conflito, as medidas de força e as reivindicações dos trabalhadores. A conclusão disso é que nos casos de baixa conflitividade as resoluções foram desfavoráveis aos trabalhadores: em 46,7% das empresas pesquisadas os trabalhadores a ocuparam no processo de luta por recuperá-la, enquanto que em 24% desenvolveram medidas de força na periferia das fábricas, como acampamentos na rua ou piquetes de estrada.

Assim mesmo, vale destacar que em 26,7% - porcentagem não menor – se estabeleceram negociações diretas com os anteriores donos, desenvolvendo processos de recuperação da empresa sem atravessar necessariamente por situações conflitosas de envergadura. (FAJN, 2003, p. 39)

Seguindo este mesmo autor, podemos fazer uma periodização do fenômeno de ocupação de fábricas na Argentina desta primeira década do século XXI. O primeiro momento abrange do ano de 2000 às jornadas de dezembro de 2001. Neste momento, apenas duas fábricas foram ocupadas por seus trabalhadores: a Cooperativa Unión y Fuerza (ex-Gip Metal) de Sarandí e a fábrica de Cerâmicas Zanon. Estas fábricas enfrentaram muitas dificuldades para conseguirem apoio da comunidade às suas lutas. O segundo período, entre 2001 a 2003, ocorreu um aumento das ocupações de fábricas, da intensidade dos conflitos e das redes de solidariedade a estas (assembléias barriais, piqueteros, etc), ou seja, a crise econômica ajudou com que um setor significativo da sociedade, principalmente

a pequena burguesia empobrecida, apoiasse estes trabalhadores que realizavam uma ação radicalizada, mas politicamente defensiva, para defenderem os seus postos de trabalho<sup>105</sup>. Esta rede de solidariedade era representada pela palavra de ordem “si tocan a una, tocan a todas”. Segundo Fajn, as fábricas ocupadas com maior exposição midiática foram as que consolidaram um vínculo mais orgânico com outras fábricas ou setores em luta. Foram os casos de: Zanon, Brukman, Unión y Fuerza, Cooperativa de Trabajadores en Lucha (ex-supermercado Tigre), IMPA, Ghelco, Zanello, Renacer y Química del Sur.

Dentre estes exemplos, destacam-se aqueles que tinham um projeto de luta de classes que transcendia a própria fábrica:

nos casos de Brukman, Zanon e Tigre se evidencia um alto compromisso social, e um componente político discursivo que transcende as reivindicações da empresa (e o movimento) e se orienta para conflitos de caráter mais geral. (FAJN, 2003, p. 77)

Segundo o estudo organizado por Fajn, 57% das empresas recuperadas analisadas mantinham relações de pouca organicidade e continuidade com outras empresas na mesma situação. E, diferente das citadas acima, esta relação buscava consolidar-se no âmbito das necessidades econômicas,

a necessidade de construção de redes de comercialização e intercambio como modalidade para reforçar alguns aspectos econômicos das experiências. No Brasil, onde o desenvolvimento da economia solidária está mais consolidada que na Argentina, as empresas conseguem estabelecer acordos ou alianças de comercialização, e o consumo solidário adquire grande importância. (FAJN, 2003, p. 79)

Essa opção era parte da estratégia cooperativista, adotada pela maioria das empresas ocupadas, que centraram a sua luta no âmbito econômico. Raslan (2007), em sua dissertação de mestrado, demonstra-nos como as cooperativas são utilizadas pelo capital como mais uma forma para solucionar a sua crise capitalista. Também nos lembra os problemas da falta de direitos trabalhistas ocorridos em muitas das cooperativas de produção. Ou seja, as cooperativas acabam sendo uma saída para o capital para uma maior integração dos trabalhadores na produção com um maior grau de exploração, ou seja,

---

<sup>105</sup> Outros que tiveram participação importante de solidariedade ativa nestes conflitos (ou diretamente ajudando a organiza-los): os partidos de esquerda; os piqueteros e os movimentos de piqueteros como o MTD

“desvalorizar cada vez mais a força de trabalho é a tendência que as cooperativas tomam, seja qual for seu princípio ou objetivo” (RASLAN, 2007, p. 128)

Ainda segundo este autor, as cooperativas são formas contraditórias que surgem no seio do modo capitalista de produção, assim como muitas outras formas que lhes são contraditórias: o proletariado, o monopólio, a cooperação do trabalho, etc.: “as cooperativas não representam nada além de empresas capitalistas desenvolvidas no interior do modo de produção que prescindem da função do proprietário como figura essencial para seu funcionamento” (Raslan, 2007, p. 121). No próximo capítulo desenvolvemos melhor a crítica de Marx e Engels ao cooperativismo. O que queremos ressaltar aqui é que no interior do movimento de fábricas ocupadas surgiram inúmeras estratégias políticas, a maior parte voltada a uma estratégia de conciliação de classes.

Da parte dos sindicatos, estrutura fundamental para o movimento operário argentino, como já demonstramos no resgate histórico do primeiro capítulo desta dissertação, em sua grande maioria negaram-se a apoiar as experiências de ocupações de fábricas. Esta postura era evidentemente política. Depois de a maioria dos sindicatos apoiarem as políticas neoliberais de Carlos Menen, a ocupação de fábrica era um método avesso à burocracia sindical. E também, segundo Fajn (2003), além de suas posições políticas, historicamente a burocracia sindical argentina se opõe a formação de cooperativas, pois temem perder os aportes e as cotas pagas pelos trabalhadores.

Portanto, as ocupações de fábricas, a não ser algumas exceções, serão fundamentalmente dirigidas por organizações políticas ou movimentos sociais conduzidas por advogados, políticos ligados ao movimento peronista ou mesmo ao governo do casal Kirchner. O mais importante deste movimento surgiu no calor das ocupações de fábricas e chamou-se Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER). O caso mais paradigmático em que este movimento atuou foi em Brukman. Dirigida no início do conflito pelos trotskistas ligados ao PTS e a Cerâmica Zanon, o MNER consegue convencer o conjunto dos trabalhadores a abandonarem a estratégia da estatização sob controle operária pela da cooperativa por consentimento legal.

Para facilitar, listaremos, seguindo a sugestão de Fajn, os principais movimentos e organizações que atuaram neste fenômeno de ocupação de fábricas na Argentina:

- Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER): em 2003 reunia ao redor de 60 empresas, tendo grande inserção no interior do país. Como modalidade de resolução do conflito legal reivindicava a expropriação, e para isso, possui uma equipe técnica. Uma das ultimas experiências de importância foi a do Hotel Bauen, que funciona atualmente com o nome de Cooperativa Callao.
- Movimento de Fábricas Recuperadas pelos trabalhadores: surgiu enquanto um racha do MNER em princípios de 2003, contando neste ano ao redor de 40 empresas recuperadas. Promoveram a expropriação e fomentaram a criação de cooperativas de trabalho. Conta com equipes técnicas e tem vinculação com a Pastoral Social. Sua empresa de destaque foi a Cooperativa Unión y Fuerza..
- Federação Nacional de Cooperativas de Trabalho e Empresas Reconvertidas (FENCOOTER): avaliam a possibilidade de expropriação com indenização ao patrão, ou seja, que os trabalhadores paguem a expropriação em troca de suas dívidas salariais. É a posição mais a direita, oposto no vértice em relação a reivindicação de Zanon (que além de expropriação da fábrica, reivindicava que fosse sem indenização):
- Federação de Cooperativas de Trabalho (FECOOTRA): É um nucleamento de cooperativas de trabalho e existe antes do fenômeno das ocupações fabris. Preocupa-se com questões vinculadas ao acessoriamente das cooperativas de trabalho, por isso sua relação com as fábricas recuperadas se deve a forma legal que estas possuem.
- Partidários do controle operário: Zanon e Brukman (até 2003). Reivindicavam a expropriação sob controle operário sem indenização e estatização da fábrica, colocando-a a serviço da comunidade (sua produção para uma orientação social).

Esta importante contribuição dada por Fajn e sua equipe na análise sociológica sobre as fábricas ocupadas da Argentina data de 2003. Desde então, muitas coisas acontecerem nestas fábricas e no cenário político nacional. O autor, assim como muitos outros que se colocaram a debater as fábricas ocupadas, polemiza em torno da questão da estatização ou não das fábricas. Para nós, este debate já foi superado pela própria realidade. Uma boa análise sobre a questão pode ser encontrada na dissertação de Raslan (2007), em

que considera a reivindicação de estatização sob controle operário uma resposta defensiva num contexto de ofensividade do capital contra o trabalho. No entanto, após a crise econômica de 2008, o capital demonstrou sua fragilidade, mergulhando as economias de todos os países numa profunda crise estrutural da qual estamos distante de visualizar uma solução definitiva. Novamente, a ação da classe operária, sujeito social fundamental da transformação social, será decisiva para o desenlace da crise estrutural do capital que se arrasta desde meados do século passado. No entanto, não será qualquer ação, mas uma ação guiada conscientemente ao caminho da sua emancipação. Neste sentido, o debate central sobre o fenômeno de fábricas ocupadas encontra-se em torno da independência ou não destes trabalhadores frente a burguesia e seus aparatos de classe. Esta é a questão fundamental, pois é estratégica, enquanto que a questão da cooperativa ou estatização são questões táticas ao movimento operário de extrema importância. O que lhes torna um empecilho, no caso das cooperativas, é quando elas se transformam num fim estratégico da luta dos trabalhadores. Vejamos então as especificidades da gestão operária em Zanon.

### **2.3. A Gestão operária direta em Zanon.**

Ainda que em 2001 o conjunto dos trabalhadores argentinos estivesse realizando lutas de caráter defensivo, a experiência dos ceramistas de Zanon tem o valor de expressar um processo de luta que foi capaz de canalizar em torno de uma fábrica gerenciada por seus trabalhadores e de um sindicato classista o apoio de outras camadas da população neuquina para um projeto que se defrontava com a política neoliberal. Também tem o mérito de evidenciar a potencialidade da democracia operária numa pequena experiência de planificação da produção – no caso, numa única fábrica – e da aliança costurada com diversos setores e categorias de trabalhadores e camadas populares. Desta forma tornou-se uma referência nacional e internacional às demais fábricas ocupadas, ao movimento operário, as organizações políticas e aos intelectuais que se sensibilizam com a causa operária<sup>106</sup>.

---

<sup>106</sup> Dentre os estudiosos que apoiaram e visitaram a fábrica Zanon sob gestão operária estão: James Petras, Naomi Klein, Osvaldo Bayer, Pères Esquivel, Leonardo Boff, e tantos outros.

Em Zanon, portanto, desenvolveu-se a política no seu sentido clássico, da luta de classes, ou seja, do antagonismo entre o capital e o trabalho. Neste conflito, a política proletária tradicional se efetivou com a utilização de métodos testados pelos trabalhadores em diversos momentos de sua história (greve, piquete, barricada, ocupação, etc), do surgimento de uma vanguarda que atuou conscientemente no processo e influenciada por um partido revolucionário.

Nesta parte do texto, não é nosso propósito analisar cronologicamente a experiência da gestão operária como fizemos durante a luta pela recuperação da tradição classista abordado no Capítulo 1 desta dissertação. Queremos apenas demarcar os elementos fundamentais da gestão operária direta na fábrica Zanon e as continuidades das lutas do passado neste novo período. Para isso, destacaremos os elementos que consideramos fundamentais para a constituição e manutenção da gestão operária em Zanon: a organização da produção e o funcionamento da gestão operária; as alianças estabelecidas com setores das universidades públicas; as alianças com outros setores operários e populares; e a própria campanha pela expropriação da fábrica Zanon.<sup>107</sup>

### **2.3.1. Produção e organização da gestão operária.**

Após vários meses de conflito entre os ceramistas contra os donos da fábrica e as forças repressivas do Estado, os trabalhadores de Zanon decidiram em sua assembléia colocar a fábrica em funcionamento através de suas próprias forças. Foi uma resposta defensiva<sup>108</sup>, apesar da radicalidade de sua ação, frente à perda de seus postos de trabalho pelo fechamento da fábrica numa conjuntura de crise social e política no país, em que o conjunto da classe trabalhadora encontrava-se desempregada e realizando suas lutas fora do âmbito da produção. Como afirmamos anteriormente, eram os desempregados, organizados em torno dos *piqueteros*, quem protagonizaram a maioria das ações de 2001. No entanto, a ocupação de fábrica foi a medida mais radical tomada pela classe trabalhadora no âmbito da produção, da luta jurídica e da luta política nos anos subsequentes.

---

<sup>107</sup> Para uma visão cronológica sobre os acontecimento dos tempos da gestão operária recomendamos consultar o Anexo 2 desta dissertação.

<sup>108</sup> Sobre o caráter defensivo das ocupações de fábricas na conjuntura estudada, consultar Raslan (2007) sobre o seu estudo da fábrica ocupada Cipla/Interfibras e Flaskô do Brasil.

Em fevereiro de 2002 o conflito na Cerâmica Zanon chegou a um impasse: não era mais possível manter-se em greve apenas com a solidariedade de outras categorias de trabalhadores e da comunidade.<sup>109</sup> Era necessário tomar uma medida nova para manter os postos de trabalho. Neste sentido, foi fundamental, neste interregno entre a ocupação da fábrica e o início da gestão operária, o convencimento político da maioria dos ceramistas de que eles eram capazes de colocar a produção em marcha sem os patrões e seus gestores. Como desenlace disso, no dia 2 de março de 2002, cinco meses após ocuparem a fábrica, após uma histórica assembléia, os ceramistas decidiram iniciar a produção por conta própria.

Neste momento, dos 320 ceramistas que trabalhavam na fábrica em 2001, 260 permaneceram para trabalhar na nova gestão operária. A maioria dos que deixaram a fábrica, ou discordavam da nova forma de produção e luta política, ou arranjaram um novo emprego em outro estabelecimento – estes últimos eram a minoria. Uma significativa parte dos que foram embora era constituída de antigos engenheiros, técnicos qualificados, supervisores, gerentes e diretores da fábrica.<sup>110</sup>

Era evidente que as dificuldades no âmbito da produção e da comercialização logo se expressariam. Habitados com uma divisão do trabalho imposta pelo capital nos tempos do patrão, os ceramistas necessitavam de novos conhecimentos e de um profundo processo de superação da antiga forma de estranhamento. A forma que superaram estas dificuldades expressou uma grande diferença de Zanon com as demais fábricas ocupadas na Argentina, pois a recuperação do classismo, expressa também nas alianças estabelecidas nas lutas do passado, permitiu aos ceramistas receber inúmeras ajudas da população local, de outros setores de trabalhadores, dos povos originários e das universidades.

No dia 12 de março de 2002 os Mapuches, que apoiavam a ação dos ceramistas, ofereceram os seus canteiros de argila para a produção. Sabiam que ali surgia uma nova

---

<sup>109</sup> Mesmo a justiça tendo condenado Luis Zanon em 31 de outubro de 2001 por *lockout patronal ofensivo* e decretado o embargo e seqüestro de 40% do *stock* da fábrica para o pagamento dos salários atrasados, isso não se efetivou de imediato, pois os advogados de Zanon recorreram desta sentença nas diversas instâncias jurídicas até chegar à Corte Suprema, onde obteve a sua última derrota. O patronato ganhava, com isso, tempo, esperando desgastar o movimento ceramista. A sentença definitiva, favorável aos trabalhadores, saiu em 7 de maio de 2002. Foi um triunfo para a nova gestão operária, mas não o suficiente para o pagamento dos salários atrasados.

<sup>110</sup> Apenas dois dos antigos supervisores permaneceram na fábrica, apoiando a nova gestão operária. Um deles era Carlos Saavedra, conhecido como “Manotas”, que assumiu papel central na Coordenação Geral da fábrica e militante também do PTS.

relação social, baseada na solidariedade, muito diferente do regime exploratório que as suas terras eram submetidas pelas fábricas de cerâmicas da região.<sup>111</sup> Isso permitiu romper o cerco de boicote dos fornecedores de insumo organizado pelos antigos patrões e credores de Zanon contra a nova gestão operária. Assim, no dia 05 de abril saiu a primeira produção de vinte mil metros quadrados de cerâmica. Dez dias depois, era produzida uma nova série de pisos, a “cerâmica operária”, desenhada pelos próprios trabalhadores. E como agradecimento aos mapuches por seu apoio e solidariedade, no mês de maio deste mesmo ano, iniciou-se a produção da série “mapuche”, desenhadas especialmente com a simbologia da cultura deste povo originário.<sup>112</sup>

Mas as dificuldades não ocorriam apenas no âmbito da produção, mas também do funcionamento interno da gestão operária. Inicialmente a fábrica era gerida pela CI e pela diretoria do Sindicato Ceramista. Não tendo mais um patrão e os gestores para supervisioná-los e reprimi-los, a CI ganhava outra função na fábrica sob gestão operária. Portanto, os ceramistas estavam diante de questões cruciais, que toda fábrica “autogestionada” enfrenta: evitar a divisão entre a esfera da produção e a esfera política e manter o espírito de luta classista dos tempos do patrão agora que a fábrica “pertencia” aos trabalhadores? Como não ceder às diversas pressões que o próprio capital impunha a esta fábrica desde a esfera da concorrência do mercado? Eram questões difíceis que uma pequena fábrica sob gestão operária não poderia responder isoladamente, mas procurar no campo da luta política a sua solução. Não queriam constituir ali simplesmente uma cooperativa de produção, mas lutar pela expropriação e estatização sem indenização dos antigos credores e patrões, mantendo-a sob controle operário.

No caso da organização interna, Zanon se diferenciava das demais fábricas ocupadas, que optaram pela forma cooperativa de produção. Apesar de terem votado numa assembléia de fevereiro de 2004 a criação da cooperativa FaSinPat (Fabrica Sin Patron),

---

<sup>111</sup> Os mapuches também sofreram com a privatização da YPF. Denunciaram em organismos internacionais a contaminação de suas águas e solos pela Repsol, transnacional espanhola que comprou a antiga empresa estatal. Para maiores informações sobre este conflito ver o filme LA DIGNIDAD de los nadies (2005). Para uma leitura sobre os mapuches, consultar Hernández (2007).

<sup>112</sup> Estas séries em homenagem aos lutadores e aos apoiadores da gestão operária, nunca deixariam de ser produzidas. Nos tempos da gestão operária foram homenageadas também as Mães da Praça de Maio; os diversos artistas que se apresentaram em festivais e exposições organizadas dentro de Zanon; os lutadores reprimidos ou mortos durante estes anos, como é o caso do professor Carlos Fuentealba; os encontros de lutadores, os estudantes das universidades que apoiaram a fábrica; os próprios ceramistas de Zanon e sua gestão operária; dentre muitos outros temas.

afirmaram nesta mesma instância democrática que esta medida era transitória e tinha como objetivo ter um respaldo legal, já que sua principal luta continuava sendo a da estatização de Zanon sob controle operário.

No entanto, o controle operário da produção apresentava várias dificuldades internas no seu início. Os turnos de trabalho nem sempre eram respeitados pelos ceramistas e havia recorrentes atrasos, brigas e outros problemas. A solução encontrada foi elaborar ainda em 2002 as *Normas de convivência de Zanon sob controle operário*, um estatuto interno que regia a produção fabril e definia a opção política dos trabalhadores, estabelecendo assim os direitos e os deveres de cada membro da gestão operária. Segundo este documento, a assembléia permanecia sendo o órgão máximo de decisão dos ceramistas. Cada setor da fábrica tinha direito a eleger um representante por turno, que ficava encarregado de coordenar o mesmo e compor a *Coordenação Geral* da fábrica, responsável por cuidar dos problemas imediatos. Esta coordenação era composta pelo *Coordenador Geral*, os coordenadores por sessão e três membros da direção do Sindicato Ceramista. Além disso, seguindo a tradição da democracia operária, os coordenadores cumpriam um mandato que poderia ser revogável a qualquer momento pelas assembléias setoriais ou gerais. Seguiu-se, desta forma, o princípio da rotatividade nas funções e na gestão da fábrica, pois acreditavam que poderiam impedir o surgimento de uma “casta” de trabalhadores gestores, com privilégios materiais e políticos. Por fim, todas as resoluções da Coordenação Geral poderiam ser revogadas ou mudadas no órgão soberano de decisão da fábrica, a assembléia. Neste estatuto os ceramistas também rechaçaram a forma cooperativa de produção enquanto alternativa para o seu impasse jurídico, acreditando manter desta forma os seus objetivos de lutar pela expropriação e estatização da fábrica sob controle operário.

É símbolo da gestão operária em Zanon a consigna “uma cabeça, um voto”. Diversas decisões políticas e econômicas os ceramistas tomaram desta forma através de suas assembléias. Mantinha-se assim, o espírito do classismo resgatado pela CI no tempo do patrão. No entanto, isso não impedia que uma camada de trabalhadores da fábrica ficasse alheia as questões políticas e se restringissem apenas ao seu trabalho. Não podemos idealizar a gestão operária dentro de uma única fábrica como se esta fosse um processo de emancipação dos trabalhadores ou de superação de seu estranhamento. A ocupação da fábrica e sua gestão operária é apenas o início de uma nova fase de lutas políticas, internas

e externas à produção. Conscientes disso, as *Normas de Convivência* estabeleceram também que a cada mês a produção seria paralisada por um dia para realizar a “jornada de discussão”, espaço em que todo trabalhador da fábrica era obrigado a participar, como parte da sua jornada de trabalho de oito horas, para discutir todas as questões pertinentes da produção e da política. Assim, a fábrica se convertia de simples produtora de cerâmicas para uma fábrica militante.

### **2.3.2. A aliança com os estudantes e as universidades.**

A política de alianças com outros operários, sindicatos, camadas populares e apoiadores também se estabelecia no âmbito da produção e da luta política e sindical. No caso da gestão operária foram fundamentais os diversos acordos com as universidades públicas. A relação com os estudantes da Universidade Nacional de Comahue era antiga e ocorreu em torno de várias lutas reivindicativas dos ceramistas e da comunidade acadêmica. No entanto, quando a gestão operária se consolidou em 2002, e todos os engenheiros, diretores e técnicos foram embora, os ceramistas recorreram ao conhecimento produzido nas universidades para superarem as dificuldades técnicas da planificação da produção e comercialização dos produtos. Desta forma, estabeleceram com estudantes e docentes de universidades públicas vários acordos sobre a produção e a administração da fábrica. (NOVAES, 2010)

O primeiro acordo ocorreu em 15 de junho de 2002, com a Universidade Nacional de Comahue, localizada em Neuquén, e consistia na colaboração de parte da universidade na nova gestão operária e na defesa da educação pública. Os docentes da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Nacional de Buenos Aires ajudaram os ceramistas a apresentar no dia 16 de julho deste mesmo ano, perante o juiz comercial, que cuidava do processo de falência da fábrica, o “Projeto de Administração Operária Transitória”, a primeira proposta formal de gestão operária da produção.<sup>113</sup>

---

<sup>113</sup> Também assinaram um acordo com a Universidade Popular das Mães da Praça de Maio, localizada em Buenos Aires. Outra iniciativa de aliança com a gestão operária partiu dos estudantes e docentes de humanidades da Universidade de Comahue. Estes criaram em julho de 2008 o coletivo “Escribidor el Cuarto Fuego”, um projeto de extensão universitária, que tinha como objetivo constituir um arquivo de relatos escritos, entrevistas, documentos sonoros e visuais para reconstruir a história da luta ceramista e contribuir para enriquecer a história social, relatada e escrita pelos próprios trabalhadores. Neste mesmo mês, o

Através desta aliança com a universidade desenvolveu-se uma relação no sentido oposto à lógica do capital, que preconiza a separação entre o trabalho manual e intelectual. Mesmo que com o padrão de produção toyotista o intelecto do trabalhador tornou-se um elemento importante na produção, isso não significou um aumento do saber operário ou o seu acesso aos conhecimentos acadêmicos e as pesquisas mais avançadas, mas apenas uma nova forma de degradação e intensificação do trabalho através de um trabalhador polivalente. Já a aliança entre a gestão operária e as universidades, baseada na cooperação e na solidariedade no âmbito do conhecimento, permitiu ao operário o desenvolvimento de sua criatividade na produção e na administração da fábrica.<sup>114</sup>

### **2.3.3. A aliança operário e popular.**

Ainda num cenário de crise política e social nacional (2000-2002), o Sindicato Ceramista e a nova gestão operária de Zanon tiveram inúmeras iniciativas para se vincularem a importantes fenômenos de luta operária e popular do país. Seguindo o princípio da unidade das fileiras operárias resgatado no programa da CI, os ceramistas impulsionaram com outras categorias de trabalhadores, sindicatos e movimentos sociais a Coordenação do Alto Valle.<sup>115</sup> O primeiro encontro desta Coordenadora aconteceu em 10 de agosto de 2002 e tinha como objetivo unificar as diversas reivindicações operárias e populares em torno de ações comuns. Esta Coordenadora - que não se manteve funcionando quando as lutas sociais na Argentina se esfriaram - foi importantíssima para estreitar os

---

Conselho Universitário desta universidade expediu uma moção apoiando o projeto de lei de expropriação da fábrica apresentado pelos ceramistas na Legislatura de Neuquén.

<sup>114</sup> Esta criatividade e sua superioridade em relação a lógica do capital pôde ser evidenciada em vários exemplos de controle operário da produção durante o século XX. Por exemplo, no Chile da época de Salvador Allende, os Cordões Industriais, uma espécie de conselho operário, foram responsáveis pela organização da produção e distribuição dos produtos. No norte do país, no controle operário sobre a indústria do cobre, os operários aperfeiçoaram a produção e esta nova técnica permaneceu nos anos posteriores, incorporada pela gestão do capital. É este saber operário, esta criatividade de quem lida diretamente com os problemas da produção, que o capital busca incorporar à produção com o toyotismo. O que não entendem é que há uma grande diferença entre a criatividade operária num processo de luta pela sua emancipação do trabalho abstrato e a “criatividade” operária obtida no processo de produção capitalista e estranhada, em que conta não somente a degradação física e intelectual deste trabalho, mas também a recusa do trabalhador em transmitir o seu conhecimento para algo que irá aumentar a sua exploração.

<sup>115</sup> Compuseram a Coordenadora: o Sindicato Ceramista; o Movimento de Trabalhadores Desempregados (MTD); a Associação de Trabalhadores da Educação de Neuquén – Centenário (ATEN); o Sindicato da Televisão; a Associação dos Docentes da Universidade de Comahue; várias oposições anti-burocráticas; organizações estudantis como a En Clave Roja, vinculada ao PTS; e partidos de esquerda.

laços dos ceramistas com os diversos setores sociais representado por ela, popularizando a campanha pela expropriação e estatização da fábrica.<sup>116</sup>

Também se tentou unificar o movimento de fábricas ocupadas em território nacional. Por exemplo, no ano de 2002, realizaram em Brukman<sup>117</sup>, fábrica têxtil ocupada em 2002 por dezenas de mulheres, dois importantes Encontros Nacionais de Fábricas Ocupadas. No ano seguinte, voltaram a organizar um terceiro encontro, agora nas instalações do Supermercado Tigre de Rosário.<sup>118</sup>

No âmbito local, a campanha pela expropriação da fábrica era acompanhada pela participação e apoio dos ceramistas em todos os atos impulsionados por outras categorias e movimentos sociais. Para citar apenas uma importante luta na província de Neuquén, ocorrida no mês de abril de 2007, os ceramistas participaram com o seu apoio da greve dos professores das escolas públicas impulsionada pela ATEN. A paralisação contou com fortes mobilizações de rua, que foram duramente reprimidas pelas forças de repressão a mando do governador Jorge Sobisch. Num dos atos, o professor Carlos Fuentealba foi assassinado por um policial, quando este disparou uma bala de borracha em direção ao seu rosto. Fuentealba tornou-se o símbolo da campanha popular em Neuquén contra o governador, conseguindo a condenação à prisão perpétua do assassino em 8 de junho de 2008. Mas o governador e seus subordinados do alto escalão nunca foram julgados e os ceramistas e os sindicatos da região continuaram levantando esta bandeira.

Por fim, a popularização da campanha pela expropriação da fábrica Zanon se estendeu as camadas mais populares através das diversas doações que a gestão operária fez de cerâmicas para hospitais, escolas, órgãos públicos, casas populares, moradores de bairros pobres, dentre muitos outros. Tentavam com isso mostrar que era possível, com

---

<sup>116</sup> É necessário destacar a aliança estabelecida com o MTD, principal movimento de *piqueteros* da região. Foram os membros deste movimento os que assumiram os dez primeiros postos de trabalho abertos pela gestão operária, em 7 de agosto de 2002. Era um sinal político claro que os ceramistas queriam dar a sociedade, de que uma gestão operária, mesmo num cenário de profunda crise econômica vivido pela Argentina, ao planificar a sua produção, podia criar novos postos de trabalho.

<sup>117</sup> Esta fábrica, durante curto período, influenciada por militantes do PTS de dentro e de fora da fábrica, reivindicaram a expropriação e estatização sem indenização sob controle operário. No entanto, esta proposta política foi derrota e substituída pela estratégia cooperativista. Brukman foi, em Buenos Aires, um símbolo das fábricas recuperadas, tendo destaque devido a forte repressão que receberam das forças policiais quando despejaram as trabalhadoras do interior de suas instalações. Contando com o apoio de milhares de ativistas de esquerda e organizações políticas, a fábrica foi retomada depois de um forte enfrentamento com a polícia. Esta ação pode ser vista no filme *The Take* (2005).

<sup>118</sup> Supermercado ocupado e gerido por seus trabalhadores. Para saber mais sobre este processo consultar BAYER (2004).

uma fábrica estatizada e sob controle dos trabalhadores, colocar a sua produção a serviço de atender as principais necessidades da população neuquina. Este é um fator importante da campanha pela estatização da fábrica, ganhando muitos apoiadores na região. As denúncias que fizeram durante os conflitos com o patrão de que este havia adquirido empréstimos milionários dos cofres públicos e nunca pago, era um dos principais argumentos dos ceramistas para defender a estatização sem indenização aos seus donos e antigos credores. Vejamos agora no próximo item como se processou esta campanha.

#### **2.3.4. A campanha pela expropriação de Zanon.**

A luta pela expropriação da fábrica Zanon esteve marcada por várias táticas e estágios. Na concepção dos ceramistas, a campanha pela expropriação definitiva de Zanon estava ligada à dinâmica da luta de classes e, portanto, era fundamental a participação dos ceramistas nas lutas políticas e econômicas mais importantes que aconteciam no país das quais tinham acordo político. Desta forma, a gestão operária em Zanon não se restringiu apenas a manutenção dos empregos e a que a produção tivesse êxito, mas a uma luta permanente contra o governo e os capitalistas. Lembremos que a vanguarda ceramista da antiga CI estava dirigindo o Sindicato e, portanto, tinha responsabilidades com as demais fábricas de cerâmica da região, que também produziram conflitos importantes<sup>119</sup>.

Um dos aspectos mais importantes da campanha foi a combinação da luta política com a luta no terreno jurídico. Este espinhoso terreno, que na grande maioria dos casos concede sentenças favoráveis ao capital, numa conjuntura de crise social como a que passava a Argentina, só pode emitir sentenças favoráveis aos trabalhadores quando está pressionado pelas lutas sociais que ocorrerem do lado de fora de suas dependências formais. Foi desta maneira, aproveitando-se das brechas e contradições das leis existentes na Argentina, que os advogados do Sindicato, dirigidos por Mariano Pedrero<sup>120</sup>, conseguiu arrancar importantes vitórias para a gestão operária em Zanon.

---

<sup>119</sup> Das outras três fábricas representadas pelo Sindicato Ceramista, uma tornou-se cooperativa de produção e outra se encontra ocupada e em pleno conflito contra os patrões enquanto escrevemos esta dissertação.

<sup>120</sup> Mariano Pedrero era advogado dos ceramistas desde os tempos da Comissão Interna. Além de advogado é militante do PTS.

Diferente da grande maioria das fábricas ocupadas na Argentina, os operários de Zanon não esperaram uma sentença da justiça para poder entrar nas dependências da fábrica e colocá-la sob sua administração. Pelo contrário, ao ocuparem a fábrica no início de 2002, chocaram-se com o direito sagrado da propriedade privada antes da justiça decretar a falência da fábrica, requisito prévio para que a justiça permitisse a criação e funcionamento de uma cooperativa na fábrica. A resposta a essa pretensiosa audácia deu-se através de cinco ordens de despejo pelas forças repressivas do Estado entre os anos de 2001 e 2003.

A primeira ordem de despejo foi solicitada na ocupação realizada em outubro de 2001. A segunda, foi emitida em fevereiro de 2002 e decretava que um síndico assumisse o controle da fábrica. A terceira, em agosto, tinha o mesmo conteúdo que a anterior. Já a quarta, contou com a ajuda dos antigos burocratas sindicais que perderam o controle do Sindicato nas eleições de 2000<sup>121</sup>. E, por fim, a quinta tentativa ocorreu em abril de 2003. Todas elas foram rechaçadas por uma forte resistência, com o apoio de milhares de outros trabalhadores, estudantes e apoiadores, em frente a Cerâmica Zanon.

O documentário de Incalcaterra (2003) registra a resistência da quarta tentativa de despejo. Nesta sentença, o juiz envia a Neuquén os síndicos do processo de falência da fábrica para realizarem o inventário e tomar posse da planta com o auxílio da força pública. Relata Pedrero (2005) que os síndicos não tinham nenhum plano de retomada da produção, o que evidenciava uma clara estratégia para acabar com a gestão operária e, posteriormente, demitir os trabalhadores.<sup>122</sup> Juridicamente, os advogados da gestão operária negavam os síndicos, argumentando que a sentença anterior decretava o *lockout* patronal ofensivo e a prática ilícita de Zanon estava pautada na defesa dos postos de trabalho. Este será, na verdade, o principal argumento utilizado pelos advogados.

Seguindo esse argumento, desde o início a gestão operária apresentou à justiça várias propostas de administração da fábrica, na tentativa de obter uma aprovação legal

---

<sup>121</sup> A antiga burocracia sindical agora se convertia em agentes de repressão privados de Luis Zanon. Paralelamente a ação legal na justiça para despejar os ceramistas da fábrica, o patronato contratava indivíduos para amedrontar os ceramistas. Estes grupos percorriam os arredores da fábrica, lesionando alguns operários. Durante a noite percorriam a região disparando armas de fogo. Estas ações foram denunciadas por vários órgãos de direitos humanos argentinos e internacionais, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (PEDRERO, 2005).

<sup>122</sup> Luis Zanon, em sua entrevista a Naomi Klein, manifestou o desejo de retomar a produção da fábrica. Mas enfatizou que isso não seria possível com os atuais operários, “contaminados” pelo classismo e a gestão operária (MAGNANI, 2003).

para ela. Em 2002, com ajuda de economistas da UBA, apresentaram à justiça a proposta de uma Comissão de Administração Operária Transitória, em contraposição a proposta de falência da fábrica. Não obtendo nenhuma resposta, optam em 2003 por criar uma cooperativa de produção, FaSinPat, obtendo assim uma forma jurídica e legal para seguir produzindo e manter os postos de trabalho até que obtivessem a expropriação definitiva da fábrica.

Mesmo assim, a ameaça de despejo não cessou. Em fevereiro de 2005, o juiz tutelar da justiça comercial, Rafael Barreiro, decidiu pela abertura do procedimento de *cram-down*<sup>123</sup>. Com ele se abria novamente a possibilidade de que uma junta ou a família Zanon voltasse a apresentar um plano de reestruturação da dívida e, com isso, reassumir o controle da fábrica. Em maio deste ano se inscreveu para este procedimento, fora do prazo, uma única empresa, a Ocabamba S.A., que realizou uma proposta de pagamento da dívida e compra da fábrica.<sup>124</sup> Mas o procedimento não pode avançar, já que foi considerado ilegal pela Câmara de Apelações Comerciais da Capital Federal em 10 de junho de 2005. Esta mesma sentença ordenou o juiz Barrero a decretar falência da fábrica, que seria concretizada em 3 de agosto do mesmo ano.

Com a falência da fábrica decretada, abriam-se duas possibilidades para a justiça: 1) decretar o remate da planta, o que implica o desmonte da fábrica e a conseqüente perda dos postos de trabalho; 2) reconhecer a gestão operária através da cooperativa FaSinPat (PEDRERO, 2005). No dia 11 de agosto, os advogados dos ceramistas solicitaram ao juizado o pedido de continuidade da exploração da planta nas mãos da FaSinPat com um prazo de dois anos e com a condição de manter a autonomia plena de decisão baseada nas assembléias. Em outubro de 2005 sai a sentença favorável, autorizando a cooperativa a administrar a fábrica por um ano. No ano seguinte, o juiz prorroga o prazo por mais três anos – este será reduzido um ano devido a um pedido de uma empresa credora.

A autorização conseguida na justiça, apesar da proeza dos advogados dos ceramistas, é resultado da luta política impulsionada através da forte campanha que realizaram na região e, centralmente, pelos êxitos econômicos e sociais evidentes da gestão operária – a contratação de novos empregados e a doação de cerâmicas para a população

---

<sup>123</sup> *Cram-down* é uma medida jurídica que impõe aos credores um plano de recuperação judicial da fábrica.

<sup>124</sup> A empresa Ocabamba S.A. era de propriedade da esposa e do filho de Luis Zanon.

pobre e estabelecimentos públicos. Conseguiram, durante estes anos de gestão operária direta “ilegal” um amplo apoio popular – evidenciados nas manifestações e na solidariedade obtidas da região e de outros lugares do país e do mundo, nos meios de comunicação, etc. Mas compreendiam os ceramistas e seu Sindicato que a solução da fábrica era política e que esta passava pela reivindicação por parte do Estado que tomasse parte do processo, estatizando a fábrica e concedendo-a à administração autônoma dos operários.

Assim começa a forte campanha pela estatização da fábrica, que contou com fortes mobilizações durante todos estes anos. A bandeira da expropriação sob controle operário em Zanon será levantada em todas as manifestações operárias e populares da província. Será um grito de guerra contra o neoliberalismo e o governador Jorge Sobisch. Ainda em 2002, no mês de outubro, os operários apresentaram pela primeira vez à Legislatura de Neuquén o seu Projeto de Lei de expropriação e estatização da Cerâmica Zanon. No dia 22 de Junho de 2003, entregam a este parlamento 50 mil assinaturas de apoio ao projeto de lei dos ceramistas coletados entre a população neuquina. Recorrem também ao Congresso Nacional, apresentando projeto de lei semelhante, com o apoio de 25 deputados nacionais. Em maio de 2006, voltam a apresentar o projeto de lei na Legislatura de Neuquén, agora com mais 50 mil assinaturas em apoio.<sup>125</sup>

A campanha também contou com a organização de Festivais de música e apresentação e exposições de vários artistas do país dentro da fábrica.<sup>126</sup> Muitas vezes o pátio de Zanon foi tomado por milhares de jovens da região para ouvir um festival de música ou uma banda de rock, estilo musical muito difundido entre os jovens argentinos. Esta tática, não apenas expandia o apoio à campanha pela expropriação, mas tinha como objetivo influenciar as novas gerações de trabalhadores com os princípios do classismo e da gestão operária.<sup>127</sup>

Por fim, foi a combinação de todos estes fatores que relatamos acima, mais as mudanças ocorridas na conjuntura nacional e internacional, produzidas pelos novos tempos

---

<sup>125</sup> Veja na íntegra este projeto de lei no Anexo 1 de nossa dissertação.

<sup>126</sup> Dentre os artistas e bandas que apoiaram a causa dos ceramistas de Zanon estavam: Leon Gieco, Victor Heredia, Fontana, Los Manos de Filipi, Ataque 77, La Bersuit, Teresa Parodi, Raly Barrionuevo, Cesar Cabezas, dentre muitos outros artistas.

<sup>127</sup> Os ceramistas se orgulhavam, durante os Festivais, pelo fato deles não terem nenhum policial para fazer a segurança do evento, que eram feitos pelos próprios operários da fábrica. Mesmo assim, nenhum incidente ocorreu em todos esses anos de atividades culturais dentro da fábrica.

de crise capitalista e demissões, que a fábrica de Cerâmica Zanon foi definitivamente expropriada pela Legislatura de Neuquén no dia 12 de agosto de 2009. O projeto de lei aprovado não foi o mesmo apresentado pelos ceramistas, mas um escrito pelo novo governador de Neuquén, Felipe Sapag<sup>128</sup>. Neste projeto, a fábrica seria expropriada, porém, com o pagamento das antigas dívidas dos credores na ordem de 23 milhões de dólares – questão que os ceramistas eram contrários. Não seria estatizada, mas seu maquinário, sua propriedade, seus bens e sua marca comercial passariam para a cooperativa FaSinPat. E a cooperativa desembolsaria o Estado vendendo os seus produtos ao custo de produção.

Apesar de não terem conseguido atingir a estatização da fábrica, a sua expropriação foi um passo importantíssimo dado pelos ceramistas diante a correlação de forças com o capital. Apesar de todo apoio que obtiveram nestes últimos anos, a expropriação da fábrica e sua estatização sob gestão operária era uma medida demasiadamente ousada para que o capital a aceitasse. Como afirmou Trotsky (1968) numa reflexão sobre o controle operário na Alemanha dos anos 1930, os trabalhadores podem ter o controle, mas a propriedade e o direito de mando se conservam nas mãos dos capitalistas – mesmo no caso de Zanon, as decisões sobre a produção é limitada pelos ditames do mercado. Portanto, a gestão operária adquire um caráter contraditório, caracterizando-se, ao seu modo, como um interregno econômico.

A maioria dos autores que estudaram as fábricas ocupadas concentrou as suas discussões na polêmica entre cooperativas e estatização das fábricas. Esta foi uma discussão importante ocorrida no calor do fenômeno das fábricas ocupadas da primeira década do século XXI, mas que acreditamos ser secundária frente aos novos processos de luta operária germinados neste período de crise capitalista internacional aberta desde setembro de 2008 com a quebra do Lehman Brothers nos EUA.

Para nós, independente do resultado final da gestão operária em Zanon – seja a manutenção da cooperativa ou a conquista definitiva da estatização -, o mais rico e particular de todo o seu processo foi o surgimento no interior desta fábrica, desde os anos 1990, de uma tradição de luta pautada no classismo, ou seja, na atuação dos trabalhadores no cenário político enquanto classe operária, com seu programa e seus métodos históricos.

---

<sup>128</sup> Felipe Sapag assume o executivo da província de Neuquén em 2008 e logo em sua posse declara apoiar a expropriação de Zanon. Ele pertencia ao mesmo partido de seu antecessor Jorge Sobisch, o MPN, no entanto, representando uma outra ala, mais populista e desenvolvimentista.

É nisto que se baseia o controle operário – que não entendemos apenas no âmbito da produção, mas na formação de um poder operário, que passa, inevitavelmente, pelo controle da produção. É aqui também que se encontra a principal diferença da luta em Zanon e sua gestão operária das demais experiências de autogestão de fábricas ocorridos na Argentina.

### 3. O COMBATE AO CETICISMO HISTÓRICO

Neste terceiro e último capítulo, queremos fazer um debate no âmbito teórico à luz da experiência em Zanon e dos novos fenômenos da luta de classes que estão acontecendo na Argentina. Sobre estes últimos queremos apenas pontuar e afirmar que no momento em que Zanon foi expropriada, ocorria no país um processo de retomada das lutas por parte da classe trabalhadora empregada, desde o interior das fábricas através das Comissões Internas e dos Corpos de Delegados. Estas lutas não possuem relação direta com a expropriação de Zanon, mas são parte de um processo de recomposição estrutural da classe trabalhadora ocorrido no período de crescimento econômico internacional entre 2003 e 2007, que também atingiu a Argentina.<sup>129</sup> Duas lutas exemplificam este processo que estamos nos referindo: a luta do corpo de delegados do Metrô de Buenos Aires, que se enfrentou com a burocracia sindical e impôs a criação de um novo sindicato pautado no classismo; e a luta dos trabalhadores da transnacional Kraft-Foods, que impulsionaram uma importante luta em 2009 na Argentina – obrigando até mesmo a embaixada norte-americana a interceder exigindo do governo federal uma solução, contra os trabalhadores.<sup>130</sup> O que se discute sobre este recente fenômeno é que se evidenciam sinais, quando o comparamos com as experiências do passado, de um novo ascenso operário no país. Neste sentido, o centro do debate argentino sobre o movimento operário deslocou-se das fábricas ocupadas para este novo “sindicalismo de base”. A luta de Zanon, portanto, como afirmamos em inúmeras passagens anteriores, teve o mérito de se adiantar a este novo fenômeno ao recuperar o classismo no final dos anos noventa. São com estes exemplos concretos da luta de classes que nos aventuramos ao debate teórico.

---

<sup>129</sup> Uma consequência direta deste crescimento econômico foi a queda na taxa de desemprego do país. Para se ter uma idéia, neste período foram criados 3,5 milhões emprego. Se em 2001 os assalariados representavam 56% da população economicamente ativa e os desempregos 22%, em 2004 os assalariados eram 69% e os desempregados 12%. A queda do número de desempregados foi um dos motivos do refluxo do movimento *piquetero*, combinado aos impactos que tiveram as políticas assistencialistas dos Kirchners aos desempregados. Desta forma, a grande maioria do movimento *piquetero* passou a apoiar este governo.

<sup>130</sup> Para um melhor entendimento sobre o processo do Metrô de Buenos Aires, ver o trabalho organizado por Castillo (2007). Já sobre o conflito em Kraft-Foods, consultar Lotito e Ros (2010).

### 3.1. Crise do movimento operário e ofensiva do capital.

A crise objetiva e subjetiva pela qual passou – e ainda passa – o movimento operário foi resultado de uma série de fatores que convergiram em sua derrota na luta contra o capital no final do século passado. Uma das razões desta crise resultou dos impactos que teve na subjetividade<sup>131</sup> dos trabalhadores o colapso da União Soviética que, independente das contradições internas e das degenerações pelas quais passou após anos de burocratismo stalinista, originou-se de uma revolução proletária vitoriosa, sendo, por muitos anos, uma referência de experiência concreta da qual se poderia buscar em outros países. O fato é que a queda deste *Estado operário degenerado*<sup>132</sup> – assim como o lento processo de restauração capitalista iniciado na China e acentuado nos anos noventa - abriu uma nova etapa para os ataques orquestrados pelo capital contra o trabalho no período de sua crise estrutural. Não apenas surgiram novos mercados para a valorização e acumulação do capital, com uma ampla e barata força de trabalho, reconfigurando, desta forma, uma nova divisão internacional do trabalho, mas também um amplo terreno para a ideologia burguesa atuar com seu discurso triunfalista.<sup>133</sup>

A partir dos anos setenta, como resposta à sua crise, o capital iniciou um processo de reorganização da produção e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, seguido por um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho “com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores”

---

<sup>131</sup> A questão da subjetividade está relacionada com a questão da consciência histórica. Para Mészáros (2002), o desenvolvimento desta consciência está centrado em torno de três grupos fundamentais de problemas: “1) a determinação da *ação* histórica; 2) a percepção da mudança não como simples lapso de tempo, mas como um movimento de caráter intrinsecamente *cumulativo*, implicando alguma espécie de avanço e desenvolvimento; 3) a oposição implícita ou consciente entra a universalidade e a particularidade, visando obter uma *síntese* de ambas, de modo a explicar historicamente eventos relevantes em termos de seu significado mais amplo que, necessariamente, transcende sua especificidade histórica imediata” (Idem, p. 59)

<sup>132</sup> Utilizamos aqui a caracterização de Trotsky para a União Soviética após a sua stalinização.

<sup>133</sup> O fim da União Soviética abriu um amplo espaço no terreno filosófico e ideológico para as teorias burguesas pautadas no fim da história. Fukuyama, seguindo a caracterização de Mészáros (2007) sobre o ceticismo e o pessimismo histórico, foi apenas a expressão moderna e simplória do pensamento burguês instaurado, centralmente, após esta classe passar do terreno da revolução para o da conservação. O marco desta passagem está nas revoluções de 1848, justamente quando a classe operária despontou pela primeira vez enquanto ameaça ao seu domínio.

(ANTUNES, 1999, p. 31). Internacionalmente, o capital foi introduzindo o modelo de produção toyotista<sup>134</sup>.

Segundo o mesmo autor, o neoliberalismo inaugurado por Margareth Thatcher alterou profundamente a sociedade inglesa, com modificações no seu parque produtivo – redução das empresas estatais, retração do setor industrial e expansão do setor de serviços – colocando-a numa nova localização nesta nova divisão internacional do trabalho iniciada com a crise dos anos 1970. Estas modificações produziram “enormes repercussões na *forma de ser* da classe trabalhadora, de seu movimento sindical, de seus partidos, de seus movimentos sociais, de seus ideários e valores” (ANTUNES, 1999, p. 61).

Na Argentina, estes processos iniciaram-se com o golpe militar de 1976 e se desenvolveram com maior plenitude nos anos noventa durante os governos de Carlos Menem e sua política de implementação do neoliberalismo. O aspecto mais perverso deste processo se expressou nas altas taxas de desemprego das duas ultimas décadas do século passado, atingindo em 2001 na Argentina as cifras de vinte a vinte e cinco por cento do toda população economicamente ativa. Esta nova situação objetiva da classe trabalhadora debilitou-a profundamente enquanto agente social e político. No entanto, como tentamos demonstrar nesta dissertação, ao contrário do que afirmaram alguns autores apressados das décadas anteriores, isso não significou o fim da classe trabalhadora, senão o seu debilitamento político.

Em seus textos de análise da conjuntura econômica dos anos 1930, Trotsky (2008b) alertava para os efeitos de uma crise prolongada e do desemprego sobre a classe trabalhadora:

Sobre um conjunto de condições a crise pode dar um poderoso impulso à atividade revolucionária das massas trabalhadoras; sobre um conjunto distinto de circunstâncias pode paralisar completamente a ofensiva do proletariado e, em caso de que a crise dure demasiada e os trabalhadores sofram demasiadas perdas, poderá debilitar extremamente, não só o potencial ofensivo, senão também o defensivo da classe. (TROTSKY, 2008, p. 100)

Portanto, o que vimos na Argentina dos anos noventa foi uma classe operária debilitada estruturalmente. Além de enfraquecê-la para resistir aos ataques do capital, o

---

<sup>134</sup> “o toyotismo inaugura um novo patamar de intensificação do trabalho, combinando fortemente as formas relativas e absolutas da extração da mais-valia” (ANTUNES, 1999, 56)

desemprego teve um efeito sobre a sua consciência política ao tirar-lhe a certeza de seu rol insubstituível na produção. Mas não foi só com o desemprego que o capital atacou o trabalho, mas também com inúmeras novas configurações impostas ao mundo do trabalho com a reestruturação produtiva e o neoliberalismo. Os efeitos destes ataques sobre os trabalhadores foram imensos e tiveram seus desdobramentos no âmbito organizativo e político. Podemos afirmar que um dos efeitos políticos e ideológicos deste processo foi o surgimento de novas (velhas) correntes “utópicas” ao longo dos anos 1980/90.

O esgotamento do modelo de acumulação inaugurado nos anos setenta e levado a frente pelas políticas neoliberais, permitiu colocar em xeque o velho movimento sindical. O neoliberalismo tinha como ponto fundamental quebrar os sindicatos e sua ligação com os Estados intervencionistas. Este ataque foi orquestrado pelos governos de Margaret Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos EUA durante os anos oitenta. Entretanto, não podemos afirmar que este modelo foi transplantado literalmente para a América Latina. A relação de dependência destes países com o capital estrangeiro imperialista consolidou uma burguesia nacional débil, incapaz de se colocar de forma autônoma na direção de um projeto político nacional. Porém, contraditoriamente, ao urbanizar e industrializar estes países no percurso do século XX, o capital criou um proletariado forte e amplo que, no caso argentino, esteve presente, através de suas ações e pela intermediação de suas entidades sindicais, no cenário nacional enquanto uma força política fundamental. Portanto, a implementação do neoliberalismo na Argentina – e em muitos países latino-americanos – combinou um forte ataque aos sindicatos, enfraquecendo sua base de representação através da reestruturação produtiva, com políticas de governos baseadas na cooptação das suas camadas dirigentes. Não à toa que, no caso Argentino, o neoliberalismo surgiu durante os anos oitenta do seio do enfraquecido Partido Justicialista (peronista), através de um grupo conhecido como “renovação peronista” do qual Menen fazia parte. Foi desta forma que, durante os anos noventa, as velhas direções sindicais – centralmente a CGT e suas filiais sindicais – apoiaram a aplicação das políticas neoliberais.

O velho sindicalismo da América Latina constituiu-se através de uma relação orgânica com o Estado, beneficiando assim a cooptação e o “peleguismo”. Com esta relação se reproduziu e se manteve uma burocracia sindical que, em momentos de lutas agudas dos trabalhadores contra o capital, atuou enquanto freio das reivindicações políticas

radicais ou de qualquer desenvolvimento de independência dos trabalhadores em relação a burguesia. (MOLINA, 2005) No entanto, contraditoriamente, o próprio neoliberalismo diluiu as premissas históricas sobre as quais se conformou este velho sindicalismo na Argentina: atacou a organização de base, como as comissões internas e os delegados de fábrica, flexibilizou e fragmentou os trabalhos em inúmeras novas categorias. No caso estudado nesta dissertação, a vanguarda operária em Zanon rompeu com esta tradição sindical, recuperando a tradição do sindicalismo classista.

No âmbito ideológico, o debilitamento estrutural e subjetivo dos trabalhadores no período neoliberal fez surgir um debate teórico-político sobre o fim da classe operária. Alguns autores que defenderam esta perspectiva argumentaram que a desestruturação imposta pelo capital colocaria em evidencia a conformação de *novos sujeitos sociais* como os “movimentos sociais”, a “multidão” – expressa no movimento de juventude anti-capitalista do início do século XXI -, o “novo movimento popular radical” - como os *piqueteros* e os camponeses bolivianos. Como reflexo dessa premissa, estaríamos então assistindo ao desaparecimento dos métodos de luta centrados no lugar da produção como a greve, a ocupação de fábricas, a organização sindical, etc – já que a classe trabalhadora estaria superada ou, no mínimo, perdendo sua centralidade no processo de transformação social.

John Holloway, por exemplo, é um dos representantes deste debate teórico-político, muito influente no meio acadêmico e na esquerda argentina na época das jornadas de dezembro de 2001. Para ele, o *argentino* confirmou sua tese de que desde as revoltas francesas de 1968, a luta pela tomada do poder Estatal deixou de ser o centro da luta política dos “rebeldes sociais” – se teria superado as relações sociais fordistas-keynesianas-leninistas (HOLLOWAY, 2008). O fundamental para este autor é o ataque ao trabalho abstrato, o trabalho alienado – o coração do capitalismo, na sua visão – ou seja, o *fetichismo*. O capital rouba o “poder fazer”, o “poder criativo” da população impondo-nos enquanto único modo de acesso “à sociabilidade do fazer é indo ao capital e vender nossa força de trabalho, ou aceitando de alguma forma as regras impostas pelo capital no interior de sua autoexpansão” (Idem, 2002). Nisso conclui que,

o poder tem dois sentidos opostos. Por um lado está nosso poder, poder-fazer, o poder criativo, que é um movimento de unir, de integrar meu fazer no movimento social do fazer. Por outro está o poder capitalista,

poder-sobre, poder instrumental, que é um movimento de separar, de dividir o feito e o fazer, de separar o meu fazer do movimento social. Os dois movimentos são totalmente diferentes. A luta é fundamentalmente assimétrica. (HOLLOWAY, 2002)

Como as formas de relações sociais construídas antes de 1968 baseadas no antagonismo entre capital e trabalho teriam sido superadas, e com elas as formas de sindicatos, corporativismo, partidos, estado de bem-estar, etc.; e como a nova contradição estaria no antagonismo entre o “fazer” e o “trabalho abstrato”, o fetichismo, isto implicaria para Holloway repensar de forma radical o que significa o anti-capitalismo e a revolução. Segundo ele, “todas as práticas estabelecidas, todas as idéias vinculadas com o trabalho abstrato se questionam: o trabalho, a sexualidade, a natureza, o Estado, o tempo, o espaço, todos se tornaram campos de batalha”. (HOLLOWAY, 2008, p. 48). Portanto, a luta central do que este autor chamou de *fazer* é contra o trabalho abstrato. O *fazer* seria a negação do trabalho abstrato por si só. A revolução não se trataria de tomar o poder senão de ganhar acesso direto à sociabilidade do *fazer*.

Sua concepção de revolução ou, como ele reivindica, de rebeldia social – já que revolução seria um projeto de tomada do poder – é utópica e voluntarista. Bastaria preenchermos de positividade no *fazer* através de espaços autônomos ou das cooperativas, numa luta incessante contra a ameaça do trabalho abstrato, criando-se o *poder do fazer*, que construiríamos um novo mundo no aqui e agora.

Que significa isso? Só pode significar uma multiplicidade de lutas que parte do particular, da criação de espaços ou momentos nos quais tratamos de viver agora a sociedade que queremos criar. Isto significa a criação de fendas no sistema de mando capitalista, de momentos ou espaços nos quais dizemos: ‘não, aqui neste espaço, neste momento, não vamos a fazer o que o capital nos exige, vamos a fazer o que nós consideramos necessário ou desejável. (HOLLOWAY, 2008, p. 50)

Na concepção deste autor, poderíamos considerar a gestão operária de Zanon enquanto um espaço autônomo do *fazer*? Seria um equívoco enorme considerar isso, pressupor que o capital não impõe suas determinações dentro da fábrica autogestionada ou cooperativada. Pelo contrário, por entender que o capital é um movimento que se expressa em toda a esfera da sociedade que não podemos supor que numa pequena experiência operária como a de Zanon se estaria livre dele. Por isso que para nós o debate sobre a gestão operária em Zanon se desloca do âmbito da discussão cooperativa/estatização para o

do controle operário, pois não visualizamos nem em Zanon nem em nenhuma fábrica ocupada pelos trabalhadores neste início de século XXI uma possibilidade de rompimento com a sociedade do capital, criando-se uma zona autônoma de novas relações sociais. Muito menos entendemos que a revolução ou a emancipação da classe trabalhadora ocorrerá com a somatória de várias ocupações de fábricas e gestão operária, pois entendemos que as tarefas sociais não podem ser separadas das tarefas políticas, e que a tomada do poder é um momento fundamental para a superação do trabalho abstrato<sup>135</sup>.

Esta forma de pensar a transformação radical da sociedade sem a tomada do poder e sem um sujeito histórico definido esteve presente e hegemonizando o debate teórico e político dos anos noventa, como demonstraremos nos próximos pontos.

### **3.2. As concepções pós-modernas dos anos de ofensiva do capital**

A crise do movimento operário nos anos 1980/90 também refletiu numa crise do próprio marxismo. No entanto, a crise do marxismo não significou uma superação das teses marxianas. Neste contexto, inúmeras e diferentes teses anti-marxistas sobre o fim da história, o fim do trabalho e o fim da classe trabalhadora – ou a perda da sua centralidade enquanto sujeito político e social – emergiram e ganharam amplo auditório nos meios acadêmicos, no âmbito da esquerda e no próprio movimento operário. Foi neste infrutífero contexto que as concepções denominadas de “pós-modernas” floresceram.

Segundo Wood (1990), as teorias “pós-modernas” germinaram muito tempo antes do período aberto pela crise estrutural do capital dos anos setenta. Charles Wright Mills, em 1959, proclamava o fim da era moderna, sucedida, então, pelo período “pós-moderno”. A diferença deste autor com os “pós-modernos” do final do século passado é que sua afirmação foi escrita num contexto de otimismo com o capitalismo devido ao forte

---

<sup>135</sup> No caso, polemizamos com a afirmação de Fajn: “... o controle operário seria uma instância de aprendizagem para a classe trabalhadora em função da construção de um futuro Estado operário. Ou seja, que as ocupações de fábricas disparariam novas ocupações, até alcançar um nível insurrecional que se cristalizaria com a tomada do poder e a conformação de um novo Estado. Portanto, o controle operário não percebe como possibilidade, nem sequer temporariamente, a aceitação da lógica competitiva do sistema capitalista”. (FAJN, 2003, p. 93)

crescimento econômico do pós-guerra. A preocupação deste autor – e de muitos outros da geração dos anos sessenta – deslocava-se do âmbito econômico e da luta de classes para os dilemas da sociedade do *bem-estar social* e consumista dos países ricos. É neste contexto de aparente harmonia e equilíbrio do pós-guerra que Wrigth Mills decretou o fim da classe operária enquanto sujeito de oposição ao sistema – impressionante como seu equívoco se evidenciou num curto prazo pelos processos operários iniciados com o maio-junho de 1968 na França. Neste período, uma geração de acadêmicos estava convencida “de que o problema da sociedade ocidental fora razoavelmente resolvido; que as condições da harmonia social se encontravam mais ou menos em seus lugares; que, na verdade, a visão de progresso do Iluminismo fora mais ou menos posta em prática ou que, no mínimo, nada de muito melhor era provável, necessário, ou mesmo desejável” (WOOD, 1990, p. 8).

O “pós-modernismo”, conceito tão amplo e reivindicado por diferentes autores, implica uma rejeição categórica do conhecimento “totalizante” e de valores “universalistas” – incluindo as concepções ocidentais de “racionalidade”, as idéias gerais de igualdade (sejam elas liberais ou socialistas) e a concepção marxista de emancipação humana (WOOD, 1990). O “pós-moderno” rejeita, portanto, a historicidade. “O jargão histórico da pós-modernidade realmente significa, em versões dominantes, um adeus à luta de classes e ao projeto de emancipação comunista” (BENSAÏD, 2008, p. 34).

O discurso da pós-modernidade concilia o gosto pelo acontecimento sem história, simples *happening* sem passado nem futuro, com o gosto pela fluidez sem crise, pela continuidade sem ruptura, pelo movimento sem objetivo. Em sua retórica da resignação, a destruição do futuro atinge o grau zero da estratégia: viver o momento, sem no entanto desfrutá-lo sem entraves! Os arautos do futuro que desencanta contentam-se sem pregar um ‘comunismo do já’, concebido como ‘um movimento gradual, permanente, sempre inacabado que inclui momentos de choques e rupturas’ (Pierre Zarka). Eles propõem ‘um novo conceito de revolução’, ‘um revolucionamento sem revolução, uma evolução revolucionária, ou ainda uma ‘ultrapassagem sem demora’, em uma imediatividade fora do tempo. (BENSAÏD, 2008, p. 29)

Os teóricos da burguesia, como Fukuyama (1992), disseminaram a idéia de que fomos condenados a viver no mundo em que vivemos. O capitalismo, como afirmaram, tornara-se o fim da história, o horizonte intransponível de todos os tempos. “Não haveria mais depois, nem outro lugar. Estaríamos, a partir de então, condenados a girar num círculo

numa repetição infernal das estruturas imóveis, como no pátio de um presídio” (BENSAÏD, 2008, p. 30)

Porém, as contradições da sociedade do capital continuaram existindo e se aprofundando. A atual crise econômica do capitalismo desatada em setembro de 2008 expressou novamente esta tendência, reacendendo as perspectivas de crises sociais e políticas que podem acelerar os tempos, abrindo novas rupturas com a ordem vigente a partir de uma ação consciente do proletariado.

Outra característica das teorias vigentes nos anos noventa, seja no campo da “pós-modernidade” ou do “reformismo”, foi a dissolução da política no social, como se as duas fossem a mesma coisa. Assim, os “novos movimentos sociais” se tornaram a nova “tendência” do momento contra as teses marxianas sobre a tomada do poder pela classe trabalhadora.

Ao invés de um projeto de emancipação humana geral, os “pós-modernos” enfatizaram a “diferença”: identidades particulares, tais como sexo, raça, etnia, sexualidade, suas opressões e lutas distintas, particulares e variadas; e conhecimentos particulares, incluindo mesmo ciências específicas de alguns grupos étnicos (WOOD, 1990). A implicação política desta concepção foi a impossibilidade de uma “identidade” social comum (como uma classe). Pulverizam, assim, a luta política em inúmeros movimentos sociais que foram reflexos da resignação das derrotas do passado e da fragmentação estrutural de um antigo sujeito histórico. Daí surgiu a compartimentalização das lutas em vários movimentos: gênero, negros, estudantil, camponeses, desempregados, sem-terras, sem-tetos... (BENSAÏD, 2008).

A “pós-modernidade” também negou qualquer política libertadora baseada em algum tipo de conhecimento ou visão “totalizante”, pois afirmavam que o totalitarismo é o único resultado da revolução<sup>136</sup>. Não conceberam um sistema totalizante pois negaram a existência de estruturas e conexões estruturais. “Estruturas e causas foram substituídas por fragmentos e contingências. Não há um sistema social (como, por exemplo, o sistema capitalista), com unidade sistêmica e ‘leis dinâmicas’ próprias; há apenas muitos e diferentes tipos de poder, opressão, identidade e discurso” (WOOD, 1990, p. 14). Ao

---

<sup>136</sup> “Na verdade, a ‘esquerda de esquerda’ deve resolver entre a resignação e a recusa da chantagem liberal segundo a qual toda tentativa de mudança radical levaria necessariamente a um novo desastre totalitário” (BENSAÏD, 2009, 33).

negarem a existência de sistemas ou histórias suscetíveis à análise causal, negaram a possibilidade de encontrarmos a origem dos muitos poderes que nos oprimem.

Neste sentido, ao rejeitar a historicidade, o “pós-moderno” rejeitou a estratégia, os projetos e os programas políticos. Não seria possível, então, uma ação fortemente unificada em torno de um projeto emancipador. Restar-nos-ia, assim, apenas a resignação e a luta fragmentada.

Nos anos noventa, a atomização e a dispersão dos movimentos apresentavam-se como insuperável. Mas estas características não eram reflexos de uma mudança substancial da sociedade industrial e urbana, ou seja, da sociedade moderna - que nunca deixou de funcionar pela lógica do capital -, mas de uma crise estrutural e subjetiva que atingiu a classe trabalhadora. Este debilitamento dificultou que a classe operária se colocasse enquanto sujeito político e, portanto, se mostrasse enquanto direção das classes oprimidas e exploradas em busca de um projeto político de superação do capital.

### **3.3. As novas “utopias” políticas: economia solidária e economia social.**

Como desenvolvemos nos capítulos anteriores, a luta dos trabalhadores desempregados durante os anos noventa expressou uma forma de continuidade com alguns métodos de luta, como o bloqueio de ruas e estradas, do movimento classista dos anos sessenta e setenta na Argentina. Estas lutas em prol do trabalho foram fundamentais enquanto acúmulo de experiências para as ações protagonizadas pelos trabalhadores no esgotamento do ciclo neoliberal, centralmente as ocupações de fábricas e a sua gestão direta pelos trabalhadores.

Toda ocupação de fábrica foi uma ação radicalizada que atingiu diretamente a propriedade privada dos capitalistas. No entanto, depois de anos de ataques ao conjunto da classe trabalhadora, resultando na crise objetiva e subjetiva de seu movimento, as atuais ocupações de fábricas expressaram uma reação defensiva por parte dos trabalhadores ao fechamento das fábricas. A luta por manter os postos de trabalho através da ocupação das unidades produtivas carregou o germe de uma forma política mais radical, expressa no

controle operário, mas, este é parte de uma estratégia política e consciente da luta de classes na constituição de uma forma de poder operário. Majoritariamente, o movimento de fábricas ocupadas na Argentina seguiu uma estratégia limitada aos âmbitos do capital através do cooperativismo. Do ponto de vista político, o cooperativismo em si acabou por bloquear a luta dos trabalhadores, promovendo simplesmente a “autogestão” da produção. O objetivo central desta estratégia, em suas múltiplas formas, foi recuperar a produção, mantendo o possível dos postos de trabalho, tornando os trabalhadores donos da fábrica pela via jurídica e legal da cooperativa.

Ao voltar-se para os problemas internos da fábrica, ou seja, o problema da produção e da conquista dos bens da fábrica para a cooperativa, optou-se por uma via legal e perigosa, sem um confronto direto e radical com o capital, seu Estado e seu regime político. Criou-se um movimento que apostou as suas fichas no Parlamento e na justiça burguesa que, no caso argentino, foram obrigados a conceder expropriações num momento específico de profunda crise econômica e social do país. Mas, ao mesmo tempo, deixou para os novos cooperativados a responsabilidade de qualquer crise financeira que viesse a ter estas fábricas. Muito provavelmente, as respostas por parte do Estado e seus governantes teriam sido diferentes se estas ocupações tivessem sido em unidades produtivas de grandes monopólios transnacionais ou setores chaves da economia deste país.<sup>137</sup>

O debate em torno das fábricas ocupadas – ou fábricas recuperadas, como preferem alguns autores – nos remete as teses teóricas desenvolvidas no clima político e ideológico dos anos 1990. No caso em questão, a Economia Solidária ou a Economia Social foram as suas expressões mais significativas. Elas ganharam corpo teórico enquanto tentativa de responder ao problema do aumento vertiginoso do desemprego. Colocam-se como objetivo impulsionar políticas de inclusão social e geração de trabalho e renda. Os empreendimentos solidários (principalmente cooperativas e associações de ajuda mútua) deveriam seguir os seguintes princípios: tomada de decisões democráticas; primazia das pessoas e do trabalho sobre o capital na repartição da renda; servir seus membros e a comunidade antes de buscar

---

<sup>137</sup> O conflito na Kraft Foods da Argentina em 2009 é um exemplo disso. Rapidamente a luta dos trabalhadores desta fábrica transformou-se num debate nacional, com intervenção do governo federal e da embaixada norte-americana.

o lucro; autonomia de gestão (diferenciando-se das instituições pertencentes à esfera pública).

No caso Brasileiro, a Economia Solidária se desenvolveu no âmbito da esquerda e ganhou destaque com alguns governos petistas, como o de Tarso Genro no Rio Grande do Sul e sua proposta de Orçamento Participativo e incentivo as cooperativas agrícolas, através das edições do Fórum Social Mundial e, principalmente, com o governo Lula, que criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária, ligada ao Ministério do Trabalho, e dirigida por Paul Singer. No caso Argentino, o debate teórico da Economia Social esteve ligado ao movimento de fábricas recuperadas e teve incentivo do Estado através do Instituto Nacional de Associativismo e Economia Social, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social do governo federal. Por fim, contou também com incentivos de organismos internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Unesco, dentre outros.

No Brasil, a proposta de Economia Solidária foi impulsionada por Paul Singer e desenvolvida no interior do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).<sup>138</sup> Contou com o apoio técnico e financeiro de órgãos do Estado e de várias universidades públicas através de suas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP). Neste ponto, iremos nos centrar a criticar às concepções teórico-políticas de Paul Singer e, posteriormente, deste universo conhecido como Economia Solidária ou Economia Social.

Em seu livro *Uma utopia militante: repensando o socialismo*, como o próprio título sugere, Singer resgata algumas teorias pré-marxistas com o objetivo de re-conceituar a revolução socialista e reavaliar as suas perspectivas e possibilidades face às vicissitudes do capitalismo e do movimento operário nos anos finais do século XX. O autor partirá de uma crítica ao “socialismo” da URSS: a sua “preocupação se origina do fracasso histórico da tentativa de alcançar – ou ‘construir’ – o socialismo através da estatização dos meios de produção e da instituição do planejamento centralizado da economia” (SINGER, 1998, p. 9). Desta forma, o autor segue as tendências de sua época ao entender que toda e qualquer

---

<sup>138</sup> Vale a pena uma reflexão sobre o desenvolvimento desta teoria no Brasil em comparação com o caso argentino. O fenômeno do desemprego em massa dos anos 1980/90 não fez surgir em nosso país um movimento de desempregados com a força e a espontaneidade que tiveram os *piqueteros* na Argentina. Diferente do país vizinho, o PT e a CUT, criados em meio ao maior ascenso operário do Brasil, cumpriram nos anos 1990, em meio ao neoliberalismo e afetados pela ideologia do capital, o papel de pacificar o descontentamento das massas, canalizando-a para ações reformistas e assistencialistas.

tomada do poder por uma ação revolucionária como aconteceu na Revolução Russa de outubro de 1917 desencadearia numa forma totalitária de poder, como foi a burocracia stalinista na URSS. Crítica, a partir disso, Marx e Engels, supostamente por apresentarem um projeto de tomada do poder estatal, concepção esta que, segundo Singer, desencadeou toda uma fórmula de fazer a revolução política no século XX, em que o político (a tomada do poder) é colocado à frente do social.

Com esta visão sobre as teses marxistas, Singer se soma à toda uma tradição revisionista, que desde o século XIX defende a tese da constituição de uma sociedade socialista pelas vias da democracia burguesa. Para ele, “a essência do socialismo, enquanto modo de produção, é a organização democrática da produção e consumo, em que produtores e consumidores livremente associados repartem de maneira igualitária os ônus e os ganhos do trabalho e da inversão, os deveres e direitos enquanto membros de cooperativas de produção e/ou consumo...” (SINGER, 1998, p. 9).

Ao separar a revolução política da revolução social, conclui que o socialismo, enquanto modo de produção, teria de ser desenvolvido ainda sob a hegemonia do capitalismo, ou seja, como um modo de produção subordinado, integrando a formação social capitalista. Mas, afirma o autor, “como estamos longe de ter no mundo formações sociais em que o modo socialista seja hegemônico, a implantação de cooperativas e outras instituições de cunho socialista é um processo que poderá ou não desembocar numa revolução social socialista. *Trata-se, portanto, de uma revolução social em potencial, cuja culminação ou ‘vitória’ é uma possibilidade futura*” (SINGER, 1998, p. 12). Acontece que a estratégia de Paul Singer e de toda uma camada de intelectuais e ativistas de esquerda que se filiaram as teses da Economia Solidária é a construção destas supostas “relações socialistas”, perdendo-se qualquer relação com a estratégia marxista da tomada do poder e da centralidade da classe trabalhadora. Com esta concepção, Singer afirma que o modo de produção socialista em formações sociais capitalistas já estaria ocorrendo há mais de duzentos anos:

... a revolução social socialista começa com a implantação de instituições anticapitalistas resultantes das lutas do movimento operário contra certas tendências imanentes do capitalismo, como a concentração de renda e da propriedade, a exclusão social (que toma a forma predominante de desemprego) e a ‘destruição criadora’ de empresas e postos de trabalho. (SINGER, 1998)

A questão é que Singer, ao eliminar a dialética entre a revolução política e social, entende a constituição do modo de produção socialista como um processo semelhante ao que instituiu o capitalismo. Entende a revolução social como “transformação sistêmica das estruturas econômicas, sociais e supra-estruturais – político, jurídica, cultural – de um país ou de vários” (SINGER, 1998). As instituições anticapitalistas seriam: a democracia burguesa, a legalização dos sindicatos, a regulamentação das cooperativas, a instituição de uma previdência pública, a conquista do sufrágio universal, dentre outras. O cooperativismo, princípio oposto ao capitalismo, seria o implante socialista mais significativo no capitalismo, segundo Paul Singer.

\* \* \*

Karl Marx, contemporâneo de Proudhon e de outros autores clássicos que vislumbraram no cooperativismo uma via de emancipação da sociedade, reconhece a importância das cooperativas, sobretudo as de produção, pelo fato de evidenciarem o caráter parasitário da classe capitalista e a capacidade dos trabalhadores tomarem as rédeas de sua história. Para Marx, as cooperativas seriam a mostra concreta de que

a produção em grande escala, e segundo as exigências da ciência moderna, pode processar-se sem que uma classe de senhores empregue uma classe de ‘braços’; que os meios de trabalho, para darem frutos, não tem necessidade de ser monopolizados para o domínio da exploração do trabalhador; e que o trabalho assalariado (...) é apenas uma forma parasitária e inferior, destinada a desaparecer perante os trabalhadores associados... (MARX, s/d)

Porém, alerta que enquanto esta experiência das cooperativas estiver limitada a um pequeno círculo reduzido de trabalhadores, enquanto concentram as suas forças apenas para salvar a produção, então esta cooperação não será nunca capaz de combater os grandes monopólios; não será capaz de libertar as massas, nem mesmo de aliviar de modo sensível o fardo de sua miséria. Pois, para Marx, não é possível uma transformação social sem a combinação da conquista do poder político.

Alguns anos depois da fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores, Marx volta a debater a questão das cooperativas com o *Programa de Gotha*. Este afirmava que “para preparar os caminhos para a solução das questões sociais, o partido operário alemão reclama o estabelecimento de cooperativas de produção com a ajuda do Estado, sob

controle democrático do povo trabalhador. As cooperativas de produção devem ser criadas na indústria e na agricultura em número suficiente para que daí resulte a organização socialista de todas as atividades” (MARX, s/d). O programa propunha que, ao invés da luta de classes e de um processo de transformação revolucionária da sociedade, a organização socialista de todas as atividades resultaria da ajuda do Estado burguês às cooperativas de produção. Marx negou categoricamente esta estratégia.

No final do século XIX, este debate volta a ressurgir no seio do movimento revolucionário alemão pelas proposições revisionistas de Bernstein. Rosa Luxemburgo foi quem se incumbiu da tarefa de respondê-lo. Para ela, as cooperativas são instituições de natureza híbrida no seio da economia capitalista: são experiências de produção socializada em miniatura, acompanhadas por uma troca capitalista (ou seja, não está livre da lei do valor). Para ela, mesmo que a empresa seja controlada pelos trabalhadores, a exploração sob a força de trabalho continua vigente e, em alguns casos, inclusive, por falta de uma tecnologia que lhe permita concorrer com monopólios capitalistas, chega a ser até maior. Portanto, na prática, as cooperativas utilizam-se dos mesmos métodos de uma empresa capitalista: intensificação do trabalho; demite ou contrata e aumenta ou diminui a jornada de trabalho conforme as necessidades do mercado. Coloca-se, portanto, uma contradição para o próprio movimento: os trabalhadores das cooperativas de produção se autogovernam (autogestionam), mas ao mesmo tempo desempenham sobre si mesmos o papel de empresários capitalistas.

Portanto, poderíamos propor, como fez Paul Singer, que para se livrar dos ditames do mercado, bastaria que as cooperativas de produção criassem um vínculo com as cooperativas de consumo e créditos, estabelecendo assim uma rede “solidária” de “relações socialistas”? Rosa Luxemburgo teria respondido: primeiro, as cooperativas de consumo restringem e dependem de um pequeno círculo de consumidores, o que faz com que a luta saia do campo da luta contra o capital produtivo para uma luta contra o capital comercial; segundo, todos os ramos mais importantes da produção capitalista (industrial, têxtil, mineração, metalurgia, petrolífera, indústria de construção de máquinas, de locomotivas, navios, etc) estão excluídos de antemão das cooperativas de produção, pois não podem encontrar um pequeno círculo de consumidores.

Como tentamos demonstrar, nos anos 1980/90, influenciados por todo um universo “pós-moderno” e da ideologia burguesa contra a classe trabalhadora, num contexto de lutas defensivas por parte do movimento operário, uma série de autores que se colocaram a teorizar e propor uma transformação da sociedade, inclusive que se reivindicavam marxistas, romperam com as formulações de Marx e Engels. Influenciados por aquele universo teórico, ressurgiram nestas décadas várias tendências utópicas e reformistas. No entanto, as semelhanças com os “socialistas utópicos” do século XIX estão apenas na apropriação de algumas de suas formulações.

Uma crítica contundente de Marx e Engels aos “socialistas utópicos” foi realizada no *Manifesto do Partido Comunista* de 1848. Não à toa, pois os anos 1840 não apenas representaram uma importante inflexão no pensamento destes dois autores, mas também do movimento operário europeu. “A consolidação do novo modo de vida do mundo burguês põe à luz do dia a dilaceração pendular deste mundo: inseparável acólito da burguesia, o proletariado, ao fim da primeira etapa da revolução industrial, já não se opõe simplesmente a ela, mas articula um projeto societário que implica a sua supressão. Numa palavra: consolidado o mundo burguês, o proletariado converte-se em *classe para si*. Esta é a profunda inflexão testemunhada pelos anos quarenta: esgotado o padrão industrial da primeira fase da revolução industrial e definida a dominação de classe da burguesia, o *proletariado se insere na prática política como um agente autônomo* – eis o que, a nível histórico-universal, se verifica em 1848 (e que, documental e programaticamente, se registra no *Manifesto Comunista*)” (NETTO, 1985, 13)

O “socialismo e o comunismo crítico-utópico”, como denominaram Marx e Engels no *Manifesto* de 1848, desenvolveu-se na primeira metade do século XIX no seio da classe trabalhadora em formação<sup>139</sup>. Reconhecem os autores que estas concepções expressavam as idéias de uma fração do próprio proletariado, e que refletiam a ausência das condições materiais da sua emancipação. Mas o desenvolvimento deste pensamento descolou-se do desenvolvimento das próprias condições objetivas do capitalismo e do antagonismo de

---

<sup>139</sup> Os principais representantes do “socialismo utópico” desta época foram Saint-Simon, Fourier, Owen e Proudhon. Em 1800, Robert Owen assumiu a direção da empresa de New Lamark, onde desenvolveu experiências filantrópicas; em 1802 vieram a tona as “Cartas de Genebra” de Saint-Simon; em 1808, Fourier publicou a sua primeira obra; Proudhon publica a *Filosofia da Miséria* em 1846.

classes. “Não distinguem tampouco as condições materiais da emancipação do proletariado e põem-se à procura de uma ciência social, de leis sociais que permitam criar essas condições” (MARX, ENGELS, 2005, p. 66). Substituem a atividade social por suas fantasias; rejeitam toda ação política e, sobretudo, toda ação revolucionário, por meios pacíficos, filantrópicos, pela força do exemplo em pequena escala – assim foram as tentativas frustradas de Robert Owen.

Numa definição geral, o “socialismo utópico” parte de uma indignação da pobreza e da desigualdade social; consideram-se aliados ou representantes dos interesses dos trabalhadores; preconizam uma transformação social sem os enfrentamentos inevitáveis da luta de classes; e se opõem a exasperação a qualquer ação política da classe operária. Não pretendem emancipar uma classe determinada, mas toda a humanidade, instaurando o império da razão e da justiça (ENGELS, s/d). Influenciados pelos ideais Iluministas, as concepções dos “socialista-utópicos” refletem o grau de desenvolvimento do capitalismo na primeira metade do século XIX, em que o antagonismo de classes ainda não era plenamente evidente.<sup>140</sup>

Mas Marx e Engels reconhecem o papel progressista que os “socialistas utópicos” cumpriram em sua época, ao evidenciar, criticar e denunciar a sociedade burguesa nascente e, com isso, esclarecer os operários das mazelas que lhes afligiam. Um dos papéis progressistas destes socialistas foi justamente ter adiantado teses que seriam absorvidas por Marx e Engels anos mais tarde, e desenvolvidas dentro de sua teoria. Era popularmente conhecida, por exemplo, a afirmação de Proudhon de que a propriedade privada era fruto de um roubo.

Em *A Miséria da Filosofia*, escrito em 1847 em resposta à Proudhon, Marx desenvolve a crítica mais contundente contra seu velho amigo de exílio em Paris em 1844. Esta obra representou definitivamente a ruptura de Marx, e de toda uma nova geração de revolucionários pós 1848, com Proudhon e os velhos socialistas franceses. *A Filosofia da Miséria* de Proudhon atestava, também, a sua viragem no sentido do reformismo ou

---

<sup>140</sup> “A grande indústria, que acabava de nascer na Inglaterra, era ainda desconhecida na França [terreno em que germina o “socialismo utópico”]. E só a grande indústria desenvolve, de uma parte, os conflitos que transformam numa necessidade imperiosa a subversão do modo de produção e a eliminação de seu caráter capitalista – conflitos que eclodem não só entre as classes engendradas por essa grande indústria, mas também entre as forças produtivas e as formas de distribuição por ela criadas – e, de outra parte, desenvolve também nessas gigantescas forças produtivas os meios para solucionar esses conflitos” (ENGELS, s/d).

“utopismo reformista”, “porque a análise histórico-social que a funda é frágil e porque a teoria econômica que a sustenta é falsa” (NETTO, 1985, p. 16)<sup>141</sup> O que não entendia Proudhon era que o desenvolvendo das forças produtivas e das relações de produção pelo modo capitalista de produção necessariamente criava contradições fundamentais na sociedade, como o antagonismo entre as classes burguesas e proletárias. As massas trabalhadoras, exploradas pelo capital, se constituíam enquanto classe, e ao atuar com um interesse comum, se apresentam enquanto classe para si mesma “Mas a luta entre as classes é uma luta política”.

Ao não considerar este antagonismo entre as classes, Proudhon acaba por separar a luta política da luta social. Por exemplo, com os mesmos argumentos dos economistas burgueses de sua época, Proudhon criticou as lutas salariais, pois entendia que estas eram lutas perdidas, já que o aumento dos salários produziria um aumento de todas as mercadorias e, portanto, a perda real desta conquista por parte dos trabalhadores. Marx, anos mais tarde, através do seu estudo da economia política, descobrirá a lei tendencial da queda na taxa de lucro, portanto, da queda nos preços das mercadorias. Mas em 1847, Marx contesta Proudhon, demonstrando-lhe o caráter político das lutas salariais neste momento: “A grande indústria aglomera num mesmo local uma multidão de pessoas que não se conhecem. A concorrência divide os seus interesses. Mas a manutenção do salário, este interesse comum que tem contra o seu patrão, os reúne num mesmo pensamento de resistência – *coalizão*. A coalizão, pois, tem sempre um duplo objetivo: fazer cessar entre elas a concorrência, para poder fazer uma concorrência geral ao capitalista” (MARX, 1985, p. 158). Portanto, as lutas salariais impulsionadas pelos trabalhadores os obrigavam a romper o isolamento que eram submetidos pela grande indústria e a concorrência entre os

---

<sup>141</sup> Numa carta à Marx em 1846, Proudhon já admitia a sua viragem ao reformismo: “Talvez o senhor ainda conserve a opinião de que nenhuma reforma é hoje possível sem um golpe de mão, sem o que outrora se chamava uma revolução e que é apenas uma agitação. Esta opinião, que compreendo, que escuso, que discutirei com prazer porque compartilhei dela por longo tempo, confesso-lhe que meus últimos estudos revisaram-na completamente. Creio que não precisamos disto para triunfar e que, por consequência, não devemos colocar a ação *revolucionária* como meio de reforma social, porque este pretendo meio seria, muito simplesmente, um apelo à força, ao arbítrio – logo, uma contradição. Coloco-me assim o problema: *reintroduzir na sociedade, por uma combinação econômica, as riquezas que dela foram extraídas por uma outra combinação econômica*. Noutros termos: na economia política, voltar a teoria da Propriedade contra a Propriedade, de modo a engendrar o que os senhores, socialistas alemães, chamam de *comunidade* e que, por agora, limitar-me-ei a denominar *liberdade, igualdade*. Ora, creio conhecer o meio para, a curto prazo, resolver este problema: prefiro, pois, queimar a Propriedade em fogo lento, ao invés de lhe dar uma nova força, fazendo com os proprietários uma São Bartolomeu”. *Carta de Proudhon a Marx*, enviada em maio de 1846.

capitalistas. Para conseguir lutar contra o capital, sempre unido, necessitavam criar suas próprias formas de organização, como foram as *trade-unions* na Inglaterra. A repressão que o capital lhes impõe os obrigava a defender o seu direito de associação, constituindo esta, nos anos iniciais do movimento operário, uma de suas lutas centrais. Portanto, não era uma simples luta social, mas frontalmente uma luta política, fundamental nestes anos de constituição da classe operária enquanto sujeito social e político.

Em suas últimas palavras em *A Miséria da Filosofia* Marx responde a Proudhon:

não se diga que o movimento social exclui o movimento político. Não há, jamais, movimento político que não seja, ao mesmo tempo, social. Somente numa ordem de coisas em que não existam mais classes e antagonismos entre classes as *evoluções sociais* deixarão de ser *revoluções políticas*. Até lá, às vésperas de cada reorganização geral da sociedade, a última palavra da ciência social será sempre: ‘o combate ou a morte: a luta sanguinária ou o nada. É assim que a questão está irresistivelmente posta’ (George Sand) (MARX, 1985, p. 160)

O que nos demonstra a luta de Marx contra Proudhon e os “socialistas utópicos” é que a separação entre o social e o político é muito mais antiga que o próprio marxismo. A luta política que Marx e Engels deram no final dos anos 1840, desde a Liga dos Comunistas, tinha como objetivo consolidar um programa político e uma estratégia para que a classe operária pudesse atuar de forma independente das demais classes no terreno da luta de classes. Mas se Marx e Engels reconhecem o papel progressista daqueles socialistas da primeira metade do século XIX, não podemos dizer o mesmo para os que hoje resgatam algumas das teses dos “socialistas utópicos”. Num período de ofensiva do capital como foram as duas últimas décadas do século passado, de incertezas e confusão político-ideológica no seio do próprio movimento operário, essas novas (velhas) teorias “utópicas” acabam por cumprir um papel reacionário. Assim como o “utopismo” do passado, as concepções da Economia Solidária de Paul Singer ou da Economia Social, tentam encontrar um caminho para o socialismo que não se choque com a classe capitalista, ou seja, abstraindo a luta de classes e apagando os antagonismos entre elas. As propostas de revolução social socialista de Singer através, fundamentalmente, da criação de

cooperativas, tentativa esta de criar modernos falanstérios fabris socialistas no interior do modo de produção capitalista de produção, atesta o seu sentido puramente utópico.<sup>142</sup>

### 3.4. Classismo e controle operário.

Na exposição que fizemos nos capítulos anteriores da luta dos ceramistas na fábrica Zanon, tomamos emprestado um conceito do movimento operário, o *classismo*, para definir uma forma de atuação expressa em suas lutas. Para nós, o *classismo* é toda atuação do movimento operário que atue no cenário político enquanto classe trabalhadora em confronto com as demais classes capitalistas. Este conceito é importante para diferenciarmos a atuação do grupo de ativistas que surgiu em torno da nova CI e ganhou, posteriormente, a direção do Sindicato Ceramista, da forma de atuação e dos objetivos dos velhos dirigentes e de toda direção sindical que atua no movimento operário com uma política de conciliação entre o capital e o trabalho. Ou seja, de negação ou amenização dos antagonismos de classe.

O resgate do *classismo*, ou do *setentismo*<sup>143</sup>, por parte dos ceramistas de Zanon, também os diferenciaram, no período da gestão direta da produção, das demais fábricas ocupadas – ou recuperadas – na Argentina. Como desenvolvemos no Capítulo 2, a grande maioria das experiências de controle direto da produção por parte dos trabalhadores argentinos deram-se no marco da produção cooperativista, sem um confronto radical e direto com o capital e suas instituições. Já em Zanon, a existência de uma direção classista

---

<sup>142</sup> “A importância do socialismo e do comunismo crítico-utópico está na razão inversa do seu desenvolvimento histórico. À medida que a luta de classes se acentua e toma formas mais definidas, a fantástica pressa de abstrair-se dela, essa fantástica oposição que lhe é feita, perde qualquer valor prático, qualquer justificativa teórica. Por isso, se em muitos aspectos os fundadores desses sistemas foram revolucionários, as seitas formadas por seus discípulos foram sempre seitas reacionárias. Aferram-se às velhas concepções de seus mestres apesar do desenvolvimento histórico contínuo do proletariado. Procuram, portanto, e nisto são conseqüentes, atenuar a luta de classes e conciliar os antagonismos. Continuam a sonhar com a realização experimental de suas utopias sociais: instituição de falanstérios isolados, criação de colônias no interior, fundação de uma pequena Icária (...), e para dar realidade a todos esses castelos no ar vêm-se obrigados a apelar para os bons sentimentos e os cofres dos filantropos burgueses. Pouco a pouco caem na categoria dos socialistas reacionários ou conservadores...” (MARX, 2005, p. 67-68).

<sup>143</sup> Na Argentina, *sententismo* é uma referência ao movimento classista que surgiu no seio da classe trabalhadora no final dos anos 1960 com o Cordobazo e se desenvolveu nos conflitos dos anos 1970.

no processo de ocupação da fábrica fez com que o conflito transbordasse os muros da unidade produtiva e da esfera da produção para a esfera da luta de classes. Aqui encontramos a principal origem das diferenças nas formas de reivindicação existentes em Zanon com as demais fábricas ocupadas. E, por mais que o resultado final desta primeira etapa da gestão direta da produção em Zanon tenha reforçado o papel da cooperativa FaSinPat, e não o projeto de estatização sob gestão operária reivindicado pelo Sindicato, o que se conformou em Zanon através da recuperação dos métodos classistas foi um germe de controle operário.

\* \* \*

Por mais de um século e meio, um movimento de idéias e ações incitaram aos trabalhadores a arrancar do capital o poder sobre as empresas e a substituí-los pela organização da classe trabalhadora nos locais de trabalho como dirigente da produção. Este movimento, muito antes de Marx e Engels e seu manifesto programático de 1848, mas aprofundado e sistematizado por estes, vislumbrou uma “sociedade dos produtores associados”. No século XX, a luta pela emancipação dos trabalhadores produziu uma gama riquíssima de experiências e de debates teórico-políticos ao movimento operário.

Ernest Mandel (1977), ao publicar em 1970 uma antologia intitulada *Controle operário, conselhos operários, autogestão*, tentou reunir um conjunto de textos refletindo as principais experiências da classe trabalhadora na luta contra o capital até aquele momento. No texto introdutório, Mandel deixou claro que seu objetivo era “demonstrar o caráter universal da tendência dos trabalhadores a apropriar-se e a organizar a economia e a sociedade sobre a base dos princípios que correspondem a suas necessidades de autodeterminação” (MANDEL, 1977, p. 10). Desta forma, o autor fez uma revisão crítica da evolução da teoria do controle operário, da gestão operária e do poder operário.

Justamente o que queremos resgatar desta discussão é que o controle operário, assim como os conselhos operários, são formas de manifestação e criação do poder da classe trabalhadora. A questão central é quem manda, ou seja, quem detém o poder nas diversas situações da luta de classes. Portanto, entendemos a questão do controle operário de forma ampliada, e não apenas como controle da produção, mas sim da sociedade, que não se pode

constituir de forma plena sem a tomada do poder pela classe trabalhadora. E, neste sentido, o controle operário não pode se efetivar sem um avanço na consciência política dos trabalhadores. Aqui se encontra o fundamento do conceito político *classismo*.

Mas nem sempre o poder operário se manifestou no controle direto da produção. No século XIX, na época de Marx e Engels, o controle operário da produção foi apenas uma possibilidade não realizada durante a Comuna de Paris de 1871. No entanto, o principal instrumento de confronto com o poder burguês, de dualidade de poder, se expressou nas barricadas nos processos de 1848 e, centralmente, 1871. Na Comuna de Paris, a barricada mostrou-se efetivamente enquanto instrumento da insurreição proletária. Porém, o contexto social e político de então colocou outras questões nesta riquíssima experiência. Negando-se a aceitar a capitulação frente ao exército prussiano, os trabalhadores tomaram o comando da Guarda Nacional e seus canhões em Paris, principal arsenal de defesa da cidade, e organizaram toda a sociedade parisiense em torno dos decretos da Comuna. Os trabalhadores foram capazes de criar a sua própria república e de tomar medidas muito mais democráticas que as do regime burguês – por exemplo, os representantes da Comuna tinham mandatos revogáveis e recebiam um salário igual ao salário médio dos assalariados. Também tomaram como medida, pela primeira vez, o controle das fábricas abandonadas por seus patrões. Mas, infelizmente, os *communards* não tiveram tempo de desenvolver esta resolução, pois foram derrotados pelos exércitos da república francesa logo em seguida.

Para Marx e Engels, e as gerações futuras do marxismo, as experiências de 1848 e 1871, com suas profundas diferenças, foram fundamentais para as suas reflexões sobre a dinâmica da revolução proletária. Obviamente que estes instrumentos da luta operária no século XIX refletiam o próprio estágio de desenvolvimento de um capitalismo marcado pela livre concorrência, muito diferente do capitalismo do século XX marcado pela existência dos grandes monopólios, o imperialismo, e pela predominância do padrão de produção taylorista/fordista e, conseqüentemente, pelas grandes concentrações operárias nas gigantescas unidades produtivas.<sup>144</sup>

Em *As lutas de classe na França de 1848 a 1850*, Marx escreve o seu primeiro ensaio aplicando a sua concepção materialista num fragmento da história contemporânea.

---

<sup>144</sup> É interessante a comparação que faz Silver entre a forma de atuação do movimento operário no século XIX com o do século XX.

“Trata-se, pois, de reduzir, seguindo a concepção do autor, os acontecimentos políticos a efeitos de causas que, em ultima instância, eram econômicas” (ENGELS, 1961, p. 93). Em fevereiro de 1848, como reflexo da crise do comércio mundial do ano anterior, a burguesia industrial levanta-se, com toda a sua indignação e consignas democráticas, contra o regime da monarquia de julho (de Luis Felipe de Orleans), representante da burguesia francesa ligada à aristocracia financeira. Com a ajuda das barricadas operárias<sup>145</sup> nas ruas de Paris, a burguesia industrial chega à vitória e constitui um governo provisório com a presença de dois representantes dos trabalhadores: Louis Blanc e Albert.

Mas foi a classe trabalhadora, ainda com suas barricadas constituídas, que impôs a proclamação da República à burguesia vacilante. Esta vitória em fevereiro abriu o terreno para que o proletariado seguisse em frente em sua luta política e social. Ao chegar ao poder a burguesia industrial francesa usou deste mesmo poder para forçar os operários, então aliados na luta, a voltar à antiga condição de oprimidos. Para isso, não podiam recorrer, obviamente, ao proletariado, mas as classes mais reacionárias, justamente aquelas que acabaram de derrotar em fevereiro.

Marx ressalta, porém, que o proletariado, neste momento, refletindo o próprio estágio de constituição do capitalismo, ainda não tinha se consolidado plenamente enquanto classe – as condições objetivas estavam imaturas para isso –, apesar de que subjetivamente era uma força revolucionária. A principal conclusão que absorve da revolução de 1848 é que os trabalhadores, após exercitarem os seus músculos, não aceitarão voltar facilmente as condições anteriores. Tomam a partir daí a revolução enquanto um processo permanente, que só é finalizado com a sua completa emancipação.

O que dá ainda ao nosso escrito um significado muito especial é a circunstância de que é ele que, pela primeira vez, enuncia a fórmula na qual a unanimidade geral dos partidos operários de todos os países do mundo condensa em breves palavras a sua reivindicação da nova configuração econômica: a apropriação dos meios de produção pela sociedade. (ENGELS, 2008, p. 40)

No século XX, a Revolução Russa de 1905 será um ponto de inflexão para o movimento operário internacional, propiciando um riquíssimo debate no interior da social

---

<sup>145</sup> As barricadas enquanto instrumento de luta insurrecional surgiu pela primeira vez na Revolução de 1830, justamente a que colocou no poder a monarquia dos Orleans, agora derrubada em 1848.

democracia e dando origem a novos instrumentos de luta que ressurgirão, em diferentes épocas e países, com diferentes nomes, durante todo século XX. Um destes instrumentos foi a greve de massa enquanto novo meio insurrecional da classe trabalhadora. Segundo Lenin, a Revolução de 1905, por seu *conteúdo social*, foi uma *revolução democrático-burguesa*, uma vez que o objetivo imediato que se propunha, e podia alcançar com suas próprias forças, era a República democrática, a jornada de oito horas e o confisco dos imensos latifúndios da nobreza. Entretanto, por seus *meios de luta*, foi uma *revolução proletária*. Não apenas por ter o proletariado como classe dirigente, a vanguarda do movimento, mas também porque o meio especificamente proletário de luta, justamente a greve, foi o principal para por em movimento as massas.<sup>146</sup>

Durante o ano de 1905, após todos os setores opositores ao czarismo, incluindo aqui frações da burguesia, eclipsados pelas greves operárias, terem arrancado do Czar em outubro deste ano uma promessa de Constituição para o país, a burguesia pressiona o proletariado à voltar para as fábricas. “Em outubro, temos lutado em nome das exigências do país inteiro, agora coloquemos por diante nossas reivindicações exclusivamente proletárias que mostrarão claramente a nossos patrões burgueses que não esquecemos um só instante as necessidades de nossa classe”, disse Nemtsov, delegado de uma fábrica metalúrgica (TROTSKY, 2006, p. 159). Depois da greve de outubro que levou o proletariado a importantes vitórias, ele é obrigado a voltar a rotina das fábricas. Porém, os acontecimentos anteriores lhes haviam despertado uma consciência política e uma paixão por tomar em suas mãos os seus destinos que não poderia se resignar com a sua situação. A luta pela jornada de oito horas “foi o programa entre todos os programas, o desejo entre todos os desejos. Só a jornada de oito horas podia liberar imediatamente a força do proletariado para a política revolucionário do dia” (TROTSKY, 2006, p. 158)

Em 1905, os trabalhadores russos criaram pela primeira vez o Soviete, um conselho constituído apenas por operários ou representantes destes, votados nas fábricas através de mandatos revogáveis. Cumpriam o papel de organizar as massas, dirigir as greves e as manifestações, e sua força estava justamente no fato de ter surgido organicamente do proletariado em sua luta direta contra o capital. Para os revolucionários desta geração, o Soviete representou o embrião de um governo revolucionário, o germe de um futuro Estado

---

<sup>146</sup> Lenin, “Informe sobre a Revolução de 1905”.

operário. A greve política de massa foi a arma do Soviete. Através dela, o Soviete podia suspender a qualquer momento a atividade econômica do país.

Ainda que a propriedade privada dos meios de produção ficasse nas mãos dos capitalistas, como antes, ainda que o poder governamental permanecesse nas mãos da burocracia, foi o Soviete quem dispôs das fontes nacionais de produção e dos meios de comunicação, ao menos na medida necessária para interromper a marcha regular da vida econômica e política. (TROTSKY, 2006, p. 216)

O Soviete foi a expressão máxima da organização da classe operária na Rússia em 1905 e depois em 1917. Esta forma de organização voltou a ressurgir em muitos outros momentos da luta da classe trabalhadora em diferentes países e épocas. Porém, a sua existência não pressupõe uma independência de classe por parte dos trabalhadores. Todo o debate que desenvolvemos neste capítulo teve o intuito de demonstrar que a luta da classe trabalhadora pela sua emancipação passa por diversas formas de luta e enfrentamentos e necessita de diversos instrumentos, principalmente de um partido revolucionário. No entanto, sem uma estratégia de tomada do poder não será possível uma verdadeira emancipação do proletariado. Pode-se criar Sovietes, ocupar fábricas, fazer greves gerais, como já fizeram os trabalhadores em vários momentos do século XX. Entretanto, sua verdadeira libertação só será atingida pela ação consciente e independente na luta pela tomada do poder, ou seja, pela revolução.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise do movimento operário e do próprio marxismo no final do século XX abriu espaço para o surgimento de uma ampla gama de teorias que acabaram por reforçar o ceticismo e o pessimismo histórico com a classe trabalhadora. A separação entre a esfera social e a esfera política pelas teorias pós-modernas e reformistas e sua forte influência entre as organizações sociais e sindicais dos trabalhadores e da esquerda, reforçaram os projetos políticos que deixaram de propor uma superação da lógica do capital, o que debilitou fortemente o combate às teorias burguesas sobre o fim da história e da classe operária. Muitas destas teorias acabaram por cair no campo da utopia política, desarmando o movimento operário de uma saída radical à sua situação de opressão e exploração.

O combate feito por setores minoritários a estas posições ocorreram num contexto em que a classe trabalhadora ocupada encontrava-se na retaguarda das lutas sociais e políticas. Impressionados por esta nova situação que parecia o início do fim das ações da classe operária enquanto sujeito central da transformação social, vários autores, inclusive de tradição marxista, procuraram um novo sujeito social para a revolução: os indígenas de Chiapas; os sem-terras do Brasil; os *piqueteros* da Argentina; os anti-globalização da Europa, etc.

Porém, ao contrário do que afirmaram muitos destes que decretaram o fim da classe operária ou do trabalho, o caso argentino nos demonstrou que nos anos noventa a classe trabalhadora encontrou-se extremamente debilitada, pois sua força social e política foram atacadas de forma estrutural, jogando para fora da produção milhares de assalariados. Mas, mesmo neste cenário, encontramos a sobrevivência de lutas operária que conseguiram resistir e até mesmo resgatar métodos de luta da sua tradição.

O fato do movimento *piquetero* ter feito seus primeiros ensaios de luta na província de Neuquén, a poucos quilômetros da fábrica de Cerâmicas Zanon, permitiu que os ceramistas aqui estudados começassem a acreditar em suas próprias forças e a desafiar o capital, organizando-se em torno de uma vanguarda de ativistas que atuaram conscientemente no interior da fábrica contra os ditamos do capital e da burocracia sindical.

Os resultados da luta em Zanon, como a gestão operária e a expropriação da fábrica no dia 12 de agosto de 2009, foi fruto do resgate das concepções classistas por parte desta vanguarda operária neste período de reação do capital contra o trabalho. Foi uma pequena experiência de luta da classe trabalhadora que contou com grandes lições para o seu conjunto. Foi a prova evidente de que os trabalhadores, mesmo sofrendo profundos ataques por parte do capital, continuaram vivos enquanto sujeitos sociais e políticos da transformação social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livros, teses e artigos

AIZICZON, Fernando. “El clasismo revisitado. La impronta del trotskismo en la politización del sindicato ceramista: Zanon bajo control obrero, Neuquén 1998-2006”. Labour Again Publications. 2007. Disponível em: <<http://www.iisg.nl/labouragain/documents/aiziczon.pdf>>.

\_\_\_\_\_. “Expropriar Zanon”. **Herramienta**, n. 42, Buenos Aires, outubro de 2009a.

\_\_\_\_\_. “Izquierda y conflicto social: el clasismo y la práctica del control obrero en Cerámica Zanon, Neuquén (2002-2005)”. Informe final do concurso: Partidos, movimientos e alternativas políticas na América Latina. Programa Regional de Bolsas CLACSO, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2005/partijov/aiziczon.pdf>>.

\_\_\_\_\_. “Teoría y práctica del control obrero: el caso de Cerámica Zanon, Neuquén, 2002-2005”. **Revista Herramienta**, n. 31, março de 2006.

\_\_\_\_\_. **La experiencia de los obreros de cerámica Zanon, Neuquén, 1983-2002**. Neuquén: Universidade Nacional de Comahue, 2004. 173 p. Trabalho Final de Graduação, Faculdade de Humanidades, Departamento de História, agosto de 2004.

\_\_\_\_\_. **Zanon, una experiencia de lucha obrera**. Buenos Aires: Herramienta, 2009b.

ALVES, Douglas Santos. **Neoliberalismo, democracia e crise na América Latina: a gênese do Argentinazo (1976-2001)**. Campinas, 2009. 156 p. Dissertação de mestrado pela Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2009.

ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo”, In: SADER, E.; GENTILE, P (Org.), **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo L. C. **A Rebeldia do trabalho: confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978-1980**. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1988.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 9. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2003.

\_\_\_\_\_. **O caracol e a sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

- \_\_\_\_\_. **O que é sindicalismo**. 16. ed. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARAGÓN, Hernán. **História crítica del sindicalismo**: desde sua orígenes hasta el Partido Laborista. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2009.
- BACH, Paula. “El boom de la posguerra: una análisis crítica de las elaboraciones de Ernest Mandel”. **Estratégia internacional**, n. 7, março/abril de 1998.
- BALVÉ, Beba et. al. **Lucha de calles, lucha de clases**. Elementos para su análisis: Córdoba 1971-1969. Buenos Aires: RyR, 2005.
- BENSAÏD, Daniel. **Os irredutíveis**: teoremas da resistência para o tempo presente. Tradução de Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BOFF, Leonardo. **A democracia entrou na fábrica**. 26 de setembro de 2008. Disponível em: <www.leonardoboff.com>.
- CAHIERS STRATÉGIE INTERNATIONALE. “Zanon: une alternative révolutionnaire face aux licenciements”. Paris. Número especial, 2010.
- CAMARERO, Hermán. **A la conquista de la clase obrera**: los comunistas y el mundo del trabajo en la Argentina: 1920-1935. Buenos Aires: Siglo XX Editora, 2007.
- CAMPO, Hugo del. **Sindicalismo y peronismo: Los comienzos de un vínculo perdurable**. Buenos Aires: Siglo XX Editores Argentina, 2005.
- CARPINTERO, Enrique; HERNÁNDEZ, Mario. **Produciendo realidad**: las empresas comunitarias (Grissinopoli, Río Turbio, Zanon, Brukman y Gral. Mosconi). Buenos Aires: Topía Editorial, 2002.
- CARVALHO, Soraia. “Neuquén: águas revoltas e vermelhas”. **Lutas & Resistências**, Londrina, n. 2, p. 113-117, 1º semestre 2007.
- CASTILLO, Christian. “Acumulación de experiencias y desafíos de la clase trabajadora argentina”, In: BONAVERA, Pablo et. al. **Los '90: fin de ciclo**: el retorno a la contradicción. Buenos Aires: Final Abierto, 2007. P. 117-147.
- \_\_\_\_\_. “Elementos para un ‘cuarto relato’ sobre el processo revolucionário de los ’70 y la dictadura militar”. **Lucha de clases**, n. 4, Buenos Aires, novembro de 2004.
- \_\_\_\_\_. **Experiencias subterráneas**. Buenos Aires: Ediciones del IPS, 2007.
- \_\_\_\_\_. “Las crisis y la curva del desarrollo capitalista”. **Estratégia internacional**, n. 7, março/abril de 1998.
- CASTRO, Bárbara Geraldo de. **A economia solidária de Paul Singer**: a construção de um projeto político. Campinas, SP: 2009. 242 p. Dissertação de Mestrado pela

- Univesidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2009.
- CASTRO, Barbara Geraldo de. **Ensinando a pescar**: economia solidária e o caso da política municipal de Campinas. Monografia de Conclusão de curso de ciências sociais pela Unicamp, IFCH. Campinas, 2005.
- CHESNAIS, François. **A mundialização financeira**: genese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1999.
- CHINGO, Juan. “Crise e contradições do ‘capitalismo do século XXI’”. **Estratégia internacional Brasil**, n. 3, maio de 2008.
- CHINGO, Juan. “O capitalismo mundial numa crise histórica”. **Estratégia internacional Brasil**, n. 4, abril de 2009.
- CIFARELLI, Viviana et. al. **De eso no se habla**: organización y lucha en el lugar del trabajo. 2. ed. s/l: Taller de Estudios Laborales, 2002.
- COTARELO, María Celia. “Argentina: cronología del conflicto social. Documento do PIMSA. Outubro de 2007. Disponível em: <<http://www.pimsa.secyt.gov.ar>>.
- COTARELO, María Celia; FERNÁNDEZ, Fabián. **La toma de fábricas. Argentina, 1964**. Programa de Investigación sobre el Movimiento de la Sociedad Argentina (PIMSA). Documento de Trabajo n. 2. 1994.
- DAVIS, Charles Aasgaard. **FASINPAT**: zanon es del pueblo. Tre Struggle of the Fábrica Sin Patrón in Neuquén, Argentina. Senior Comprehensive Project. Carleton College, Minnesota. 2005.
- DICAPUA, María de los A.; LAGIU, Efimia; VALENTINO, Norma. **Atados con alambre**: flebilizacion, trabajo y trabajadores en Argentina. Rosario: Laborde Editor, 2001.
- ENGELS, Friedrich. “Do socialismo utópico ao socialismo científico”, In: **Obras Escolhidas**, Vol. 2, São Paulo: Alfa-Omega, s/d.
- \_\_\_\_\_. "Introdução" In: Marx, K. “As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850”, In: **Obras Escolhidas de Marx e Engels**, v. I, Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961
- ENTREVISTAS a: Raúl Godoy, Secretario General del Sindicato de Obreros y Empleados de Neuquén; André Blanco, integrante de la Comisión Interna de Zanon y; Pepe y Eduardo. **Lucha de clases**, n. 1, 2002.
- FAJN, Gabriel (Org.). **Fábricas y empresas recuperadasn**: protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad. Buenos Aires: Ed. del Instituto mobilizador de fondos cooperativos C. L., 2003.

- \_\_\_\_\_. “Fábricas Recuperadas: la organización en cuestión”. 2004. Disponível em: <<http://www.iisg.nl/labouragain/documents/fajn.pdf>>.
- FAJN, Gabriel; REBÓN, Julián. “El taller ¿sin cronómetro? Apuntes acerca de las empresas recuperadas”. **Revista Herramienta**, n. 28, março de 2005.
- FAVARO, Orietta; AIZICZON, Fernando. “Al filo de la cornisa: la resistencia obrera en la fábrica Zanon, Neuquén”. **Revista Realidad Económica**. Buenos Aires, n. 197, 1 de julho a 15 de agosto de 2003. Disponível em: <<http://www.iade.org.ar>>. Acesso em 2007.
- FERRARI HAINES, Andrés Ernesto. **A economia argentina nos anos noventa: reformas estruturais e lei de convertibilidade**. Campinas, 1998. 157 p. Dissertação de mestrado pela Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. 1998.
- FESTI, Ricardo C. “Zanon e a crise capitalista: uma experiência de controle operário e classismo”. **REVISTA ISKRA: de teoria e política marxista**. n. II. 2009.
- FLORES, Gregorio. **SITRAC-SITRAM: la lucha del clasismo contra la burocracia sindical**. Córdoba: Editorial Espartaco, 2003.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GAMBINA, Julio et. al. “Las resistencias latinoamericanas del siglo XXI: empresas recuperadas en Argentina”, In: CECENÑA, Ana Esther. **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- GHIOLDI, Carlos. **Supermercado Tigre: crónica de un conflicto en curso**. Rosario: Prohistoria, 2004.
- GONZÁLEZ, Ernesto. **El trotskismo obrero e internacional en Argentina**. (Tomo 4, Volume 1): el PRT la verdad, ante el cordobazo e el clasismo. Buenos Aires: Fundación Pluma, 2006.
- GORZ, André. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Tradução de Angela R. Vianna e Sérgio G. de Paula. Rio de Janeiro: Florense-Universitária, 1987.
- HABLAN los protagonistas. “Las voces de los levantamientos”. **Lucha de Clases**, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 57-72, outono-inverno 1997.
- HERNÁNDEZ, Isabel. **Los mapuche, derechos humanos y aborígenes**. Buenos Aires: Galerma, 2007.
- HOLLOWAY, John. “Mayo 1968 y la crisis del trabajo abstracto”. **Herramienta**, n. 38, Buenos Aires, junho de 2008.
- \_\_\_\_\_. “¡Que se vayan todos!”. **Revista Herramienta**, n. 20, Inverno de 2002.
- HOROWICZ, Alejandro. **Los cuatro peronismos**. Buenos Aires: Edhasa, 2007.

- IÑIGO CARRERA, Nicolás; COTARELO, María Celia. “Génesis y desarrollo de la insurrección espontánea de diciembre de 2001 en Argentina”. s/d. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/caeta/PICdos.pdf>>.
- IÑIGO CARRERA, Nicolás; PODESTÁ, Jorge. “La disposición de fuerzas sociales objetivas: hitos y tendencias en el desarrollo del capitalismo argentino”. **Lucha de Clases**, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 151-157, outono-inverno 1997.
- KLACHKO, Paula. “Cutral Có y Plaza Huincul. El primer corte de ruta (Del 20 al 26 de junio de 1996). Cronología e hipótesis”. **Documento de Trabajo n. 20**, PIMSA, Buenos Aires, 1999.
- LENIN, V. I. **El control obrero y la nacionalización de la industria**. Moscou: Editorial Progreso, 1978.
- LIONE, O. “Una rebelión quizá tardía”, In: **La mañana del Sur**, 08/07/1996.
- LIZARRAGUE, Freddy; WERNER, Ruth; CASTILLO, Christian. “Del Cordobazo al Jujeñazo”. **Lucha de Clases**, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 9-56, outono-inverno 1997.
- LOTITO, D.; ROS, J. “La lucha de Kraft Foods”, in: **Revista Estrategia Internacional**, n. 26, março de 2010.
- MAGNANI, Esteban. **El cambio silencioso: empresas recuperadas en la Argentina**. 2003.
- MARTÍNEZ, J. “Fabricas ocupadas y gestión obrera directa”, In: **Lucha de clases**, n. 1, 2002.
- MARX, Karl. “Crítica ao Program de Gotha”, In: **Obras Escolhidas**, Vol. 1. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.
- \_\_\_\_\_. “Mensagem inaugural ao primeiro Congresso da AIT”, In: **Obras Escolhidas**, Vol. 2. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.
- \_\_\_\_\_. **A miséria da filosofia**. Tradução de José Paulo Neto. 2. ed. São Paulo: Global, 1989.
- MARX, K., Engels, F.. **Manifesto comunista**. 4a. reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MEDINA, Gonzalo; AGUIAR, Santiago. “La lucha de los trabajadores de Fiat y el Sitramf”. **Lucha de Clases**, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 73-104, outono-inverno 1997.
- MELLO, M; ROMANO, M. “El fin de ciclo kirchnerista y las tareas de los revolucionários”, In: **Revista Estrategia Internacional**, n. 26, março de 2010.

- MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NASCIMENTO, Cláudio. “Do ‘BECO dos SAPOS’ aos CANAVIAIS de CATENDE”. Disponível em: <[http://www2.mte.gov.br/ecosolidaria/prog\\_becosapos.pdf](http://www2.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_becosapos.pdf)>.
- NASCIMENTO, Janaína Quitério do. **Fábrica quebrada é fábrica ocupada, fábrica ocupada é fábrica estatizada**: a luta dos trabalhadores da Cipla e Interfibra para salvar 1000 empregos. Trabalho apresentando enquanto conclusão do curso de Comunicação Social da Universidade Estadual Paulista, dezembro de 2003.
- NETTO, José Paulo. “Introdução”, In: Marx, Karl. **A miséria da filosofia**. Tradução de José Paulo Neto. 2. ed. São Paulo: Global, 1989.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho**: entre a emancipação e a precarização. Campinas/SP: Autores Associados, 2004.
- NOVAES, Henrique T. “De Tsunami a marola: uma breve história das fábricas recuperadas na América Latina”. **Lutas & Resistência**. Londrina, n. 2/3, v. 2, p. 123-136, 1º e 2º sem. 2007.
- PAULUCCI, María Alejandra. **O internacionalismo e as fábricas recuperadas**. Florianópolis/SC, 2007. 103 p. Dissertação de mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, 2007.
- PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20**: taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- POZZI, Pablo A. “Treinta años de transformaciones de la clase obrera argentina”, In: BONAVENTA, Pablo et. al. **Los ‘90: fin de ciclo**: el retorno a la contradicción. Buenos Aires: Final Abierto, 2007. P. 95-116.
- POZZI, Pablo; SCHNEIDER, Alejandro. **Los setentistas**: izquierda y clase obrera, 1969-1976. Buenos Aires, Eudeba, 2000.
- RASLAN, Filipe Oliveira. **Resistindo com classe**: o caso da ocupação da Flaskô. Campinas: Unicamp, 2007. 169 p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2007.
- RAU, Victor. “La gestión obrera directa: una forma de enfrentamiento de clases en la Argentina”. **Lucha de clases**. n. 2/3. Abril de 2004.
- REBÓN, Julián. **La empresa de la autonomía**: trabajadores recuperando la producción. Buenos Aires: Picaso, 2007.

- SANDOVAL, Guillermina; ROMANO, Manolo; ALEJO, Hernandez. “La experiencia de la Coordinadora de Desocupados del Neuquén”. **Lucha de Clases**, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 105-134, outono-inverno 1997.
- SARTELLI, Eduardo. **La plaza es nuestra**: El *Argentinazo* a luz de la lucha de la clase obrera en la Argentina del siglo XX. 3. ed. Buenos Aires: RyR, 2007.
- SILVER, Beverly J. **Forças do trabalho**: movimentos trabalhistas e globalização desde 1870. Tradução de Fabrizio Rigout. São Paulo: Boitempo, 2005.
- SINGER, Paul. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- SOTELO, Adrián. “Flexibilidad y fragmentación del mundo del trabajo: debate teórico”. **Lutas & Resistência**. Londrina, n. 2/3, v. 2, p. 86-97, 1º e 2º sem. 2007.
- SOUZA, Davisson. “Notas para uma análise comparada das tradições de luta do movimento operário e sindical no Brasil e na Argentina”, In: **II Simpósio de Pesquisa de Pós-Graduandos em Sociologia da USP**, Unicamp, Ufscar, UFRJ e Unesp, 2009.
- SOUZA, Davisson. “Tradições de luta sindical e emergência do movimento de desempregados na Argentina”, In: **Lutas Sociais**, no. 3, 2º semestre de 2009b.
- TROTSKY, L et. al.. **El programa de transición** e la fundación de la IV Internacional (Compilación). Buenos Aires: Ediciones IPS-CEIP, 2008a.
- TROTSKY, L. “Flujos y reflujos: la coyuntura económica y el movimiento obrero mundial” (1921), In: \_\_\_\_\_. **El capitalismo y sus crisis**. Buenos Aires: Ediciones del IPS, 2008b.
- \_\_\_\_\_. **O programa de transição**: documentos da IV Internacional. São Paulo: Edições ISKRA, 2008c.
- \_\_\_\_\_. “A indústria nacionalizada e a administração operária”, In: **Escritos latino-americanos**, São Paulo: Edições ISKRA, 2009
- \_\_\_\_\_. **1905**. Buenos Aires: CEIP Léon Trotsky, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Revolução e contra-revolução**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.
- VIGNA, Xavier. “Las huelgas de mayo-junio de 1968”, In: **Mayo francés: cuando obreros y estudiantes desafiaron al poder**: reflexiones y documentos. Buenos Aires: Ediciones del IPS, 2008.
- VIGNA, Xavier. **L’insubordination ouvrière dans les années 68**: Essai d’histoire politique des usines. Campus de La Harpe: Presses Universitaires de Rennes, 2007.

WERNER, Ruth; AGUIRRE, Facundo. **Insurgencia obrera en la Argentina. 1969-1976:** Clasismo, coordinadora interfabriles y estrategias de la izquierda. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2007.

## **Documentos**

ESTATUTO Social do Sindicato Ceramista de Neuquén (SOECN).

LUCHA y gestión obrera en Zanon: la potencia de la clase trabajadora. Mimeo. s/d.

ZANON sobre gestão operária: 7 anos de luta e produção junto à comunidade. Disponível em: <<http://zanonsobcontroleoperario.blogspot.com>>. Acesso em: 10 de março de 2010.

NEUQUÉN. Lei n. 2656, de 12 de agosto de 2009.

PROYECTO de Ley. Estatización de Cerámica Zanon bajo control y administración de los trabajadores. Apresentado na Legislatura de Neuquén, 1º de maio de 2006.

PEDRERO, Mariano. **Informe legal general de Zanon.** Mimeo, 2005.

NORMAS de convivência de Zanon sob controle operário. Disponível em <[www.obrerosdezanon.org](http://www.obrerosdezanon.org)>.

## **Filmes e vídeos**

**FASINPAT:** fábrica sin patron. Direção: Danielle Incalcaterra. Argentina: Fasinpat, 2003 (80 min).

**Mate y Arcilla.** Direção e produção: Ak Krak y Alavio. Argentina: Fasinpat, 2003 (48 min)

**Zanon:** escuela de planificación. Direção: Contraimagen y El Ojo Izquierdo. Argentina: Kino Nuestra Lucha, 2002 (25 min).

**LA DIGNIDAD de los nadies.** Direção e produção: Fernando Solanas. Argentina, 2005 (120 min).

**LA HORA de los hornos:** notas y testimonios sobre el neocolonialismo, la violência y la liberación. Direção e produção: Fernando Solanas. Argentina, 1968 (260 min).

**LA REPÚBLICA perdida.** Direção: Miguel Pérez. Argentina, 1983 (146 min).

**LA REPÚBLICA perdida II.** Direção: Miguel Pérez. Argentina, 1986 (140 min).

**THE TAKE.** Direção: Avi Lewis. Roteiro: Naomi Klein. Canadá, 2005 (87 min).

**9 DÍAS de huelga em cerámica Zanon.** Contraimagen. Argentina, 2000. (13 min).

### **Jornais**

La verdad Obrera

Pagina 12

La Nación

Diario de la mañana

Diário Río Negro

### **Sites**

[www.obrerosdezanon.org](http://www.obrerosdezanon.org)

[www.pts.org.ar](http://www.pts.org.ar)

[www.ler-qi.org](http://www.ler-qi.org)

<http://zanonsobcontroleoperario.blogspot.com>

## **ANEXOS**

## **Anexo 1:**

### **Projeto de lei:<sup>147</sup>**

#### **Estatização sob controle dos trabalhadores da Cerâmica Zanon.**

**Artigo 1º.** Declara-se a utilidade pública e, conseqüentemente, se expropria a empresa Cerâmica Zanon localizada na Rodovia Provincial no. 7, Km 6,5 da Província de Neuquén, expropriação que inclui o imóvel, instalações, stock de produtos finalizados e matéria prima, maquinário e marca comercial. -

**Artigo 2º.** A propriedade da empresa e os bens indicados no artigo precedente se transferem ao Estado da Província de Neuquén. -

O Estado Provincial será encarregado de manter o funcionamento da empresa sob as condições indicadas na presente lei. -

**Artigo 3º.** A expropriação e estatização da planta não implicam responsabilidade, por parte do Estado Provincial, das dívidas contraída pela empresa. As mesmas deverão ser respondidas com os bens e patrimônios dos acionistas. -

**Artigo 4º.** A fábrica continuará em funcionamento com o pessoal que na atualidade trabalha na empresa, incorporando antes de passados 10 dias de sancionada a presente lei a quantidade de operários necessários para completar a quantidade existente no momento da declaração do *lockout* ofensivo. -

Manter-se-á as condições trabalhistas mínimas dispostas no Convênio Coletivo de Trabalho 150-75 e um salário base mínimo de \$800 que se reajustará de acordo ao aumento do custo de vida. -

O Estado Provincial se fará encarregado do pagamento das obrigações trabalhistas e da segurança social que estão na legislação vigente. -

---

<sup>147</sup> Este projeto de lei foi apresentado na Legislatura de Neuquén no dia 1º de maio de 2006.

**Artigo 5º.** A produção da Cerâmica Zanon se orientará e se organizará prioritariamente à serviço da comunidade. Em função disso o destino preferencial da produção será os pisos e revestimentos das moradias, escolas, hospitais e edifícios públicos que se construam a partir dos planos provinciais, nacionais e/ou municipais de obra pública. -

**Artigo 6º.** O montante resultante do lucro de cada exercício se destinará a financiar planos de obra pública com o objetivo de cobrir as necessidades da comunidade e gerar postos de trabalho genuíno. -

O Estado Provincial proverá os recursos para os investimentos necessários tendentes à expansão, dimensionamento e utilização da fábrica e suas instalações e ao aumento da produção e comercialização. -

**Artigo 7º.** Cria-se um Conselho Operário integrado por 9 (nove) membros eleitos pelos trabalhadores da fábrica em assembléia geral. Sua função será a de controlar e fiscalizar o cumprimento e implementação das disposições contida na presente lei. O mandato dos membros do Conselho Operário é revogável pela assembléia geral dos trabalhadores. -

**Artigo 8º.** Na medida em que aumente a produção, se contratará novos trabalhadores, mantendo uma relação entre quantidade de operários, trabalho e produção que garanta condições de segurança laborais. -

Convocar-se-á docentes da Universidade Nacional de Comahue para efeitos da colaboração nas tarefas técnicas que requeiram o processo produtivo em seu conjunto. -

### Fundamentos

Sr. Presidente da Legislatura da Província de Neuquén:

Os operários da Cerâmica Zanon e o Sindicato dos Operários e Empregados Ceramistas de Neuquén (SOECN) têm resolvido em assembléia e por mandato lutar pela expropriação e estatização da fábrica sem pagamento sob um regime de administração operária para concretizar uma verdadeira saída a situação de injustiça e incerteza em que

nos encontramos. Esta saída tem como norte a conservação dos postos de trabalho e um sentido social para a planta. O destino da produção se orientará privilegiadamente a planos de obras públicas, de escolas, hospitais e moradias. Os lucros se destinarão a financiar parte dos mesmos. Tudo isso com o objetivo de criar novos postos de trabalho genuíno.

Quatro anos de gestão operária permitiram defender mais de 450 postos de trabalho diretos e milhares de indiretos. Criaram-se mais de 220 postos de trabalho genuíno na fábrica; se aumentou a produção e se destinou uma parte à serviço da comunidade; se conservou, reparou e melhorou a planta e o maquinário; se assinaram e se encontram em execução convênios de assistência recíproca com a Universidade Nacional de Comahue e com a Faculdade de Economia da Universidade Nacional de Buenos Aires; se realizaram dezenas de atividades sociais e culturais no prédio de Zanon.

O reconhecimento judicial à cooperativa FaSinPat é um passo adiante da gestão operária, mas não implica uma solução definitiva já que se autoriza a exploração por um ano e com caráter transitório. Isto mantém a situação de incerteza e perigo e a iminência do despejo ante o vencimento do prazo (outubro de 2006), com o consequente fechamento, remate e desmonte da planta.

A Constituição da Província de Neuquén em seu art. 76 (ex art. 238) anuncia que o Estado deve intervir na defesa da população ante qualquer forma de abuso do poder econômico e em seu art. 83 (ex art. 240) declara que o Estado expropriará aqueles imóveis que não cumprirem com a função social que deve desempenhar, em especial, aqueles que estão em poder de sociedade que não cumprem com as leis sociais e que não sejam explorados racionalmente. No presente caso, se reúnem todos os requisitos exigidos pela Constituição recentemente ratificada:

- ▶ “O estado expropriará”: o estado tem o dever de expropriar nos casos enumerados no artigo.
- ▶ “os imóveis que não cumpram com a função social”: Zanon é um imóvel que não cumpriu com sua função social: a produção e a geração de trabalho na província.
- ▶ “C) os que estão em poder de sociedade anônimas e outras puramente de capital”: A fábrica estava em poder de uma sociedade anônima: o grupo Zanon era uma Sociedade Anônima de Capital Industrial e Mineral.

- ▶ “que não cumpram com as leis sociais”: Zanon é uma sociedade anônima que não cumpriu com as leis sociais. Exemplo e prova disso foi a condenação por *lockout* patronal ofensivo declarando-se sua ação como violação das normas trabalhistas emergentes dos artigos 62, 63, 74 e concordantes da Lei de Contrato de Trabalho, 902 e 1137 do Código Civil, 52 da lei 23.551 e Pactos Internacionais e artigos 52 e 54 inciso J da Constituição Provincial.
- ▶ “e que não sejam explorados racionalmente”: Zanon é uma empresa que não explorava racionalmente. Prova contundente disso é que foram desviados da administração de seus bens por violação das disposições da lei de Concursos e Falências: “(...) cabe concluir que se tem verificado ocultamento de bens, omissão de informação, tudo o qual conforma a causa que refere o art. 17 segundo parágrafo da lei 24.522 ao apreciar-se um desvio da atividade empresarial que conspira com o interesse dos credores e requer a adoção extrema de separar sem mais da administração os representantes estabelecidos (...)”. Depois foi declarado a falência pessoal e, subsequentemente, decretada a falência da empresa.

Por conseguinte, a empresa Cerâmica Zanon SACIeM se encontra em estado de falência decretada por sentença firme. Em outubro de 2006 vence a autorização judicial para que a cooperativa FaSinPat exerça a condução da planta e a autorização para sua exploração. Depois disso, e como consequência do resultado de falência, a única alternativa é o desmonte e remate da fábrica para com que seu resultado pague os credores. O remate é o resultado comum em todo processo de falência, salvo expropriação. O remate pressupõe o despejo e a repressão aos operários.

A alternativa a este cenário é a expropriação da fábrica seguindo o caminho de mais de 150 empresas que nesta mesma situação – com a falência decretada – foram expropriadas pelas legislaturas provinciais de Buenos Aires, Santa Fé, Córdoba, Tierra del Fuego e a Cidade Autônoma de Buenos Aires.

Em 13 de janeiro de 2006 a fábrica Motta, localizada na Província de Buenos Aires e pertencente a empresa Cerâmica Zanon SACIeM foi expropriada pelo poder legislativo da província pela lei 13.442.

Um anterior projeto de lei de expropriação foi apresentado pelos operários de Zanon na Legislatura Provincial em maio de 2002 acompanhado por 50 mil assinaturas de cidadão neuquinos. Todavia não foi discutido.

Na recente Convenção Constituinte, a Comissão de Regime Econômico, Serviços Públicos, Recursos Naturais e Meio Ambiente resolveu por unanimidade, em 11/01/06 a conformação de uma “Comissão de Convenções Constituintes” a efeitos de “acompanhar os trabalhadores de Zanon a solicitar a sanção da lei de expropriação na Legislatura Provincial”. Dita Comissão está integrada por um representante de cada um dos partidos políticos representados na Constituinte.

O apoio social à luta dos operários de Zanon e ao projeto de expropriação refletiu-se em múltiplas mostras de solidariedade da comunidade neuquina e do Alto Valle, do país e do exterior. Um amplo espectro de organizações sociais, políticas e de direitos humanos, personalidades do mundo da cultura, deputados nacionais, legisladores e conselheiros locais se pronunciaram em respalda dos operários ceramistas e sua luta.

O projeto que aqui apresentamos, ao transformar-se em lei, permitirá não só evitar o despejo e posterior remate da planta, senão também garantir os atuais postos de trabalho e criar novos, gerando trabalho genuíno e um sentido social à planta ao destinar-se os lucros mensais para construir moradias, escolas e hospitais.

## **Anexo 2:**

### **Zanon sob gestão operária:<sup>148</sup>**

Sete anos de luta e produção junto à comunidade.

#### **Cerâmica Zanon é do povo**

Cerâmica Zanon é uma fábrica localizada em Neuquén. Foi fundada em 1980, durante a ditadura militar, praticamente subsidiada pelo Estado, e foi parte de um grupo econômico multinacional, dono do Ital Park e testa de ferro das privatizações da Aerolíneas Argentina e acionista de Telefe, entre outros. Luís Zanon depois da ditadura representou um seletto grupo de empresários que viveu e cresceu das mãos de Menem e Sobisch, recebendo subsídios milionários, incentivos fiscais, etc.

Luís Zanon foi catalogado em 2000 pela revista *Fortuna* como um dos 100 primeiros empresários com maiores lucros da Argentina.

Nesse contexto (ano 2000), este empresário apresentou um “preventivo de crise” que incluía refinanciamento da dívida e demissão de 120 trabalhadores. Durante esse processo renegociou e solicitou novos empréstimos milionários do Banco Mundial, do Governo Provincial de Neuquén, de Bancos das Ilhas Cayman, etc. Os trabalhadores, cansados de demissões e manobras por parte da patronal, recuperaram sua organização sindical. Primeiro a CI, votando delegados de base com um instrumento de trabalho – A ASSEMBLÉIA. Com a finalidade de uma unidade na fábrica entre efetivos, contratados, filiados, não filiados, diaristas, mensalistas, etc. Desde então se relacionam com trabalhadores de outros grêmios, com organizações de desempregados, de direitos humanos, com estudantes e com a comunidade e seus problemas.

Depois, com o mesmo instrumento recuperaram o Sindicato Ceramista de Neuquén, que agrupa quatro fábricas na província. Os trabalhadores já denunciavam desde então o esvaziamento e as manobras que estes empresários estavam fazendo e a fraude que vinham levando adiante pedindo empréstimos e créditos enquanto esvaziava a fábrica.

---

<sup>148</sup> Esta cronologia foi publicada em 2008 pelos ceramistas de Zanon num folder da campanha pela expropriação da fábrica

## Os trabalhadores e a nossa história

### 2001

**1 de outubro:** a empresa anuncia que não pagará os salários, enquanto retira o serviço de transporte, o serviço médico e de saúde e o serviço de lanche.

Os operários realizam Assembléias e denunciam a situação na Subsecretaria de Trabalho e na imprensa: começava o *lockout* patronal.

Resolvemos manter os turnos de trabalho em defesa de nossos direitos. Colocou-se em funcionamento novamente a “Comissão de Mulheres” de Zanon.

Em Assembléias posteriores, resolvemos montar tendas fora da fábrica ao lado da Rodovia 7 exigindo a reativação da cerâmica com TODOS os postos de trabalho.

**31 de outubro:** a justiça condena Zanon de *lockout patronal ofensivo* contra. Forma-se uma defesa operária na fábrica. Ocorre o embargo de 40% do *stock* para pagar os salários atrasados. A empresa denuncia usurpação e pede o imediato despejo. Anuncia, além disso, o “perigo de explosão” da fábrica. **A justiça neuquina emite uma ordem de despejo.**

**28 de novembro:** Zanon despede os 380 trabalhadores.

**30 de novembro:** os trabalhadores marcham até a Casa de Governo. São reprimidos brutalmente; 19 ceramistas detidos. São libertados pela tarde ante uma mobilização massiva.

**19 de dezembro:** os operários realizamos a primeira doação de cerâmicas ao Hospital Regional de Centenario para a Sala de Espera do Laboratório. Os companheiros do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) de Neuquén doam a mão-de-obra.

**19 e 20 de dezembro:** os operários de Zanon participam das mobilizações que se realizam em Neuquén, enquanto se sucedia a queda do governo de Fernando De la Rúa.

### 2002

**24 de janeiro:** Zanon apresenta seu plano de “reativação” da fábrica com somente 62 operários. Mais de 300 ficariam sem trabalho.

**2 de março:** Zanon começa a produzir novamente sob controle operário e com 260 postos de trabalho.

**7 de março:** a banda Bersuit Vergarabat apresenta-se diante de quatro mil pessoas em solidariedade aos operários/as de Zanon.

**12 de março:** os companheiros Mapuches oferecem seus canteiros de argila para a produção de Zanon.

**5 de abril:** primeira produção de 20.000 metros quadrados de cerâmica sob controle operário.

**15 de abril:** coloca-se em produção a série “Cerâmica Operária”, desenhada pelos próprios trabalhadores.

**29 de abril:** sai o primeiro número do jornal operário “Nuestra Lucha”. Depois sairia o programa “Nuestra Lucha” no rádio.

**1 de maio:** ato massivo na porta da fábrica. Tendas ao lado da rodovia. Comida na Panela Popular. Ato conjunto: Zanon, CTA, ADUNC, Unter, organizações piqueteras.

**19 de maio:** coloca-se em produção a série “Mapuche”, demonstrando a união que existe entre os operários e o Povo Mapuche.

**21 de maio:** segunda tentativa de despejo dos operários da fábrica, desta vez ordenada pelo Juiz do Leilão Pérez Castañeda. Exige que os síndicos tomem posse da fábrica.

**15 de junho:** assina-se o convênio entre a Universidade Nacional de Comahue e os operários/as de Zanon, baseado na colaboração por parte da universidade com a Gestão Operária e a defesa da educação pública.

**26 de junho:** mobilização nacional de organizações piqueteras e de trabalhadores com uma longa pauta de reivindicações, entre as quais a solidariedade à Zanon e um pedido de expropriação da mesma. Em Avellaneda assassinam aos companheiros Kosteki e Santillán.

**16 de julho:** apresentam o “Projeto de Administração Operária Transitória” formulado com o apoio da Universidade Nacional de Comahue e a Universidade de Buenos Aires. O juiz nunca contestou.

**7 de agosto:** criam 10 NOVOS POSTOS DE TRABALHO destinados as organizações de desempregados.

**9 de agosto:** terceira tentativa de despejo.

**10 de agosto:** Primeiro Encontro da Coordenadoria do Alto Valle.

**2 de outubro:** Ex-dirigentes do sindicato com barras de ferro se colocam do lado de fora da fábrica para evitar que os operários produzam e prepararem a quarta tentativa de despejo. Acaba com vários trabalhadores feridos. Numa reunião multisetorial se define o **apoio e a mobilização à porta da fábrica.**

**17 de outubro:** se apresenta na Legislatura provincial o Projeto de Expropriação e Estatização da Cerâmica Zanon.

**Novembro:** Primeira viagem internacional à Itália, França e Inglaterra financiada por organizações solidárias. Depois se iria ao Brasil, Venezuela, Alemanha, Bélgica, Chile, Espanha, etc.

**15 de novembro:** Assinam o Convênio com a Universidade Popular das Mães da Praça de Maio.

## 2003

**24 de fevereiro:** criam 30 novos postos de trabalho.

**29 de março:** Caravana Nacional a Zanon, encabeçada pelas Mães da Praça de Maio.

**8 de abril:** quinta tentativa de despejo. Paralisação provincial organizada pela CTA e enorme mobilização da comunidade em apoio e em defesa da gestão operária.

Kirchner, no dia 8 de abril, em Centenário, disse: “se me perguntarem o que faria com Zanon, lhes digo que não ficaria com os braços cruzados, tomaria a decisão que tenho que tomar e sem dúvida a fábrica seguiria funcionando. O Estado não pode olhar para outro lado (...).

Sobisch e Brillo disseram: “a solução é política (...)”.

**22 de junho:** chegam a 50.000 assinaturas de apoiadores ao projeto de Lei de Expropriação e Estatização de Zanon sob Gestão Operaria.

**30 de junho:** produzem mais de 120.000 metros quadrados de cerâmicas por mês, com 15% da capacidade total da fábrica e com 50% do que fabricava Zanon antes de abandonar a fábrica.

**25 de novembro:** mobilização de companheiros do MTD no Bairro San Lorenzo. Duríssima repressão que incluiu balas de chumbo e numerosos feridos. Neste episódio dispararam 64 balas de borracha no companheiro Pepe Alveal, o prenderam e o deixaram ferido e sem atenção médica durante horas, o que fez com que perdesse a visão em seu olho esquerdo.

## 2004

**Fevereiro:** cria-se a Cooperativa de trabalho FaSinPat (Fabrica Sin Patron).

**Agosto:** desde longínquos bairros de Neuquén, milhares de criança chegam à fábrica para festejar o Dia das Crianças em Zanon com bolas, refrigerantes, jogos, filmes...

**Setembro:** inauguração do Centro de Saúde da Nova Espanha, obra realizada integralmente pela Gestão Operária de Zanon. Neste mês também ocorre o recital da banda *Ataque 77* no pátio da fábrica com a segurança garantida pelos operários e a comunidade.

**Setembro:** nova prisão e ameaças ao companheiro ceramista Pepe Alveal. Realiza-se uma coletiva de imprensa para denunciar o abuso policial.

**8 a 10 de outubro:** Realiza-se o Encontro de Mídia Alternativa.

**Novembro:** Monta-se uma barraca de Zanon em frente ao Congresso Nacional. Uma semana de atividades junto aos artistas: León Gieco, Victor Heredia, Fontova, Las Manos

de Filippi, Ciro Pertusi de Ataque 77, La Bersuit, Teresa Parodi, Arbolito, e uma longa lista de artistas. Palestras e divulgação do conflito com a presença de Osvaldo Bayer, Vicente Zito Lema, o advogado Ricardo Moner Sans. Encontros e atividades com organizações em luta: sindicatos de desempregados, estudantis, etc

**Apresenta-se no Congresso Nacional nosso projeto de Lei de Expropriação e Estatização sem indenização e sob gestão operária da fábrica, que conta com a assinatura de 25 deputados nacionais.**

**Dezembro:** Festival solidário em Zanon com León Gieco, Raly Barrionuevo, Cesar Cabezas e a presença de Ciro Pertusi de Ataque 77. Parte do dinheiro arrecadado é usado na operação de Emanuel.

Também em dezembro, Luis Maganaro, ministro da segurança da província, ataca publicamente os dirigentes sindicais ceramistas, da CTA e deputados da oposição tratando-os de delinquentes e “inimigos” da província.

## 2005

**Janeiro:** primeiro trabalho programado de manutenção da fábrica.

**Fevereiro:** ameaças de morte a dirigentes ceramistas e as suas famílias.

**Marco:** agressões físicas contra esposas de trabalhadores de Zanon, escândalo provincial. Isto se dá no marco de ameaças e agressões contra a Defensoria do Menor, dirigentes de Aten e deputados da oposição. Visita de Pérez Esquivel à região para solidarizar-se.

Neste mês se realiza uma paralisação provincial da CTA, os ceramistas, a universidade e uma mobilização massiva na capital neuquina, enquanto se realizava um ato solidário na Casa de Neuquén em Buenos Aires.

**Junho:** prepara-se “Um metro quadrado de poesia” com poemas inéditos de Juan Gelman escritos nas cerâmicas. Isto é colocado em todas as bibliotecas públicas, colégios e hospitais em distintos pontos do país.

**Julho:** aprovam-se os novos Estatutos do Sindicato Ceramista de Neuquén (diminui-se os prazos dos mandatos, os cargos tornam-se rotativos e aumenta-se a quantidade de delegados por fábrica).

**Agosto:** Diante da enorme quantidade de provas, o juiz do leilão de Zanon determina a falência da fábrica.

**Outubro:** O juiz da falência autoriza a cooperativa a administrar a fábrica por um ano (até outubro de 2006).

**Novembro:** realizam um mural a pedido dos familiares de Cromañon.

**Dezembro:** Convenção Constituinte de Neuquén: os operários apresentam um projeto de cláusula transitória, com novos fundamentos políticos e econômicos.

Recital solidário de **La Renga** em FaSinPat com a presença de 10 mil pessoas, presentes trabalhadores de sindicatos e fábricas de todo país.

## 2006

**Janeiro:** os operários de Zanon são recebidos pelos representantes da Convenção. O MPN e os Radicais se negam a tratar o tema na convenção e forma-se uma Comissão de cada bloco legislativo para tratar a expropriação apenas para se reabrir o trabalho na legislatura. Dito compromisso NUNCA MAIS SE CUMPRIU.

**Maior:** mobilização conjunta de todos os sindicatos até a Legislatura. Os operários de Zanon entregam 50 mil assinaturas de apoio ao seu projeto de lei.

**Agosto:** deputados se reúnem com o juiz do leilão de Zanon. Conclusão: “a solução é política”, lhe havia dito o juiz.

**Setembro:** inauguração da casa da família Azócar na ocupação “Rincón del Valle”. Uma família numerosa cujos pais faleceram num acidente automobilístico. Os operários de Zanon votam construir uma casa para a família.

Recital solidário de Rata Blanca: mais de 15 mil jovens ocuparam a fábrica. Contaram-se com delegados de trabalhadores do Hotel Bauen (recuperado por seus trabalhadores), delegados do subterrâneo, do Garrahan, aeronáuticos, de Pepsico Snak. Recital sem polícia em fábrica sem patrões.

**Outubro:** graças a nossa luta conseguimos a prorrogação da permissão de seguir operando a fábrica por mais três anos (outubro de 2009) através da cooperativa de trabalho FaSinPat.

**Novembro:** festival de folclore em Zanon com Raly Barrionuevo, Duo Coplanacu, Presagio e numerosos outros artistas da zona.

**Dezembro:** oito mil pessoas participam do recital da banda Ataque 77 em Zanon. “A segurança a fizemos entre todos”.

## 2007

**Fevereiro:** mobilização ceramista até a legislatura neuquina para exigir a votação do projeto de lei de expropriação de Zanon.

**Abril:** paralisação, mobilização e plano de luta docente. Uma delegação ceramista acompanha os trabalhadores/as da educação em sua manifestação. São reprimidos duramente no Arroyito. A polícia fuzila publicamente o companheiro Carlos Fuentealba.

**1 de Maio:** ato na Casa do Governo exigindo a renúncia de Sobisch e o julgamento e a punição dos culpados pelo assassinato de Fuentealba. Plano de luta das organizações sindicais.

**Junho:** Jornada de luta cultural “Pelo julgamento e punição aos responsáveis materiais e políticos do fuzilamento público do companheiro Carlos Fuentealba” no clube Pacífico com a presença de Rafael Amor, Eduardo Guajardo, Claudio Sosa, Raly Barrionuevo, Cesar Cabezas e Sergio Castro. Milhares de pessoas fizeram parte desta jornada.

**Julho:** paralisação da Filial 21 pelo aparecimento com vida do companheiro Jorge Julio López e mobilização com as organizações provinciais.

**Agosto:** mobilização conjunta dos trabalhadores da Saúde e Zanon na Legislatura e na Casa do Governo de Neuquén.

**Setembro:** primeira remessa de cerâmicas destinadas à exportação (Chile). **A produção mensal alcançou, nos últimos meses, os 400 mil metros quadrados, com 470 postos genuínos de trabalho.**

**Outubro:** Uma comissão de companheiras viaja para Córdoba para o Encontro Nacional de Mulheres. Neste encontro, 30 mil participantes resolvem que o próximo encontro se realizará em Neuquén.

- **Em meio às eleições presidenciais e à governador, a câmara de apelações de Buenos Aires encurta em um ano a concessão de uso da fábrica dado à cooperativa transitória FaSinPat a pedido de uma empresa italiana SACMI. Mais uma vez mostra-se qual é a verdadeira política destinada aos trabalhadores e ao povo.**

**10 de Dezembro:** realizam um ENCONTRO DE FÁBRICAS RECUPERADAS onde participam CUC-BAUEN-BRUKMAN, Coop. de transporte EL SALVADOR Del Salvador, Renacer de Tierra Del Fuego.

**22 de Dezembro:** Inauguração de uma BIBLIOTECA dentro da fábrica.

## 2008

**Intensificamos a campanha pela expropriação num ano decisivo.**

Realizamos marchas, panfletagens e caravanas à Legislatura onde nos reunimos com deputados da comissão de assuntos constitucionais. Depois de uma e outra mobilização tão somente alguns deputados da oposição se pronunciaram a favor da expropriação da fábrica, faltando uma decisão da bancada do MPN que está à espera da decisão política do governador Jorge Sapag. Por sua vez, o poder executivo tem saído com a proposta da compra dos créditos privilegiados, o que significa destinar milhões de pesos para pagar a **dívida fraudulenta da família Zanon** e, em cima, **não se evitar o leilão da fábrica, diferente da expropriação que seria uma solução definitiva.**

**30 de janeiro:** O grupo *Arbolito* se soma a campanha pela Expropriação de Zanon tocando em *Vuelta de Obligado* em Neuquén.

**21 de fevereiro:** *Las manos de Filippi* vem a Neuquén tocar pela luta de Zanon e acrescentamos distintas reivindicações de companheiros em luta: dos têxteis de Mafissa, do

Cassino Flotante, do laboratório Fresenius e da metalúrgica Dana. No marco de um endurecimento da repressão, sobretudo aos trabalhadores antiburocráticos. PELA VITÓRIA DE TODAS AS LUTAS!

**04 de abril:** Há um ano do fuzilamento de Carlos Fuentealba.

- **A gestão operária mantém a decisão como resolvemos no começo do conflito de pôr a fábrica a serviço da comunidade e das lutas, participando com delegações permanentes e com arrecadação de fundos de greves para cada um dos conflitos, assim como impulsionando reuniões nacionais de coordenação operária.**

**25 de abril:** Doação de cerâmicas para casas populares.

**12 de maio:** Doação para o Hospital Heller.

**08 de junho:** como resultado das lutas e das mobilizações, foi condenado à prisão perpétua o assassino do companheiro Carlos Fuentealba. Mas não param aí, pois querem o julgamento e a punição dos responsáveis políticos e intelectuais do assassinato, em primeiro lugar o ex-governador Jorge Sobisch, para o qual há que terminar com o pacto da impunidade.

**15 de junho:** perante a reorganização dos trabalhadores em meio às lutas por questões salariais, recuperação de comissões internas e sindicatos, os governos têm respondido com repressão e processos. Desde Zanon sob controle operário e do Sindicato Ceramista de Neuquén se impulsiona uma coordenação de todas as lutas a nível regional e nacional, colocando uma campanha pela descriminalização de mais de cinco mil trabalhadores por lutarem, como os companheiros do Cassino, Mafissa, Ferroviários, Subte, da alimentação, dentre outros.

**16 de julho:** Entrega de cerâmicas na ocupação ALMA FUERTE II (oeste da cidade de Neuquén) onde se encontra mais de 600 famílias.

**07 de agosto:** “El colectivo Escribidor El Cuarto Fuego”, conformado por estudantes, graduados e docentes de diversos cursos da Universidade Nacional de Comahue, realizam seu projeto de extensão universitário “**Construção coletiva das memórias de FASINPAT-ZANON. Escrever nossa história**” com o objetivo de apoiar a expropriação definitiva de FaSinPat/Zanon e criar um arquivo de relatos escritos, entrevistas, documentos sonoros e visuais para construir a história e contribuir no enriquecimento da história social, relatada e escrita pelos próprios operários. Desta forma, gera-se um arquivo histórico para consulta e investigação às escolas e aos pesquisadores. O projeto, aprovado pelo Conselho de Extensão da UNCo, se soma também as ações de Zanon/FaSinPat pelo tratamento e sanção de um lei de expropriação, o decano da Faculdade de Humanidades, anunciou que o Conselho Diretivo desta faculdade expediu um apoio à sanção da lei de expropriação.

**20 de agosto:** começa o julgamento dos genocidas da ultima ditadura militar. Zanon sob controle operário é parte ativa desta luta junto ao Sindicato Ceramista, porque a impunidade

é parte da política do governo para manter intacto o aparato repressivo contra os que lutam pelos seus direitos.

**Agosto: Encontro Nacional de Mulheres em Neuquén.**

Começam a debater em suas assembléias a necessidade de impulsionar o projeto de uma escola secundária na fábrica.

### Anexo 3:

#### FOTOS

##### Imagem 1:



Placa em frente à fábrica com o símbolo da ex-cerâmica Zanon acrescida de uma das consignas da gestão operária: “es de los obreros”.

##### Imagem 2:



Portaria da fábrica Zanon. Mural sobre a gestão operária produzida pelos artistas de Neuquén.

**Imagem 3:**



Imagem do pátio da fábrica.

**Imagem 4:**



Pátio de stock da produção.



Imagens 5, 6 e 7: Produção

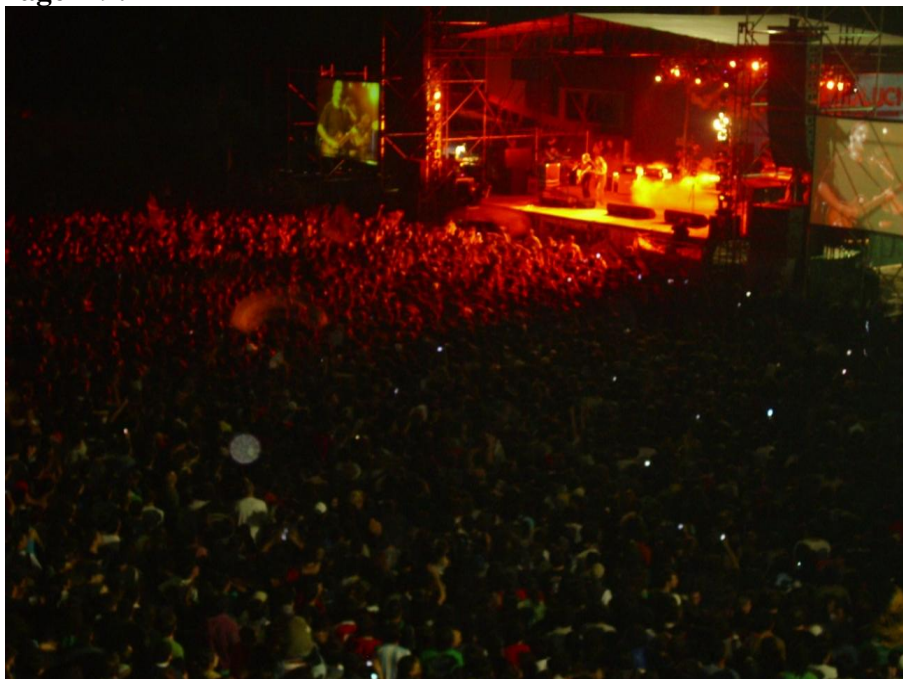


**Imagem 8:**



Encontro da Coordenadora do Alto Valle.

**Imagem 9:**



La Renga: Festival com mais de 10 mil jovens em apoio a expropriação de Zanon. 2009

**Imagem 10:**



Estatística sobre a produção e vendas.

**Imagem 11:**



Assembléia dos ceramistas durante a gestão operária da fábrica.

**Imagem 12:**



Raul Godoy

**Imagem 13:**



Imagem aérea da fábrica.